



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM INDÚSTRIAS CRIATIVAS

RITA DE CÁSSIA MACIEL BORGES

COMUNICAÇÃO INTERNA E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Recife

2021

RITA DE CÁSSIA MACIEL BORGES

**COMUNICAÇÃO INTERNA E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao programa de do mestrado profissional em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Indústrias Criativas.

Mês/ano de ingresso: março/2019

Orientador: Prof. Dr. João Guilherme de Melo Peixoto

Recife

2021

B732c

Borges, Rita de Cassia Maciel.

Comunicação interna e sustentabilidade : o caso do Tribunal de Justiça de Pernambuco / Rita de Cassia Maciel Borges, 2021.

161 f. : il.

Orientador: João Guilherme de Melo Peixoto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Indústrias Criativas. Mestrado Profissional em Indústrias Criativas, 2021.

1. Comunicação nas organizações. 2. Sustentabilidade. 3. Pernambuco. Tribunal de Justiça. I. Título.

CDU 65.012.45

Pollyanna Alves – CRB4/1002

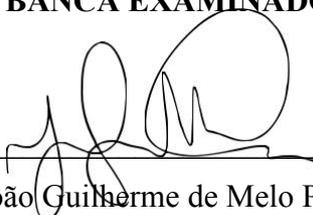
RITA DE CÁSSIA MACIEL BORGES

**COMUNICAÇÃO INTERNA E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao programa de do mestrado profissional em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Indústrias Criativas.

Aprovada em 16/08/2021.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. João Guilherme de Melo Peixoto (Orientador)

Universidade Católica de Pernambuco



Prof. Dr. Dario Brito Rocha Júnior



Prof.ª Dra. Izabela Domingues da Silva

*Dedico este trabalho a minha
inspiração, minha amiga, meu
exemplo de sabedoria e valores
cristãos: minha Mãe.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus pela compreensão de enxergar as oportunidades de ser feliz. Gratidão a minha mãe tão querida, minha inspiração de valores que carrego com tanto orgulho. Partiu vítima da Covid e me deixou um vazio indescritível, mas, ao mesmo tempo, muita força para honrar o que tanto a fazia feliz: concluir o mestrado! Torcia, se orgulhava e rezava muito por mim! Obrigada, mãe, pela pessoa que foi; e obrigada, meu Deus, por ter me dado essa mãe tão maravilhosa!

Gratidão pela minha família que me faz sentir o amor! O meu marido Marcos que me estimulou, acompanhou e vibrou a cada conquista; a minha filha escritora Bruna que me ajudou intensa e sabiamente nessa trajetória com o seu talento de organizar as ideias; o meu filho Vítor que, mesmo à distância, se fez presente pelo incentivo; a minha nora Rafaela e meu genro Tarciso pelo carinho e presença na minha vida.

Gratidão pela minha amiga Simone que pegou na minha mão e me fez acreditar que era possível subir esse degrau. Obrigada por tudo, minha querida!

Gratidão ao professor Dario Brito pelo acolhimento, escuta e incentivo que me fizeram aceitar o imenso desafio de enfrentar as etapas do mestrado.

Gratidão a minha querida cunhada Angela pela prontidão e disponibilidade para realizar as correções da pesquisa.

Gratidão ao meu orientador João Guilherme por sua competência, pedagogia, paciência, incentivo, generosidade, alegria, e mais, por seu brilho nos olhos, sua presença e por todas as palavras que me impulsionaram a chegar até aqui. Muitíssimo obrigada!

RESUMO

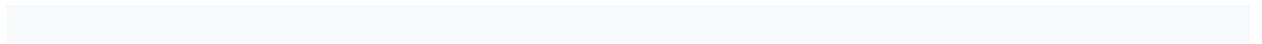
Nas últimas quatro décadas, a degradação ambiental e as variadas formas de exclusão social produziram abalos. A necessidade de superá-los exige concepções e práticas que passaram a fazer parte da agenda global, provocando debates, articulações e protagonismos em variados segmentos. As questões que envolvem a sustentabilidade se interligam substancialmente, e a comunicação se encarrega da construção de narrativas com vistas a dar visibilidade a esse universo. A partir do pressuposto que o Tribunal de Justiça de Pernambuco reconhece a necessidade de aprimoramentos em condutas que contemplam a dinâmica da sustentabilidade, essa pesquisa tem como objetivo identificar as novas estratégias de comunicação interna que podem ser utilizadas pelo TJPE para a consolidação das práticas de sustentabilidade no âmbito organizacional. A justificativa se dá pelo reconhecimento da importância da comunicação interna como instrumento de construção de sentido de sustentabilidade, como elemento de caráter estratégico e como valor para que sejam incorporadas as práticas institucionais. A abordagem utilizada foi do tipo qualitativa e pautamo-nos na pesquisa bibliográfica de estudiosos como Kunsch, Baldissera, Torquato, Marchiori, Campellano, Castells, Harari, Sachs, Elkington, Barbieri. O estudo ainda contemplou a análise documental por meio do levantamento de dados de documentos internos que permitiram explorar informações, acompanhar parâmetros de metas e resultados, com a finalidade de elaborar interpretações em nossa análise. Identificamos lacunas que fragilizam as análises e resultados estabelecidos entre as ações comunicativas e o impulsionamento de práticas sustentáveis na instituição.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Comunicação interna. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

ABSTRACT

In the last four decades, environmental degradation and the various forms of social exclusion have produced shocks. The need to overcome them requires concepts and practices that have become part of the global agenda, provoking debates, articulations and leading roles in various segments. Issues involving sustainability are substantially interconnected, and communication is responsible for constructing narratives with a view to giving visibility to this universe. Based on the assumption that the Pernambuco Court of Justice recognizes the need for improvements in conduct that address the dynamics of sustainability, this research aims to identify new internal communication strategies that can be used by the TJPE to consolidate sustainability practices at the organizational level. The justification is given by the recognition of the importance of internal communication as an instrument for building a sense of sustainability, as an element of strategic character and as a value for incorporating institutional practices. The approach used was of the qualitative type and we were based on the bibliographical research of scholars such as Kunsch, Baldissera, Torquato, Marchiori, Campellano, Castells, Harari, Sachs, Elkington, Barbieri. The study also included the document analysis through the collection of data from internal documents that allowed us to explore information, monitor goals and results parameters, in order to elaborate interpretations in our analysis. We identified gaps that weaken the analysis and results established between the communicative actions and the promotion of sustainable practices in the institution.

Keywords: Sustainability. Internal communication. Justice Court of Pernambuco.



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa estratégico do TJPE.....	p. 67
FIGURA 2 – Apresentação 9ª Semana Meio Ambiente.....	p.158
FIGURA 3 – Programação 9ª Semana Meio Ambiente.....	p.158
FIGURA 4 – Oficina de pintura	p.159
FIGURA 5 – Oficina de horta urbana	p.159
FIGURA 6 – Apresentação de caixa para coleta seletiva	p.160
FIGURA 7 – Sensibilização para implantação da coleta no Edf. Paula Baptista.....	p.160
FIGURA 8 – Sensibilização servidores sobre eficiência energética.....	p.161

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Principais acontecimentos na linha do tempo que influenciaram a sustentabilidade.....	p. 32
QUADRO 2 – Grupos de Sustentabilidade.....	p. 78
QUADRO 3 – Descrição de Metas.....	p. 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração

Pública AGU – Advocacia Geral da União ASCOM

– Assessoria de Comunicação

CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CFCs – clorofluorcarbonatos

CNUMAH – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano

DIRIEST – Diretoria de Infraestrutura EA –

Educação Ambiental

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

GE – Grupo Estratégico

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade MG – Minas

Gerais

NUCS – Núcleo de Sustentabilidade

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças

Climáticas PCD – Pessoas com Deficiência

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas TJPE – Tribunal de

Justiça de Pernambuco

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

WEF – Fórum Econômico Mundial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL DO MUNDO PÓS-MODERNO	19
2.1	Sustentabilidade: o conceito	19
2.2	Sustentabilidade no Contexto da Administração Pública	24
2.3	Sustentabilidade e Inovação	31
2.3.1	SUSTENTABILIDADE	31
2.3.2	INOVAÇÃO	36
2.4	Questões Socioambientais no âmbito do TJPE	39
3	COMUNICAÇÃO INTERNA E SUSTENTABILIDADE	43
3.1	A importância da comunicação interna para atuação sustentável das organizações	43
4	MATERIAIS E MÉTODOS	58
5	ANÁLISE	60
5.1	Plano de Logística Sustentável 2016 – 2017	64
5.1.1.	Papel	70
5.1.2.	Água Engarrafada	71
5.1.3.	Energia Elétrica	72
5.1.4.	Água e Esgoto	72
5.1.5.	Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados	73
5.1.6.	Telefonia	73
5.1.7.	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	73
5.1.7.1.	Promover evento no Dia da Mulher	74
5.1.7.2.	Promover evento da Páscoa	75
5.1.7.3.	Realizar Cantata Natalina	75
5.1.8.	Sensibilização e Capacitação	76
5.2.	PLS 2018	78
5.2.1.	Energia Elétrica	80
5.2.2.	Água e Esgoto	80
5.2.3.	Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados	81
5.2.4.	Telefonia	82
5.2.5.	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	82
5.2.6.	Sensibilização e Capacitação	83
5.3.	PLS - 2019	83
5.3.1.	Papel	84
5.3.2.	Copo Descartável	85

5.3.3. Energia Elétrica	85
5.3.4. Água e Esgoto	86
5.3.5. Veículos	86
5.3.6. Gestão de Resíduos	87
5.3.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	87
5.3.8. Sensibilização e Capacitação	88
5.4. Relatórios de Desempenho.....	89
5.4.1. Relatório de Desempenho PLS 2016-2017	90
5.4.2. Relatório de Desempenho PLS 2018	91
5.4.3. Relatório de Desempenho PLS 2019	93
6. CONCLUSÃO.....	96
6.1. Desdobramentos da pesquisa.....	99
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXO I	108
ANEXO II	121
ANEXO III	136
ANEXO IV.....	158

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo pluralista e interdependente, as organizações assumem uma relevante importância considerando os papéis que desempenham. Tendo em vista que estão inseridas em um universo de constantes transformações, para que elas assegurem sua atuação, a premissa deve passar pelo processo de adaptação a uma dinâmica complexa.

A sociedade contemporânea, desprezando os riscos do uso intensificado dos recursos naturais, apresenta modelos de desenvolvimento que têm causado alterações climáticas, excesso de produção e consumo, demasiada geração de resíduos sólidos, o que compromete o equilíbrio dos ecossistemas.

Esse cenário reflete a interação das dimensões social, econômica e ambiental de forma desarmoniosa. É demonstrada, assim, a interconexão entre modelo econômico, comportamento das pessoas, preservação, transformações, inclusão.

Ressaltamos, também, que a configuração desproporcional entre modelos de desenvolvimento e o meio ambiente equilibradamente sustentável tem provocado preocupações mundiais.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), instituição pública, cuja missão é a de fazer justiça de forma célere, efetiva e acessível, apresenta tramitação processual anual superior a 3 milhões e classifica-se como grande consumidor dos bens finitos do meio ambiente. Inserido em uma conjuntura de crescente interconexão, é impactado e promove impactos no meio em que está inserido, tendo em vista suas atribuições e atuação. Suas atividades provocam consumo de água, energia elétrica, combustíveis, insumos, geram resíduos e também poluição, emitida pela movimentação de pessoas e documentos. Dessa forma, observamos a necessidade de novas proposições que revisem modelos estabelecidos até então.

O processo decisório organizacional que contemple a sustentabilidade nos âmbitos econômico, ambiental e social requer decisões inovadoras, criativas e colaborativas, conduzidas por um processo de comunicação que propicie conteúdos que estabeleçam relações interativas com seus públicos; possibilite, mediante o uso apropriado da linguagem, a ativação do nível da consciência dos indivíduos; e estimule a produção de significados coletivos que resultem no fomento da responsabilidade socioambiental corporativa.

A partir das questões expostas, este estudo tem como objetivo geral identificar as novas estratégias de comunicação interna que podem ser utilizadas pelo TJPE para a consolidação das práticas de sustentabilidade no âmbito organizacional. Também buscamos cumprir como objetivos específicos: identificar as atuais estratégias de comunicação interna utilizadas pelo

TJPE para a consolidação das práticas da sustentabilidade no âmbito organizacional; expor o cenário socioambiental do mundo pós-moderno; discorrer sobre as questões socioambientais no âmbito do TJPE; propor a construção de ferramenta digital que articule aspectos da comunicação interna do TJPE com as temáticas socioambientais trabalhadas nesta pesquisa.

Tendo em vista o significado da tomada de consciência acerca da incorporação de valores sustentáveis no âmbito institucional, cada indivíduo que se tornar capaz de alcançar essa compreensão, tanto como consumidor quanto como produtor de sentido, torna-se, na esfera social, um potencial multiplicador dos conceitos e práticas sustentáveis. A justificativa do projeto dá-se pelo reconhecimento da importância da comunicação interna como instrumento de construção de sentido de sustentabilidade, como elemento de caráter estratégico para a gestão das organizações, como um importante canal de troca de informações e relacionamento entre o ambiente interno das organizações e o mundo exterior a elas e como valor para que sejam incorporadas as práticas institucionais.

Para atingirmos o objetivo delimitado para este estudo, pautamo-nos na pesquisa bibliográfica de estudiosos e profissionais que contribuíram com a temática do campo da comunicação organizacional, especificamente da comunicação interna, e do campo da sustentabilidade. A abordagem utilizada na pesquisa foi do tipo qualitativa e buscou, de forma exploratória, realizar levantamento de aspectos da realidade organizacional que contemplam valores, hábitos, comportamentos a partir de questões que envolvem conceitos e práticas de sustentabilidade e suas conexões com os processos comunicativos.

O estudo ainda contemplou a análise documental por meio do levantamento de dados de documentos internos. Esses documentos permitiram explorar informações, acompanhar parâmetros de metas e resultados, com a finalidade de elaborar interpretações em nossa análise.

No próximo capítulo, demonstraremos o conceito de sustentabilidade e sua dinâmica no cenário contemporâneo. Apresentaremos a administração pública na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços e seu papel estratégico na revisão dos padrões de consumo e na adoção de referenciais de sustentabilidade em suas atividades. Discorreremos sobre a urgência de encontrar soluções aos problemas inerentes à sustentabilidade de forma inovadora e criativa e faremos a exposição do cenário socioambiental no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Na sequência, no terceiro capítulo, abordaremos aspectos da comunicação que, por ser essencialmente humana, apresenta subjetividades inerentes às realidades expostas nas diversas dimensões da vida. Discorreremos sobre a necessidade de interação entre indivíduos para o estabelecimento do processo de comunicação, o qual permite a transmissão de conteúdos,

significados, e, ainda, a experiência da mútua afetação. Apontaremos a importância do conhecimento, da aprendizagem, da visão mais ampliada dos processos de comunicação no âmbito organizacional, como atributos necessários ao enfrentamento à conjuntura de exigências constantes e mudanças aceleradas. Mostraremos posicionamentos de especialistas que contribuem tanto na concepção teórica quanto na prática dos processos comunicacionais, favorecendo a escolha da corrente mais apropriada à realidade vivenciada. Mostraremos, também, as questões referentes à sustentabilidade e ao afinamento da temática com a produção de significados coletivos. Apresentaremos a comunicação sob a ótica do pluralismo que envolve a temática da sustentabilidade e, também, da acelerada expansão das experiências comunicacionais. Destacaremos a oportunidade de promover e integrar os conhecimentos pelo processo de cocriação, ou seja, pela dinâmica da comunicação interna - a qual integra a comunicação organizacional -, os colaboradores, gestores e diretores podem contribuir com uma produção conjunta na perspectiva de melhoria do desempenho organizacional.

O quarto capítulo abordará a compreensão da relevância da pesquisa como atividade central da ciência e remeterá à necessidade de se discorrer sobre a exigência de utilização de métodos com o propósito de encontrar resposta para um problema específico. Esse capítulo realçará, portanto, o tipo da abordagem utilizada na nossa pesquisa e a sua forma.

Passaremos para o quinto capítulo, que tratará da análise dos documentos apresentados como essenciais à pesquisa e sua relação com os referenciais teóricos de pesquisadores identificados no estudo. No sexto capítulo, discorreremos sobre as nossas conclusões e sobre a proposição digital, que, acreditamos, irá contribuir com a aprendizagem organizacional nas questões atinentes à sustentabilidade. Em seguida, apresentaremos o sétimo capítulo com a fonte das nossas consultas e estudos, o que consiste nas referências bibliográficas.

A proposição da solução digital pode se apresentar como uma prática comunicativa, que gera possibilidades de educar e fomentar, de variadas formas, ações para sensibilização, mobilização e engajamento de novos modelos mentais que levem as pessoas a repensarem suas escolhas em relação ao consumo, desperdícios, qualidade de vida, além de se enxergarem como parte essencial na construção de sentido de sustentabilidade.

Logo, podemos afirmar que esse percurso buscará incentivar a construção de valores edificantes e a compreensão do cenário socioambiental, praticando uma comunicação que estimule a participação ativa das pessoas na disseminação de conteúdos, conceitos e opiniões que promovam a sustentabilidade.

2 CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL DO MUNDO PÓS-MODERNO

Nesse capítulo, será delineado o conceito de sustentabilidade e sua dinâmica no cenário contemporâneo. Apontaremos a necessidade da incorporação de uma lógica que proponha soluções para problemas complexos inerentes à conjuntura em que vivemos. É imprescindível a concepção de práticas capazes de proporcionar um desenvolvimento compatível e respeitoso com o ecossistema, de forma a diminuir os efeitos dos desastres naturais impulsionados pelo homem.

Apresentaremos a administração pública na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços e seu papel estratégico na revisão dos padrões de consumo e na adoção de referenciais de sustentabilidade em suas atividades.

Discorreremos sobre a urgência de encontrar soluções aos problemas inerentes à sustentabilidade por meio de instrumentos com inovação e criatividade, e, finalmente, faremos a exposição do cenário socioambiental no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

2.1 Sustentabilidade: o conceito

Trata da exposição do conceito de sustentabilidade e dos avanços expressados ao longo dos anos, além da indispensável concepção de práticas capazes de proporcionar um desenvolvimento com equidade, compatível e respeitoso com o ecossistema, de forma a diminuir os efeitos dos desastres naturais impulsionados pelo homem. É fundamental se ter a compreensão do que propõe o conceito da sustentabilidade para fazer frente às exigências e ameaças impostas a essa realidade. Fazer resgates e pensar sobre a origem dos problemas ambientais e sociais evidenciam o teor de complexidade desse conteúdo e, por isso, devemos evitar o reducionismo de deduções e conclusões.

Portanto, ao examinarmos novos problemas que se apresentam diante de nós, é necessário se compreender a importância de atualizações nos nossos modelos mentais para aceitar mudanças e abraçar novas oportunidades de atuação. A temática contempla aspectos de continuidade, integração e engajamento que, mesclados, contribuem para a construção de pensamentos sistêmicos e, conseqüentemente, de soluções sistêmicas. O sentido da sustentabilidade exige atenção para questões de sobrevivência, preservação, pertencimento e interdependência numa arena com variados atores. É perceptível a inclusão da agenda das questões que envolvem a sustentabilidade e o grande interesse que o assunto tem despertado, sobretudo nas últimas décadas, na comunidade científica, no poder público, nas corporações

privadas, profissionais liberais, ecologistas, consumidores, políticos e na sociedade como um todo.

Todas as deliberações que afetam a sustentabilidade precisam se apoiar num conhecimento profundo de tudo o que rege a natureza, tudo o que passou pelo teste de milhões de anos de evolução. (HARARI, 2020)

Estimular reflexões sobre vinculação dos problemas ambientais e sua exploração pelos seres humanos remete às mais remotas épocas, conforme trata Camargo (2016):

Desde o humano primitivo, na luta pela subsistência e manutenção de sua vida e prole, algum nível de exploração dos ambientes naturais já poderia ser observado. Deste modo, acredita-se que em uma sociedade ainda não civilizada, o ambiente e as paisagens já começavam a ser influenciados por atividades antrópicas, fenômeno que se intensificou conforme o ser humano passou de nômade errante para ter uma vida sedentária, sobretudo pelo advento da agricultura, pastoreio, construções fixas (rupestres), entre outras atividades exclusivamente humanas e inéditas até então. Percebe-se, a partir das considerações feitas até aqui, que os ambientes naturais já tendiam a transformações muito antes da superpopulação da espécie humana. (2016 p.19)

Porém, pouco se avança com a verificação de que a devastação do meio ambiente tenha iniciado por ocasião em que o ser humano colocou abaixo a primeira árvore. É necessário alcançar que essa constatação não exclui da espécie humana uma característica que lhe é peculiar: a da responsabilidade.

Apesar de os seres humanos serem impulsionados por necessidades, eles as efetivam com o exercício da liberdade e responsabilidade. Têm consciência das consequências positivas e negativas. Camargo reforça que:

A preocupação atual com as questões ambientais (sem precedentes na história) se deve, segundo alguns autores, ao iminente risco de desaparecimento das várias formas de vida do planeta como consequência das diversas atividades humanas, em especial o suposto risco de extinção da própria espécie humana, da qual fazemos parte [...] Esta ideia é reforçada e também encontra sentido em Teske (2005), bem como no contexto do documento intitulado “Relatório Brundtland”, os quais afirmam que a preocupação com as questões ambientais tomou proporção mundial, sobretudo, quando começamos a entender que nós, humanos, também somos elementos da natureza e que exercemos relação de dependência para com os demais elementos do ambiente biogeofísico e que fazemos parte de um mesmo mundo, desigual e injusto. (2016 p.20)

O planeta é a nossa casa, e precisamos respeitá-lo; não existe vida saudável sem planeta saudável. Casali (2009) contribui ao discorrer sobre peculiaridades inerentes ao sistema-vida. Aponta para a necessidade de compreensão da existência de princípios que se conectam e se complementam na regência desse sistema. Destaca que o princípio da diversidade consentiu que as variações genéticas construíssem formas de vida complexas, inteligentes e autoconscientes. Refere que o princípio da sociabilidade indica que a sociabilidade e a comunicação são uma condição humana. Quanto ao princípio de responsabilidade, este revela

que as consequências das ações humanas comprometem quem as realiza. Em extensão ao princípio da responsabilidade e com intensa relevância, destaca-se o princípio da sustentabilidade.

A inteligência que regeu até aqui a realização e evolução do sistema-vida é independente de nós e continua a sê-lo. Nós somos seu produto, suas criaturas. Seria um absurdo lógico e antinatural voltarmos-nos contra esse fundo de realidade que nos produziu. Seria voltarmos-nos contra nós mesmos. Nesse sentido, o suicídio é contra a natureza. Devemos a natureza, antes: reconhecimento, respeito, reverência e responsabilidade. A responsabilidade primeira e última que temos é a de não impedir que o sistema-vida siga realizando suas potencialidades de modo sustentável, isto é, sem que se comprometam as fontes vitais de recursos naturais e culturais que garantem o futuro da espécie humana e do sistema-vida. Estamos diante do sistema de sustentabilidade, o qual, traduzido no equilíbrio ambiental, econômico, social e cultural, é a astúcia do sistema-vida em busca do futuro, ou seja, da perenidade. (CASALI, 2009, p.167)

É visível a necessidade de se estabelecer debate em torno do futuro da humanidade e do planeta Terra. Assim, é significativo compreendermos a definição de meio ambiente. Recorremos à Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 1981, que esclarece, em seu artigo 3º, que “Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Percebe-se que o conceito está permeado de elementos (naturais e sociais), que se relacionam de forma dinâmica e podem propiciar transformações de diversas ordens.

Fica evidente o entrelaçamento de diversas áreas do conhecimento e o realce da multidisciplinaridade. O conceito revela uma abrangência expressiva e sugere que o equilíbrio e a saúde de um ambiente condicionam-se ao grau de excelência da integração e interação desse conjunto de elementos.

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. (JACOBI, 2003, p. 190)

A degradação e desordem ecológica decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento das sociedades num contexto mundial trazem à tona os processos de industrialização, produção de alimentos, poluição e consumo. Os problemas são complexos e estão associados à relação entre sociedade e meio ambiente.

A necessidade de proposições de soluções frente aos problemas do direito à vida com dignidade dentro de um ambiente saudável gera uma ampla discussão em nível mundial. “Um nicho de pensamento se encontra no seio das Nações Unidas (ONU)” (BOFF, 2011 p.15). Criada em 1945, propunha-se, como tarefa fundamental, a segurança mundial sustentada por

três polos principais: direitos humanos, a paz e o desenvolvimento socioeconômico. Até então, não se fazia nenhuma referência a questões ecológicas.

O conhecimento do problema é decisivo para a construção de alternativas que conduzam transformações de padrões produtivos e novas formas de promover estilos de vida e comportamentos.

Fica demonstrada a necessidade de intervenção, de elaboração de estratégias e de planos de ação voltados ao equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente bem como a concepção de instrumentos com o objetivo de delinear essas tratativas.

O início da concepção de instrumentos para tratar de problemas socioambientais aconteceu em 1972, por ocasião da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) em Estocolmo, na Suécia. Em 1983, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões, tendo sido atribuído ao material final desses estudos o nome de “Nosso Futuro Comum” ou Relatório de Brundtland¹. O documento protagonizou as primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre desenvolvimento sustentável, conceito identificado como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (BARBIERI, 2018).

Nele, encontra-se a definição de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991, p. 46).

A partir do Relatório Brundtland, houve a popularização dos temas referentes à sustentabilidade e desenvolvimento sustentável que passaram a ser difundidos como indutores de modificações necessárias, visando à redução de impactos socioambientais negativos. Essa sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento sustentável, ou seja, é formada por um conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas (BARBIERI, 2018). O conceito está relacionado ao equilíbrio entre saúde econômica, ambiental e social de uma comunidade e reúne múltiplos interesses e práticas.

¹ Este relatório é o resultado do trabalho da comissão da ONU World Commission on Environment and Development, presidida por Gro Harlem Brundtlandt e Mansour Khalid, daí o seu nome. O documento parte de uma abordagem da complexidade das causas que originam os problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente teve como marco a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Posteriormente, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 225, estabeleceu que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Na década de 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que reconheceu a importância de se assumir a ideia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento.

Dalmoro esclarece:

A partir desta época, a sustentabilidade se destacou como um dos temas em evolução e consolidação na academia e no atual ambiente de negócios, constituindo-se um importante instrumento que tem permitido às organizações a implementação de estratégias que englobam preocupações de grande relevância para a sociedade como um todo, tais como as questões de ordem social e ambiental, que ultrapassam a dimensão econômico-financeira. A inclusão da lógica da gestão sustentável tem exigido das organizações a ampliação dos propósitos corporativos e a necessidade de abarcar um conjunto ampliado de interesses que passa a considerar aspectos ligados aos relacionamentos entre as organizações, ao meio ambiente, à responsabilidade social e às demandas da sociedade em que vivemos. Assim, a incorporação das dimensões da sustentabilidade, como também a internalização do conceito de desenvolvimento sustentável, representa um desafio para as organizações. (DALMORO, 2009, p.89)

Na sociedade atual, observa-se que os valores ligados ao desenvolvimento sustentável e ao respeito às políticas ambientais têm sido institucionalizados em maior ou menor grau nos diversos países pela mídia, pelos movimentos sociais e ambientalistas e pelos governos. Percebe-se a existência de proposições de ações cada vez menos lineares que incentivam a inter-relação dos conhecimentos e apelam para construções plurais.

Práticas coletivas e colaborativas tendem a criar identidades e valores comuns e privilegiam o diálogo entre os saberes. Para Jacobi,

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. (JACOBI, 2003, p.191)

O propósito que contempla o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de fomentar mudanças sociopolíticas que não pactuam com as degradações ecológica e social, que destroem o sistema vida. Nessa perspectiva, podemos citar a Agenda 21, que segundo Barbieri:

Trata de um documento aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992[...]. É uma espécie de receituário abrangente para guiar a

humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável. (BARBIERI, 2018 p.9)

Agenda 21² foi a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI.

O propósito da sustentabilidade continuou se ampliando, e, em 2012, foram instituídos pela ONU, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A proposta foi produzir um conjunto de objetivos que conduzissem os governos, empresas e sociedades para um mundo mais sustentável e inclusivo. Eles servem como uma orientação para os países superarem os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes.

Por outro lado, no ano de 2015, foi adotado na Assembleia Geral da ONU o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos. OS 17 ODS são o núcleo dessa Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. Os Objetivos integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Fica demonstrado que dispomos de conhecimento, evidências e tecnologias para tomar as decisões necessárias que tenham o poder de colocar o compromisso com o desenvolvimento na direção da sustentabilidade. É imprescindível a transição do nível de intenções teóricas até o estágio da ação efetiva. Jacobi (2003) reforça que, num sentido amplo, a internalização do desenvolvimento sustentável reposiciona as relações entre a sociedade humana e a natureza e impõe o desafio do rito de passagem da compreensão do conceito para materializações de ações.

2.2 Sustentabilidade no Contexto da Administração Pública

² 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

É sabido que a legitimidade de uma organização passa pela condição de compreendê-la como um organismo vivo, que tem um papel, um propósito, uma razão de existir.

Para Cardoso e Cunha, “Uma organização é uma construção coletiva, que viabiliza a ação de um grupo com determinadas finalidades, podendo ser mais ou menos estruturada, mais ou menos formalizada”. (2005, p. 13)

A administração pública é composta por organizações que executam ações estruturadoras da sociedade e procuram satisfazer suas necessidades. Presume-se que deve ser referência na utilização de condutas, responsabilidades e prestação de serviços, por utilizar recursos públicos originados pelos contribuintes.

A dimensão dos desafios sociais, econômicos e ambientais, que encontramos no cotidiano, instiga a emergência de encontrar alternativas e propor estratégias para responder às exigências de uma sociedade que se revela cada vez mais complexa.

Essa sociedade gera a necessidade de articulações e protagonismos de todos os segmentos, do setor público e do produtivo. Demonstra-se, assim, a prioridade de enfatizar o sentido de corresponsabilidade coletiva como oportunidade de criar novos modelos de negócios e serviços para a oferta de soluções adequadas.

Ao elencarmos alguns enfrentamentos no contexto da administração pública, deparamo-nos com questões cruciais, a exemplo da transparência governamental, conectividade, corrupção, parcerias institucionais, desigualdade social, preocupação ambiental, inovação, educação, comunicação, entre outras.

Nota-se que deficiências estruturais repercutem nos serviços prestados; logo, são necessárias ações que proponham novos formatos de relacionamento com a sociedade.

O poder público, além da reponsabilidade de regulamentar e fiscalizar as ações oriundas dos entes públicos em geral, também tem como função ser agente propagador de políticas públicas. Para Secchi, Coelho, Pires (2019, p. 236) “política pública é a diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Dessa forma, é possível estimular soluções para melhorias de diversas ordens que permeiam o cenário cotidiano. Nessa direção, identifica-se que a política pública possui elementos intrínsecos:

“Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, COELHO, PIRES, 2019, p. 2).

Observa-se, mediante os constantes destaques das mídias na última década, tanto no país como fora dele, que uma das preocupações mundiais envolve as relações entre modelos de desenvolvimento e o meio ambiente equilibradamente sustentável.

Exemplos de eventos que evidenciam isso são: em 2012, realização da Conferência Rio+20, no Brasil; em 2015, lançamento pelas Nações Unidas da Agenda 2030 (utilizando como núcleo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), a qual propõe um plano de ação global para mudar o mundo até 2030; adoção do Acordo de Paris, com o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas, rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), o maior desastre ambiental da história do Brasil; em 2017, realização do seminário Reputação Brasil Caminhos para o Amanhã no Rio de Janeiro, que debateu o papel das empresas e da sociedade na construção da reputação do país; em 2019, o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que resultou na morte de 270 pessoas, a greve global pelo clima e a ativista Greta Thunberg ajudam a ampliar a repercussão do debate sobre as mudanças climáticas; em 2020, a realização da 50ª Conferência do Fórum Econômico Mundial (WEF) com tema “Stakeholders para um mundo coeso e sustentável”, com maioria dos discursos focando em um chamado à ação contra a Emergência Climática.

É visível que a urgência do desenvolvimento e a necessidade de proteger o meio ambiente por meio de iniciativas sustentáveis são questões complementares. O desenvolvimento implica o acompanhamento orientado pelas necessidades socioambientais. Ou seja, é premente a criação de proposições que respondam, ao mesmo tempo e de forma sustentável, o crescimento econômico coerente com as políticas para o desenvolvimento sustentável.

O processo de institucionalização de políticas socioambientais demanda esforço e coordenação do poder público, sendo salutar adotar estratégias que vão desde a correta aplicação dos instrumentos previstos na legislação até formas inovadoras de atuação. Merece realce a importância do conhecimento para efetividade da solução proposta. Para Nonaka e Takeuchi (2008, p. 54):

Quando as organizações inovam, elas não processam simplesmente a informação, de fora para dentro, visando solucionar problemas existentes e adaptar-se ao ambiente em mudança. Elas realmente criam novos conhecimentos, de dentro para fora, visando redefinir tanto os problemas quanto as soluções e, no processo, recriar seu ambiente.

Enfatizam que o conhecimento é essencialmente relacionado com ação humana; que o conhecimento tácito é pessoal e difícil de formalizar, e o explícito refere-se ao que pode ser transmitido sistematicamente, na linguagem formal. Os autores observam, também, que tão importante como o processo de criação do conhecimento é o compartilhar do conhecimento criado na organização com o mundo exterior, por meio da criação das “redes de conhecimento” com os clientes, as universidades e outras organizações.

Nessa linha, concebe-se que a disseminação do conhecimento pode reforçar o intercâmbio de experiências e a ampliação do seu alcance pode contribuir para gerar impactos positivos apropriados às mudanças básicas e necessárias.

Sabe-se que educação e conhecimento são esferas interligadas. Após a Conferência de Estocolmo de 1972, a Educação Ambiental - EA passou a receber maior atenção, especialmente nos fóruns relacionados com a temática do desenvolvimento e do meio ambiente. (BARBIERI, DA SILVA 2011)

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-la em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida [...]. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 2003, p.197)

Tendo em vista a interligação acima mencionada entre as duas esferas, é importante reconhecer que o aporte de conhecimento potencializa o processo de educação, e esta amplia a perspectiva da construção de autonomia e cidadania de toda sociedade.

É neste sentido que penso a Educação não como um fim. Não como um ponto de chegada, mas, sim, como um primeiro passo, como um ponto de partida para a

construção e/ou para a ampliação da cidadania de homens e de mulheres que se encontram à margem do processo de participação nas riquezas e nas oportunidades de trabalho, lazer, saúde, etc. A Educação pode se constituir em uma das portas que possibilitarão a uma significativa parcela de brasileiros(as) acesso aos diferentes bens e serviços produzidos em sociedade. (BARCELOS, 2018, p. 389)

O contexto capacitante é imprescindível para criar e transferir conhecimentos, para inovar e sustentar a eficiência das organizações, incrementar as transformações sociais e romper paradigmas.

Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. (JACOBI, 2003 p.190)

A ausência do conhecimento implica o comprometimento da capacidade de lidar com as circunstâncias difíceis que se apresentam no dia a dia. Vivemos mudanças que acontecem na mesma era e nas mais variadas dimensões. Múltiplos caminhos se apresentam de forma complexa, existindo a necessidade de simplificar e agir. Dessa forma, impõe-se como condição o desenvolvimento de novas habilidades, criatividade e consciência crítica para apresentar melhorias e agilidade nos processos e serviços prestados, levando-se em conta as regras

basilares da administração pública. Esta é alicerçada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em concordância com o Artigo 37 da CF/88, tendo em vista a supremacia do interesse público.

Os desdobramentos das discussões sobre os impactos socioambientais negativos, decorrentes do excesso de consumo revelaram a percepção do poder público como um expressivo consumidor de bens e serviços. Nessa perspectiva, manifesta-se a premência de transformações nas ações de responsabilidade socioambiental corporativa, com capacidade de reforçar valores afinados com o discurso “sustentável”.

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P³ credencia a administração pública como grande consumidora de bens e serviços, como cumpridora responsável das políticas públicas e com o poder de compra que possui por meio das licitações, precisando ser exemplo de boas práticas nas atividades que lhe cabem.

Gestores públicos federais, estaduais e municipais devem evitar processos decisórios que se desviem dos propósitos e valores inerentes ao próprio conceito de sustentabilidade e observar os benefícios advindos de condutas que incluem princípios do desenvolvimento sustentável nas rotinas corriqueiras inerentes às responsabilidades que lhes pertencem.

Cada vez mais, o atributo da transparência é exigido tanto na dinâmica da administração pública como nas questões afetas à sustentabilidade; cobra-se mais coerência entre o discurso e a prática e conquista-se o exercício da cidadania.

Cabe reforçar que a incorporação de práticas sustentáveis permite a redução de desperdícios, promove a economia de recursos naturais e financeiros, além de impulsionar a revisão dos padrões de consumo no âmbito institucional. Não menos importante é o destaque que deve ser dado às práticas sociais que estimulam a inclusão, ampliação da cidadania e dignidade como forma de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

São necessários avanços que não permitam descuidos com condutas e procedimentos no âmbito das relações pessoais e profissionais, pois é sabido que nenhum de nossos principais problemas – energia, meio-ambiente, mudança climática, desigualdade econômica e social e agora a pandemia – pode ser compreendido isoladamente. São problemas sistêmicos, estando todos interconectados.

³ Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999. Busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicas. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, induzindo à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Apresentar respostas às pressões impostas pela diversidade de ameaças evidentes impõe compromisso indissociável com a consciência, Para Berger e Luckmann (2012, p 14), “A consciência tomada em si não é nada; deve haver sempre consciência de algo”.

A atuação eficiente da administração pública nas questões da sustentabilidade passa pela implementação de boas práticas. Assim, evita-se que as deliberações permaneçam no nível de intenções teóricas que não expressam conquistas e avanços na temática.

Segundo Barbieri (2004), os diferentes atores sociais têm contribuído para a diversidade de práticas hoje disponíveis ao setor empresarial e ao poder público nas diferentes áreas de atuação.

É imperiosa a necessidade de construir outras formas de viver e de se organizar que possibilitem alternativas de articulação com a coletividade, voltadas para o enaltecimento do bem comum, essencial à saudável qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nesse contexto, é fundamental mostrar a parcela de engajamento da administração pública pela exposição de boas práticas de gestão implantadas em múltiplos órgãos. Apresentamos alguns exemplos: A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente, criado em 1999, com o objetivo de estimular a implementação da prática da responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública em todos os seus poderes e esferas de governo. O Programa A3P sistematizou em seis eixos temáticos aquilo que é fundamental para um projeto de sustentabilidade: uso dos recursos naturais; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; compras sustentáveis; construções sustentáveis; e gestão de resíduos sólidos.

- a) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU - aborda as questões da sustentabilidade nas contratações públicas, tendo sido publicado em 2016. É recomendado pela Consultoria-Geral da União nos pareceres opinativos dos Advogados Públicos Federais, sendo referência quanto aos parâmetros, práticas e critérios de sustentabilidade também entre os órgãos de controle, a exemplo da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União.
- b) Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal - Ministério Planejamento e Gestão - Governos Locais pela Sustentabilidade – ICLEI - apresenta abordagens esclarecedoras sobre compras governamentais, sustentabilidade e compras

- sustentáveis. Apoia o desenvolvimento socioambiental e aponta implantações de soluções viáveis.
- c) Política de sustentabilidade de contratações de bens e serviços do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT- criado pra nortear a gestão de contratações pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações no âmbito do TJDFT, além da formulação do plano de contratações, alinhados com os propósitos do desenvolvimento sustentável.
 - d) Plano de Logística Sustentável, criado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ por meio da Resolução 201/2015, que propõe o roteiro das ações de sustentabilidade no Poder Judiciário e dispõe sobre a criação e as competências dos núcleos socioambientais. O normativo também estabelece os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico, com metas definidas pelos tribunais e atualizadas a cada ano. Dados, como o consumo de água, energia, papel, gasolina, produtos de limpeza, entre outros, são anualmente informados ao CNJ, que produz o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário.
 - e) Agenda 2030 Integrada no Poder Judiciário - o Poder Judiciário Brasileiro é pioneiro no mundo, na institucionalização da Agenda 2030 e indexação de sua base de dados com 80 milhões de processos a cada uma dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para 2020, a meta 9 consiste em integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, e, para isso, o tribunal deve realizar ações de prevenção ou *desjudicialização* de litígios voltadas aos ODS da Agenda 2030.
 - f) Resolução CNJ 347/2020 - institui a Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário, dispondo sobre princípios, diretrizes, instrumentos e mecanismos para as contratações realizadas pelo Poder Judiciário. As diretrizes constantes da nova resolução reafirmam as funções da boa governança, quais sejam a de promover o direcionamento, a avaliação e o monitoramento da gestão, estabelecendo princípios e mecanismos estruturantes que visam garantir a sustentabilidade, a integridade, a eficiência dos atos praticados nas contratações e, principalmente, a entrega de melhores resultados à sociedade.

2.3 Sustentabilidade e Inovação

2.3.1 SUSTENTABILIDADE

A aceleração das mudanças nas últimas décadas, em especial no século 21, tem influenciado a conduta das organizações públicas e privadas nos âmbitos local e global. Avanços tecnológicos geram novas necessidades e a vasta quantidade de informações - é importante extrair um sentido das informações e perceber aquelas que realmente são relevantes

- se apresentam como um desafio a ser enfrentado. Os comportamentos e as escolhas individuais e corporativas devem ser pautados na análise do cenário que impõe condições, e o desenvolvimento de habilidades representa uma delas.

Harari (2018) discorre sobre a urgência do desenvolvimento das habilidades para resolução de problemas e tomada de decisões. Reforça que a visão do todo sinaliza para o desenvolvimento das habilidades genéricas, da vida e deve conduzir para melhores decisões, portanto, merece ser mais enfatizada. Aponta que não é básico o estímulo às habilidades técnicas e destaca que especialistas alegam a importância de se potencializar “os quatro Cs”: o pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade.

“O mais importante de tudo será a habilidade para lidar com mudanças, aprender coisas novas e preservar seu equilíbrio mental em situações que não lhe são familiares. Para poder acompanhar o mundo de 2050 você vai precisar não só inventar novas ideias e produtos - acima de tudo, vai precisar reinventar a você mesmo várias e várias vezes” (HARARI, 2018 p. 323)

Discutir o caminho a ser trilhado para estar inserido num contexto incitado por mudanças constantes remete atenção a questões que se apresentam de forma transversal e interdisciplinar. As temáticas da inovação e sustentabilidade se interligam substancialmente, e a comunicação se encarrega da construção de narrativas para dar visibilidade a esse universo. Devem estar alinhadas na perspectiva de criar soluções que atendam não só às necessidades ambientais e sociais como também motivar novas oportunidades de negócios e serviços.

Conforme exposto anteriormente, a Conferência de Estocolmo alertou para a inevitabilidade de intervenção no meio ambiente e advertiu que a degradação ambiental não delimitava fronteiras. A partir desse evento, especialistas discutem argumentos como "desenvolvimento zero" defendido pelos países industrializados e "desenvolvimento a qualquer custo" amparado pelos países considerados subdesenvolvidos. Para Sachs (2002), a consciência mundial ainda não tinha chegado a uma solução de medidas lógicas de como proceder, na

prática, a essa compatibilidade; apesar de não ser aceita a proposta do crescimento zero na Conferência de Estocolmo.

Na sequência, foi apresentado o, também mencionado, Relatório de Brundtland, também chamado “Nosso Futuro Comum”, o qual identificou o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991, p. 46). “O movimento pelo desenvolvimento sustentável parece ser um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século e milênio” (BARBIERI et al., 2010).

Com base nesse marco, observa-se uma série de movimentos que estimularam programas e ações para suscitar maior consciência global em relação ao meio ambiente e às consequências sociais que dele decorrem. Além disso, verificam-se contribuições sobre a temática à luz de especialistas que contemplaram explicitações das esferas da sustentabilidade, anteriormente não explicitadas. Elkington (1994) apresenta o viés da sustentabilidade pela proposta do “Triple Botton Line” (People, Planet and Profit, ou Pessoas, Planeta e Lucros), baseado na segurança ambiental, equidade econômica e justiça social. Defende que, para a organização ser considerada sustentável, deve integrar resultados positivos diante dessas três bases e apresenta que a sustentabilidade é algo muito maior do que simplesmente a preservação de recursos naturais.

O quadro 1 apresenta os principais acontecimentos na linha do tempo que tiveram influência na sustentabilidade.

Quadro 1- Principais acontecimentos na linha do tempo que influenciaram a sustentabilidade

ANOS	ACONTECIMENTOS
1940	Declaração Universal de Direitos Humanos (1948)
1950	Nas universidades americanas, já se discute o conceito de responsabilidade social empresarial. Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher e Declaração de Direitos da Criança
1960	Bióloga americana Rachel Carson publica o livro Primavera Silenciosa, considerado um marco para o entendimento das inter-relações entre economia, meio ambiente e questões sociais.
1970	Conceitos de sustentabilidade se expandem pelo mundo a partir da “Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano”, realizada em Estocolmo – Suécia em 1972. Criação do Clube de Roma, voltado para a discussão dos limites do crescimento (1972).

	Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais (1976).
1980	<p>1981 A Lei nº 6.938/81 institui a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando dar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.</p> <p>1981 Fundação do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas –, que tem, entre os fundadores, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Uma instituição sem fins lucrativos cuja missão é aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.</p> <p>1985 Convenção de Viena, voltada para a proteção da camada de ozônio</p> <p>1988 PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e Organização Meteorológica Mundial constituem o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – com o objetivo de fornecer formações científicas, técnicas, ambientais, sociais e econômicas que contribuam para o entendimento das mudanças climáticas.</p>
1990	<p>1987 Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega, publica o Relatório Brundtland no documento “Nosso Futuro Comum”, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, então chefiada por ela. Protocolo de Montreal para banir o uso de clorofluorcarbonatos (CFCs).</p> <p>1988 PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e Organização Meteorológica Mundial constituem o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – com o objetivo de fornecer informações científicas, técnicas, ambientais, sociais e econômicas que contribuam para o entendimento das mudanças climáticas.</p> <p>1992 Realização da Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ou Rio-92, na qual foram elaborados documentos importantes, como Declaração do Rio e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. O evento foi o ponto de partida para o Protocolo de Quioto e a Agenda 21.</p> <p>1992 Criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, instituída com o objetivo de implementar as convenções e os tratados aprovados na Eco-92. É uma entidade que pensa e estrutura projetos de desenvolvimento sustentável graças a uma organização que concilia a fronteira do conhecimento com capacidade gerencial.</p> <p>1993 Realizada pela ONU a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, com a participação de 171 Estados, que reafirmaram o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p> <p>1994 Criação do conceito do Triple Bottom Line pregando segurança ambiental, equidade econômica e justiça social.</p> <p>1997 Assinatura do Protocolo de Quioto, documento, que estabelece, para os países desenvolvidos signatários, metas de redução das emissões de gases de efeito estufa.</p> <p>1997 Fundação do CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável –, que surge com o objetivo de integrar os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável no contexto dos negócios, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental.</p> <p>1997 Instituição da Agenda 21 Brasileira pela Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 21 – processo de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação natural, a justiça e o crescimento econômico.</p>

	<p>1998 Fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com o propósito de auxiliar as empresas instaladas no Brasil a assimilar o conceito de responsabilidade social empresarial e incorporá-lo ao dia a dia de sua gestão, em um processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento.</p>
2000	<p>2000 Lançada a Agenda 21 Brasileira, com o objetivo de ampliar as discussões relativas à sustentabilidade nacional nos âmbitos estaduais e regionais.</p> <p>2000 Cúpula do Milênio da ONU, encontro realizado em Nova York. Deu origem à Declaração do Milênio, que define os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – metas concretas a serem atingidas pelos 191 estados membros da ONU até 2015.</p> <p>2002 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Cúpula do Milênio ou Rio+10. Ocorreu em Johannesburgo – África do Sul e teve como metas a implementação da Agenda 21 mundial e avaliação dos obstáculos encontrados para atingir as metas propostas na Eco-92 e dos resultados alcançados em dez anos.</p> <p>2009 Lançada a primeira edição do Guia CEBDS de Comunicação e Sustentabilidade</p> <p>2012 Realização da Conferência Rio+20, no Brasil.</p> <p>2015 Lançamento pelas Nações Unidas da Agenda 2030 e 17 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).</p> <p>Adoção do Acordo de Paris, com o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas.</p> <p>2019 A greve global pelo clima e a ativista Greta Thunberg ajudam a ampliar a repercussão do debate sobre as mudanças climáticas</p> <p>2020/ janeiro - carta de Laurence Fink, fundador, Chairman e CEO da <i>BlackRock</i>, Inc, aos CEOs das empresas que recebem investimentos da companhia, que é a maior gestora de fundos de investimento do mundo, coloca a sustentabilidade como prioridade para as análises de investimentos.</p> <p>2020/ janeiro também acontece a 50ª Conferência do Fórum Econômico Mundial (WEF) com tema “Stakeholders para um mundo coeso e sustentável”, com maioria dos discursos focando em um chamado à ação contra a Emergência Climática</p>

Fonte: Guia de Comunicação e Sustentabilidade - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) 2020.

A temática da sustentabilidade é plural e reverbera nas mais diversas áreas do conhecimento, porém é pela comunicação que ganha visibilidade para influenciar a construção de políticas públicas, divulgar denúncias, expor ações inovadoras e, principalmente, estimular a consciência das pessoas para entender o problema, decodificar suas causas, com a finalidade de protagonizar transformações positivas. O Guia de Comunicação e Sustentabilidade⁴ destaca:

Memória e experiência, essa dualidade poderosa de um ser humano, que pensa, a partir do presente, o mundo e suas relações com outros seres sencientes ou não: animais, vegetais, minerais. Buscar e conservar relações equilibradas entre nós e as dimensões

⁴ Guia de Comunicação e Sustentabilidade - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) 2020 está disponível na internet em <https://cebds.org/cebds-lanca-nova-edicao-do-guia-de-comunicacao-e-sustentabilidade/#.X4cNQNVKjIV>

elementares – a água, o fogo, o ar e a terra – de nosso mundo é parte importante de uma definição de Sustentabilidade.

Salientar as contribuições teóricas, suas origens e evolução, posiciona a importância de se elevarem as questões correlatas à sustentabilidade ao patamar de visibilidade de forma a possibilitar relações socioambientais equilibradas.

Exigências impostas na atualidade requerem aprimoramentos nos arranjos organizacionais de diversas ordens. A disseminação do conceito de sustentabilidade, exposto no histórico apresentado, sinaliza que as práticas sustentáveis estão sendo cada vez mais demandadas pela sociedade. É pertinente, pois, a condição de adequação das instituições, de forma que propiciem maneiras mais eficientes de utilizarem seus recursos; aprimorem seus processos, produtos e serviços; e planejem suas condutas de atuação de forma sustentável. “Os governos, a indústria, os sindicatos e os consumidores devem promover o aprofundamento da compreensão da relação existente entre um meio ambiente saudável e práticas empresariais saudáveis” (BARBIERI, DA SILVA, 2011 p. 59).

Evidencia-se que as proposições que incluam a sustentabilidade como eixo implicam a construção de novos valores, conhecimentos e aprendizagens. Entre as diversas possibilidades de mudança de comportamento, o processo de educação representa um forte instrumento de conscientização e desenvolvimento de toda sociedade.

Alinhada a essa compreensão, a já citada Agenda 21 dedicou o artigo 36, que discorre sobre a Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento. Dessa forma, registra-se um marco conceitual da educação ambiental como instrumento de resposta às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza.

Educação e humanização são termos indicotomizáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “trans-formar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando -os humanos. Ademais, concebemos o ato pedagógico como um ato de educar; e o trabalho do educador efetiva-se com e entre seres humanos. E, nesse sentido, compreendemos que uma educação autêntica promove a dignidade das pessoas, esperançosa de que vivam humanamente, isto é, que sejam capazes de fazerem-se, construir-se, inventarem-se, desenvolverem-se, pois não nascemos prontos, acabados, satisfeitos”. (ECCO, NOGARO, 2015, p.4)

Nesse sentido, percebe-se que alguns avanços na dinâmica da sustentabilidade relacionam-se a ajustes de prioridades, mudanças em padrões mentais destrutivos, utilização da comunicação como instrumento de construção de significados coletivos numa arena que interagem gestores públicos, empresários, educadores e demais atores da sociedade contemporânea. A produção e disseminação de conhecimento, a criação de políticas públicas, a educação ambiental associadas ao despertar de uma nova dimensão da consciência são

elencadas como alguns fios condutores de mudanças nas relações entre a humanidade e a natureza e devem refletir o compromisso para a melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida de todas as pessoas. É imprescindível considerar que a capacidade de inovação se apresenta como força impulsionadora de transformações e identificação de novas oportunidades para proposições de soluções frente aos desafios impostos à luz da temática.

2.3.2 INOVAÇÃO

Nada mais contemporâneo que a condição de adaptação das organizações públicas ou privadas, do governo, da sociedade civil, da comunidade científica, a oferta de soluções e respostas tempestivas aos cenários de incertezas. A compreensão da realidade é essencial para proposições de soluções adequadas, sendo considerada uma etapa do processo de inovação. A contextualização histórica estabelece conexões que dão sustentação à realidade atual. Estudos demonstram que o tema inovação teve sua origem no final do Século XVIII, no contexto da Revolução Industrial, mas foi Joseph A. Schumpeter quem iniciou formalmente (VAZ; URIONA, 2019). É considerado um dos economistas mais importantes da história, sobretudo por suas contribuições na teoria do crescimento econômico, democracia, estratégias empresariais e história econômica.

Ao falar sobre inovação, é essencial citar o Manual de OSLO (OECD, 2005). Este destaca que a capacidade de determinar a escala das atividades inovadoras, as características das empresas inovadoras e os fatores internos e sistêmicos que podem influenciar a inovação é um pré-requisito para o desenvolvimento e a análise de políticas que visem incentivar a inovação tecnológica.

Inovação é quando se introduz um bem ou serviço novo ou com características/ usos significativamente melhorados tem -se uma inovação de produto; estas inovações podem ser promovidas pelo uso de novos conhecimentos ou tecnologias ou, ainda, pela combinação deles. (OECD, 2005)

As necessidades surgem e, portanto, devem ser apresentadas novas soluções; a inovação vem por necessidade e suscita a criatividade. Como exemplo, apresenta-se a expectativa da nova era preocupada com a natureza, o planeta e a sociedade.

A partir dos instrumentais elaborados com conceitos formais sobre a temática da sustentabilidade e mediante a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” e sua disseminação, essas questões passaram a ter mais centralidade no cenário mundial, como um todo e acentuou-se o nível de preocupação com o futuro do planeta e com o meio ambiente. Esse aspecto trouxe reflexos nas políticas e estratégias empresariais e, como alternativa,

surtem novos modelos organizacionais, vistos como os mais apropriados para o novo ciclo que se inicia, como propõem as organizações inovadoras sustentáveis (BARBIERI *et al.* 2010).

As organizações inovadoras sustentáveis se destacam pelo desenvolvimento de operações, processos, serviços, produtos e relacionamentos que possibilitem benefícios econômicos sem que as questões ambientais e sociais sejam postas à parte (SANTOS & SILVA, 2016, p. 2)

Diante de um cenário que sinaliza transformações estruturais e nos moldes de relacionamentos, as organizações públicas e privadas são impulsionadas a agregar novos arranjos em seus produtos e serviços para atender às demandas de uma era mais atenta a questões inovadoras, criativas e com valores e hábitos que permeiam o conceito de sustentabilidade. Isso significa que a expectativa de efetividade das corporações por parte dos atores envolvidos e da sociedade como um todo passa pelo desenvolvimento de soluções dessas novas necessidades, e um dos caminhos retrata a utilização de práticas inovadoras alinhadas à melhor utilização dos recursos disponíveis. A proposição de unir inovação à sustentabilidade possivelmente trará ganhos competitivos e novas oportunidades de negócio.

Conforme já mencionado, as inovações são concebidas como de processo, de produto e organizacional, em que: as inovações de processo ocorrem quando uma determinada quantidade de produção (bens, serviços) pode ser produzida com menos recursos; as inovações de produto exigem melhorias para produtos existentes (ou serviços) ou o desenvolvimento de novos produtos[...] as inovações organizacionais incluem, por exemplo, novas formas de gestão, como a gestão da qualidade total (Rennings, 1998). No contexto do desenvolvimento sustentável, outro conceito que está sendo construído coletivamente por meio de um movimento de caráter planetário é o de responsabilidade social. (Freitas *et al.* 2012 p.368)

Enfatiza-se a urgência de alavancar modelos de gestão direcionados para a obtenção de resultados econômicos, sociais e ambientais positivos, afinado com o discurso de Elkington, mencionado anteriormente, que defende que a dimensão da sustentabilidade contempla as esferas econômica, social e ambiental. A evidência se dá pelo surgimento das inovações ecoeficientes.

Inovações ecoeficientes são, por exemplo, as que reduzem a quantidade de materiais e energia por unidade produzida, eliminam substâncias tóxicas e aumentam a vida útil dos produtos. Porém, elas podem gerar desemprego, destruir competências, prejudicar comunidades ou segmentos da sociedade, entre outros problemas sociais. Por isso, a dimensão social deve estar presente de forma explícita, para que a inovação ecoeficiente seja também uma inovação sustentável. (BARBIERI *et al.* 2010 p. 151)

Na mesma direção, o referenciado Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável⁵ apresenta a definição do termo ecoeficiência, o qual pode ser

⁵ O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável por meio da articulação junto aos governos e a

entendido como uma forma de produzir e fornecer serviços e bens competitivos no mercado com menor consumo de recursos naturais e menor geração de poluentes. O objetivo é satisfazer as necessidades humanas e manter a qualidade de vida com um mínimo de alterações negativas ao meio ambiente

No cerne dessa questão, consideram-se aspectos para a construção de modelos ecoeficientes, tais quais: observância às normas ambientais como uma oportunidade para a inovação, aumento da eficiência em toda a cadeia de valor, conhecimento de como os recursos renováveis e não renováveis afetam os ecossistemas de negócios e as indústrias, apropriação de técnicas como gestão de carbono e avaliação de ciclo de vida, redefinição de operações, com o intuito de utilizar menos energia e água, geração de menos emissões e desperdícios, conhecimento de mercado para aumentar os fornecedores de materiais e produtos sustentáveis (SANTOS & SILVA, 2019)

O Manual de Oslo, já apontado acima como referência nos temas relacionados à inovação, observa que esse processo não deve ser visto só com foco estritamente tecnológico mas também de outras formas, e, nesse espaço, reconhece-se a inovação social.

Segundo Barbieri (2007, p. 104), a responsabilidade social “diz respeito ao que deve ser feito e como deve ser feito com o intuito de contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável, um novo modo de conceber o desenvolvimento”. Freitas (2012, p. 368) também contribui com a conceptualização e afirma que “A responsabilidade social aliada à inovação social é o que caracteriza a pesquisa de inovações que se destinam ao atendimento de necessidades sociais. Essas inovações são comumente identificadas como inovações sociais, tecnologias sociais ou ecoinovações sociais”.

Criar relevância no processo de inovação associada aos aspectos da sustentabilidade traz perspectivas de promoção de vantagens que podem afetar de forma positiva o desempenho organizacional. A eficiência nos processos, o uso de novas tecnologias, o estímulo ao desenvolvimento social e o investimento em capacitação do corpo funcional devem ser enfatizados como estratégias para o impulsionamento de organizações inovadoras e socialmente responsáveis. A capacidade de compartilhar e gerar valor certamente influenciarão nos comportamentos e nas decisões dessa nova era que evidencia a preocupação com o equilíbrio entre saúde econômica, ambiental, mental, cultural e social.

sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema. O CEBDS foi fundado em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros, atento às mudanças e oportunidades que a sustentabilidade trazia, principalmente a partir da Rio 92.

2.4 Questões Socioambientais no âmbito do TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), instituição pública, que tem a missão de fazer justiça de forma célere, efetiva e acessível, contribuindo para a pacificação social, possui, em sua estrutura, 52 desembargadores e cerca de 10.800 funcionários (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados), distribuídos em 150 comarcas em todo o Estado. A tramitação processual anual é superior a 3 milhões.

Classifica-se como grande consumidor dos bens finitos do meio ambiente e, conforme disposto no caput do art. 225 da Constituição Federal de 1988, evidencia-se que “é obrigação do poder público contribuir para que todos tenham direito a um meio ambiente equilibrado, devendo defendê-lo e preservá-lo”.

O TJPE está inserido no contexto que demonstra impactos de diversas ordens e identifica a necessidade de novas proposições que revisem modelos estabelecidos até então.

Acatando a relevância do tema, o Conselho Nacional de Justiça editou as Recomendações 11/2007 e 27/2009, que tratam da inclusão de práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais. No ano de 2015, publicou a Resolução 201, que dispõe sobre a criação e as competências das unidades ou dos núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do Plano de Logística Sustentável⁶ (PLS). A iniciativa do CNJ valida a cooperação institucional com as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

O PLS, instrumento vinculado ao planejamento estratégico do TJPE, foi o primeiro plano estruturado de sustentabilidade. Sua implementação promoveu o estímulo e o acompanhamento de práticas sustentáveis, a revisão de procedimentos e a importância da qualidade de vida com vistas à melhoria da eficiência organizacional.

Dessa forma, o Tribunal reconhece os impactos que gera no meio em que está inserido, desde o consumo de água, energia elétrica, combustíveis, insumos, geração e manejo adequado de resíduos até a poluição emitida pela movimentação de pessoas e documentos por meio de veículos e tem, ao longo dos anos, adotado medidas para fortalecer a gestão integrada e participativa das áreas envolvidas com a tônica.

Em outubro de 2020, o CNJ reafirma seu papel de indutor de mudanças e eficiência administrativa, ao instituir a Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ 347/2020). Evidencia-se a força das compras públicas, a

⁶O PLS é um documento vinculado ao Planejamento Estratégico do TJPE, elaborado por uma comissão gestora composta por representantes das áreas estratégicas da organização. O Plano está disponível na internet, em: <http://www.tjpe.jus.br/documents/90471/1192531/PLS2018-2019.pdf/d682d2a4-f88f-fa41-23a1-c8ef40b06889>

urgência de sistematizações que reflitam no uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além da promoção e adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.

Atento às mudanças e oportunidades no universo socioambiental, o TJPE, em momento anterior à edição da Resolução 201/ 2015 - CNJ, criou o Núcleo de Sustentabilidade. O Núcleo conta com atribuições formalizadas em sua estrutura organizacional, que abrangem desde o planejamento e a implantação de ações com vistas a mudanças nos padrões de contratações e consumo, em concordância com os princípios e temas de desenvolvimento sustentável, à promoção de ações de sensibilização com o público interno e externo para disseminar a compreensão dos pressupostos que permeiam essa abordagem. Inclui-se nesse contexto o compartilhamento de responsabilidades no ciclo de monitoramento e a análise, de forma conjunta com a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS), das metas anuais e dos indicadores de desempenho do PLS. Incorporam-se, também, às atribuições do Núcleo o estabelecimento de parcerias e convênios que estimulam a construção coletiva do conhecimento e, conseqüentemente, motivam a realização de ações que repercutem positivamente no contexto institucional.

Apresentar a síntese das principais práticas socioambientais desenvolvidas pelo TJPE permite dimensionar a trajetória do órgão, além de possibilitar a verificação dos avanços e das necessidades de melhorias. Realçamos práticas referentes ao estímulo da consciência crítica do corpo funcional para a utilização consciente de produtos e serviços, destinação adequada de resíduos, coleta seletiva, consumo de orgânicos, cuidados com o meio ambiente, qualidade de vida, inclusão social, ampliação da cidadania e, ainda, utilização de campanhas de comunicação interna para esclarecimentos e disseminação de ações com propósitos coletivos (imagens disponíveis no anexo IV).

Sem esgotar as iniciativas empreendidas pela unidade socioambiental também merecem destaque outras realizações. A Semana do Meio Ambiente é, sem dúvida, uma delas. Desde 2009, o Tribunal incluiu no seu calendário institucional o evento alusivo ao dia mundial do meio ambiente, criado pela ONU e celebrado no dia 05 de junho. O objetivo dessa semana, que aborda um tema específico e relevante a cada ano, é o de oportunizar aos que fazem a instituição experiências articuladas com o tema destacado e incentivar reflexões sobre as demandas socioambientais da atualidade por meio de atividades educativas e artístico-culturais inseridas no cotidiano.

As Feiras Orgânicas também fazem parte das iniciativas que merecem ser destacadas. O TJPE possui o serviço de feiras orgânicas em 7 espaços distintos e faz parte do planejamento

do Núcleo de Sustentabilidade a ampliação anual de novas instalações. O consumo de produtos orgânicos é uma prática estimulada na Instituição, pois assegura o acesso a alimentos saudáveis, contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida, para a preservação do meio ambiente, bem como, para a geração de renda das famílias agricultoras, com sua fixação no campo.

Outra medida relevante é a Coleta Seletiva, que visa à gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta e conta com robustos marcos legais. Em 2016, o Núcleo iniciou a implementação do processo de coleta seletiva em forma de projeto-piloto no Edifício Paula Batista e gradativamente vem estendendo a prática. A geração de renda aos catadores e cooperativas é um importante benefício social da reciclagem.

O 1º Fórum de Sustentabilidade do judiciário pernambucano, realizado em 2018, trouxe no bojo da sua programação a perspectiva do poder da ação para transformá-la cenários a partir de mudanças de atitudes e hábitos no âmbito das relações pessoais e profissionais. Isso o torna uma iniciativa importante que deve ser aqui realçada. Inovação, empreendedorismo, ética, governança, responsabilidade social, espiritualidade, aquisições sustentáveis foram os temas debatidos. A significativa participação de expressivas instituições públicas e órgãos de controle estadual e federal demonstrou a importância da socialização das ações como forma de fortalecimento da esfera pública, frente às transformações necessárias às questões relativas à incorporação da cultura da sustentabilidade.

Também merece menção a aquisição de coletores destinados à coleta seletiva do TJPE com critérios de sustentabilidade. Na perspectiva de se descobrirem formas de progredir dos conceitos teóricos, que fundamentam a compreensão da sustentabilidade, às práticas de gestão socioambientais responsáveis, foi identificada pelo Núcleo de Sustentabilidade a oportunidade de se apresentar um Termo de Referência para a compra de coletores com critérios de sustentabilidade recomendada pelo Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal⁷.

Existem práticas de produção e consumo que melhoram a eficiência no uso de produtos e recursos naturais, econômicos e humanos, que reduzem o impacto sobre o meio ambiente, que promovem a igualdade social e a redução da pobreza, que estimulam novos mercados e recompensam a inovação tecnológica, mas que raramente são priorizadas. As compras públicas sustentáveis são iniciativas que se enquadram nessas ações. Com essa orientação, o poder de compra dos governos pode influenciar os mercados e contribuir para a consolidação de atividades produtivas que

7 O Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal está disponível na internet em: <http://www.gespublica.gov.br/content/guia-de-compras-p%C3%BAblicas-sustent%C3%A1veis-para-administra%C3%A7%C3%A3o-federal>.

favoreçam o desenvolvimento sustentável, agindo diretamente sobre o cerne da questão: produção e consumo. (BRASIL, 2010)

Os coletores ecológicos utilizam, para sua fabricação, matéria-prima 100% reciclada, pois são produzidos com tubos de aparas de creme dental. Têm em sua composição 75% de plástico e 25% de alumínio, que impactariam negativamente, no meio ambiente, se fossem descartados inadequadamente e não reaproveitados e reciclados para a fabricação de novos produtos.

A escolha por se adquirirem coletores ecológicos, além de estar alinhada a uma iniciativa sustentável com destaque na maior eficiência em relação à utilização de recursos naturais, como água e energia, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, está inserida no propósito da economia circular. Esta trata do prolongamento da vida útil de produtos, transformando os bens que estão no final de sua durabilidade em recursos para outros processos, minimiza desperdícios e reincorpora resíduos em seu ciclo produtivo, o que muda a lógica econômica.

Outra iniciativa que deve ser destacada é o Projeto *#Partiufuturo*, que proporciona práticas sociais que estimulam a inclusão, ampliação da cidadania e dignidade como forma de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa, em conformidade com a missão da instituição. Oportunizam-se experiências de desenvolvimento profissional e pessoal aos adolescentes e jovens de até 18 anos em cumprimento de prestação de serviços à comunidade no próprio TJPE. Inseridos na ação, os socioeducandos realizam atividades, cujos processos de aprendizagem contribuam para a formação de atitudes e valores que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, além da possibilidade de participação em ações voltadas à promoção da saúde, cultura e lazer. O fortalecimento das medidas socioeducativas se dá na promoção de atividades eminentemente pedagógicas, que proponham a educação para a vida social e contribuam para o desenvolvimento de habilidades profissionais. A adoção desse método, pautado nas práticas vivenciadas no projeto, tem receptibilidade positiva entre os participantes que se sentem integrados e acolhidos. Em 2019, o Projeto acolheu 9 adolescentes, com a meta de acolher 1 jovem a mais por ano. O TJPE inova quando propõe essa ação que aproxima a sociedade do judiciário, intensificando a troca de experiências sociais reais, que fomentam impactos na melhoria da prestação jurisdicional e no aperfeiçoamento da justiça de forma diferenciada e ampla.

3 COMUNICAÇÃO INTERNA E SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo, abordamos aspectos da comunicação que, por ser essencialmente humana, apresentam subjetividades inerentes às realidades expostas nas diversas dimensões da vida. Discorremos sobre a necessidade de interação entre indivíduos para o estabelecimento do processo de comunicação, o qual permite a transmissão de conteúdos, significados e, ainda, a experiência da mútua afetação. Abordamos sobre a concepção que as organizações são feitas por pessoas que têm propósitos e produzem subjetividades, e, nesse contexto, os processos comunicativos podem estabelecer conexões entre o propósito das pessoas com o da organização. Apontamos a importância do conhecimento, da aprendizagem, da visão mais ampliada dos processos de comunicação no âmbito organizacional, como atributos necessários ao enfrentamento à conjuntura de exigências constantes e mudanças aceleradas. Mostramos posicionamentos de especialistas que contribuem tanto na concepção teórica quanto na prática dos processos comunicacionais, favorecendo a escolha da corrente mais apropriada à realidade vivenciada. Mostramos, também, as questões referentes à sustentabilidade e ao afinamento da temática com a produção de significados coletivos. Apresentamos a comunicação sob a ótica do pluralismo que envolve a temática da sustentabilidade e, também, da acelerada expansão das experiências comunicacionais. Destacamos a oportunidade de promover e integrar os conhecimentos pelo processo de cocriação, ou seja, pela dinâmica da comunicação interna - a qual integra a comunicação organizacional -, os colaboradores, gestores e diretores podem contribuir com uma produção conjunta na perspectiva de melhoria do desempenho organizacional.

3.1 A importância da comunicação interna para atuação sustentável das organizações

A comunicação humana passa pelo estabelecimento da interação entre indivíduos que transmitem conteúdos e significados. Essa interação permite a experiência da mútua afetação: cada indivíduo afeta e se vê afetado pelo outro. Verifica-se um movimento de reflexividade que só é possível porque os indivíduos envolvidos são seres conscientes capazes de emitir gestos dotados de significados, concebidos como linguagem (FRANÇA, 2010).

A vida cotidiana é marcada pela complexa forma por meio da qual se apresentam as relações humanas. Nesse cenário, a linguagem manifesta-se como uma maneira de construir significados e organizar os posicionamentos das pessoas.

[...] as interações comunicativas configuram-se como momentos em que diferentes interlocutores usam a linguagem (e produzem linguagem) de modo a produzirem

entendimentos sobre algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Esses entendimentos não se estabelecem unicamente pela via racional, mas também, e sobretudo, pela emoção e pela afetividade. (MARQUES, MATINO, 2015 p. 17)

A partir da compreensão de que o ser humano estabelece as relações sociais por diferentes meios, percebe-se a importância das interações comunicativas. Muitas vezes, experimentamos viver encontros que têm intenções concebidas previamente, porém a presença do outro, o olhar e os gestos podem provocar interferência na condução do assunto partilhado. A possível mudança de rumo não é da responsabilidade exclusiva nem de uma pessoa nem de outra, é resultado da própria dinâmica da interação (FRANÇA, 2010).

Dessa forma, compreendemos que o mundo cotidiano resulta do pensamento, e a ação dos homens comuns e a linguagem simbólica são componentes imprescindíveis no dia a dia da vida.

O ser humano é dotado não só de uma vastidão de sentimentos mas também, da capacidade de imaginação, e, certamente, o uso da linguagem pode facilitar a construção do objeto ou da ideia imaginada. Kunsch (2006, p.3) realça: “Em primeiro lugar temos que pensar na comunicação entre as pessoas e que os seres humanos não vivem sem se comunicar”. Nesse sentido, discorre sobre a importância da compreensão de que a comunicação entre as pessoas recebe interferências de suas personalidades, construções pessoais, valores, opiniões e ressalta:

Vale lembrar que a comunicação ocorre primeiro no nível intrapessoal e subjetivo. Cada indivíduo possui seu universo cognitivo e irá receber as mensagens, interpretá-las e dar-lhes significado a seu modo e dentro de um determinado contexto (KUNSCH, 2014, p. 50)

É lastreado o pressuposto de que o homem é um ser social porque é dotado de linguagem, capaz de comunicar-se e de exprimir significados. Laruccia sustenta: “Na abertura da sua obra *A Política*, Aristóteles (1998, p.5) afirma que o homem é um ser social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem” (2004 p. 2).

O uso apropriado da linguagem traz possibilidades reais aos indivíduos, que vão desde a ativação do nível da consciência ao senso de pertencimento e, ainda, à construção de sentido do intuito proposto. Vislumbra-se o exercício da colaboração e, como evolução, o processo de criação de valor mediante a participação e o envolvimento dos sujeitos implicados.

A linguagem permite ao homem distinguir as coisas, defini-las e constatar-las. A linguagem humana intervém como forma abstrata que distancia o homem da experiência vivida, tornando-o capaz de reorganizá-la numa outra totalidade dando um novo sentido, enquanto a linguagem animal visa à adaptação a uma situação concreta. É pela palavra que somos capazes de nos situar no tempo, lembrando o que ocorreu no passado e antecipando o futuro pelo pensamento. Enquanto o animal vive sempre o presente, as dimensões humanas se ampliam para além de cada momento. (LARUCCIA 2004 p. 3)

Nessa perspectiva, Fígaro (2018) coloca que a comunicação é uma atividade fundante do ser social. Demonstra-se, portanto, que, por ser essencialmente humana, ela apresenta subjetividades inerentes às realidades apresentadas nas diversas dimensões da vida.

A configuração da contemporaneidade - evidenciada por transformações aceleradas, pela fluidez de informações, por implementações tecnológicas e pela urgência na apropriação de múltiplos conhecimentos- remete a adequações dos comportamentos dos sujeitos em variados papéis e em distintos locais.

Valorizar o processo de comunicação inclui fomento ao diálogo, criação de redes de relacionamento, compreensão da influência recíproca resultante da interação entre os indivíduos (MANSI, 2015), possibilitando conquistas pessoais e avanços nos resultados das organizações. Conforme já mencionado, a legitimidade de uma organização passa pela condição de compreendê-la como um organismo vivo, que tem um papel, um propósito, uma razão de existir. A definição destacada vincula a existência da organização à presença de pessoas.

As estruturas sociais – instituições e organizações-não existem por si mesmas, como fatos naturais. São produzidas pelo homem e, embora tenham concretude material, sua maior dimensão é de ordem simbólica. São sujeitos humanos que dão vida e significado às organizações, fazendo-as acontecer ou destruindo-as, tornando-as plenas ou vazias de sentido (CARDOSO, CUNHA, 2005 p. 45)

Essa abordagem permite-nos compreender que as organizações, mais do que um espaço geográfico, são feitas por pessoas que carregam propósitos, histórias, conflitos e produzem subjetividades. Nesse contexto, a conexão entre o propósito das pessoas com o da organização é possível pela condução dos processos comunicativos. A comunicação viabiliza o estabelecimento de estratégias que permitem a materialização de transformações que contagiam pessoas e toda a sociedade.

A comunicação, em primeiro lugar, tem que ser entendida como parte inerente à natureza das organizações. Essas são formadas por pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional para sobrevivência e consecução dos objetivos organizacionais num contexto de diversidades e de transações complexas. Portanto, sem comunicação as organizações não existiriam. A organização é um fenômeno comunicacional contínuo. (KUNSCH, 2006 p.1)

Elevar o grau de consciência deve ser um exercício constante dos dirigentes e de todos os que fazem as organizações. Observa-se que a conscientização de um público sobre um tema passa diretamente sobre a forma como esse tema é contado. Contar uma história, construir uma narrativa propicia aos indivíduos a capacidade de estabelecer conexões, integrar ações internas e estimular o sentimento de pertencimento à organização (CARRAMENHA *et. al.*, 2013).

É essencial a compreensão de que os sujeitos, a depender da provocação e do propósito do assunto comunicado, absorvam prontamente ou apresentem reações de resistência ao conteúdo apresentado.

Quanto maior o processo de interação com as informações transmitidas, maior a comunicação estabelecida e maiores são as potencialidades de alteração de uma organização que se considera aberta e viva. Nesta interação estabelecida, se percebe a comunicação como a geração ou de um conflito, ou de um consenso. (COLPO, 2018 p.86)

Dessa forma, esforços devem ser empreendidos para que os sujeitos envolvidos assimilem conhecimentos, modelos de atuação e significados de conceitos que permeiam o universo das organizações, e, assim, contribuam na construção de resultados e transformações necessárias ao enfrentamento dos desafios com os quais se deparam cotidianamente.

Logo, é compreensível esta observação: a dinâmica comunicativa não prescinde de objetivos e, conseqüentemente, de arranjos e estratégias que contemplem conceitos, propósitos e conexões que possibilitem impactos positivos no contexto apresentado. A partir de uma visão mais ampliada dos processos de comunicação, abre-se espaço para o incerto, para as resistências e, assim, oportunizam-se estímulos de posturas organizacionais criativas e inovadoras (OLIVEIRA, 2013). Logo, torna-se cada vez mais urgente a capacidade de adaptação e de respostas rápidas das instituições aos cenários de incerteza.

Para Senge (1998), em geral, as organizações que são alicerçadas pelo conhecimento e pelo estímulo à aprendizagem são as que internalizaram a vital necessidade de se acompanhar o contexto de mudanças frequentes e aceleradas no cenário mundial. Essas organizações integram em suas bases a capacidade de serem mais adaptáveis e flexíveis, ou seja, são imbuídas do atributo de prontidão de respostas à mudança e resolução de problemas (RAPOSO, 2018) e, por consequência, desenvolvem a habilidade de se reinventarem.

Tendo em vista a importância do reconhecimento das organizações como lugar onde se realizam projetos coletivos, os quais requerem envolvimento e compromisso dos participantes, deve-se realçar o valor do estímulo ao processo de reflexão, construção de sentidos e compartilhamento de conteúdos pelo viés da comunicação.

Diversos estudiosos e profissionais, ao longo dos anos, debruçaram-se sobre temas que influenciam diretamente as práticas comunicacionais. Isso proporcionou a chance de enxergarem condições de compreender melhor o universo da comunicação na realidade das organizações.

Diante de variados estudos que discutem a comunicação organizacional, é relevante evidenciar alguns conceitos que ampliam o entendimento sobre essa temática. A partir de um

breve histórico, Lima e Abbud (2015, p.2) identificam Putnam, Philips e Chapman, estudiosos norte-americanos, que apontam: dos anos 20 aos anos 50, os trabalhos eram influenciados pelo interesse em comunicação empresarial e, após esse período até meados de 1970, indicam uma forte ascendência da escola de relações humanas.

Conforme os autores, dois interesses fundaram o campo: o primeiro trata das habilidades que tornam as pessoas mais capazes na comunicação em seu trabalho; por outro lado, o segundo relaciona-se aos fatores da aplicabilidade da comunicação no trabalho inteiro da organização.

Ao longo do tempo, observam-se contínuas mudanças, e, junto a elas, novos paradigmas são inseridos na elaboração e nas práticas da comunicação organizacional. A partir da década de 80, abordagens que versavam sobre complexidade, interação entre as pessoas, valorização de aspectos simbólicos, produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, harmonia da comunicação com propósitos estabelecidos, dentre outros, adquiriram importância no âmbito das organizações (LIMA & ABBUD, 2015).

Merecem destaque os posicionamentos de especialistas que contribuem tanto na concepção teórica quanto na prática dos processos comunicacionais, favorecendo a escolha da corrente mais apropriada à realidade vivenciada.

Baldissera (2010) coloca a perspectiva de as organizações existirem pela e em comunicação, reforçando as complexas interações entre os indivíduos e aquilo que os cerca. O autor pressupõe a existência de vínculos entre os diferentes sujeitos que podem ser fortalecidos ou rompidos por meio da comunicação. Também considera que uma organização não é só comunicação, no entanto afirma que sem comunicação não há organização. A depender da natureza da organização, há requisitos que precisam ser contemplados, como: infraestrutura, equipamentos tecnológicos, recursos financeiros, insumos de expediente, entre outros, mas enfatiza que “objetivos comuns pressupõem processos comunicativos” e, conseqüentemente, motivam as interações e articulações dos sujeitos no processo organizativo. Afirma ainda que “É necessário que tal organização e o que ela representa faça sentido para os sujeitos que, de alguma forma, a constituem” (BALDISSERA, 2010, p. 203).

Marchiori (2010), no entanto, destaca a comunicação organizacional com a visão processual, ou seja, movimentos contínuos acontecem pelos processos interativos das pessoas que integram a organização e ao mesmo tempo, contribuem para dar sentido à vida organizacional. A autora aponta a importância da compreensão da comunicação para além da relação entre emissor e receptor e ressalta a viabilidade que tem a comunicação na estruturação e na reestruturação dos setores organizacionais, inculcadas de sentido para as pessoas que deles fazem parte.

Diante da importância da abordagem interdisciplinar, o sociólogo Manuel Castells traz a perspectiva da sociedade globalizada, centrada no uso e na aplicação da informação, e realça a força da comunicação na era digital: “Comunicação é o compartilhamento de significado por meio da troca de informação” (CASTELLS, 2019 p.3). O autor discorre que o processo de comunicação é delineado pela tecnologia da informação, pelo perfil dos emissores e receptores da informação, por suas referências culturais e pelo alcance do processo comunicativo. Enfatiza que o evento da difusão da internet propiciou novas características ao processo de comunicação, a exemplo da capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido e em escala global.

O autor considera que as relações dos indivíduos acontecem por meio da comunicação, tendo a dinâmica da internet provocado transformações nessas formas de comunicação, suscitando alterações nas práticas sociais.

O que é historicamente novo, com consequências consideráveis para a organização social e a mudança cultural, é a articulação de todas as formas de comunicação em um hipertexto digital composto e interativo que inclui mistura e recombina em sua diversidade toda a variedade de expressões culturais transmitidas pela interação humana. Com efeito, a dimensão mais importante da convergência da comunicação, como escreve Jenkins, “ocorre dentro dos cérebros dos consumidores individuais e por meio da sua interação social com outros”2006:3 (CASTELLS, 2009 p.4)

Além de Baldissera, Torquato, Marchiori, Campellano, Castells, entre tantos pesquisadores que contribuem com a temática, podemos destacar Kunsch. A autora identifica que a comunicação organizacional contempla um arranjo em que estão inseridas a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna, a comunicação administrativa. Ela apresenta o conceito da comunicação organizacional integrada como aquela que reúne diferentes atributos e, de forma criteriosa, busca atingir os objetivos organizacionais.

Entendemos por comunicação integrada uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas permitindo uma atuação sinérgica. Pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o mix, o composto da comunicação organizacional. (KUNSCH, 2003, p. 150)

Sabemos que, quando os indivíduos fazem parte de algo maior do que eles mesmos, eles são organizados como membros em relações sociais estruturadas, de acordo com uma cultura. Esse é o fato que une todas as sociedades. Não poderia existir cultura sem sociedades, assim como não poderia existir uma sociedade sem cultura. Sabemos ainda que o conceito de cultura representa os aspectos da sociedade humana que são antes aprendidos do que herdados. O aprendizado se dá justamente por meio da comunicação, característica inerente ao ser humano. Podemos, assim, traçar um paralelo e observar o contexto da comunicação na esfera

organizacional, a qual representa as formas de uma instituição se relacionar com o seu público, como algo que se estreita e nos permite identificar a comunicação interna, sendo esta fundamental para alinhar os papéis de todos aqueles que fazem parte do todo, que é a instituição. Esse estreitamento que vai do lato para o estrito pode ser facilmente notado, quando o consideramos uma amostragem da relação entre as sociedades, os seus membros e as culturas que as envolvem, formadas pelos aspectos que são aprendidos por meio da comunicação.

Desta maneira, o lugar da comunicação é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais – bem como para o contexto em que estas se dão – e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento. (MARTINO & MARQUES, 2015 p.16)

Percebe-se, após esse percurso embasado nos estudos dos mencionados autores, que a comunicação contribui para o processo de interação entre os indivíduos e todas as partes que compõem a organização, ou seja, “trata-se de trabalhar a comunicação não de um ponto de vista meramente linear, mas de considerar, sobretudo, um processo relacional entre indivíduos, departamentos, unidades e organizações” (KUNSCH, 2006 p.2). Além disso, é válido enfatizar que estamos inseridos em uma conjuntura de alta complexidade que contempla variáveis simultâneas, como: imprecisões, transformações, mudanças em suas múltiplas dimensões - econômicas, políticas, sociais, psicológicas, ideológicas – que certamente trazem repercussões na realidade das organizações. Logo, impõe-se pensar o processo da comunicação no universo das organizações e delinear a prospecção de seus impactos para o alcance de resultados planejados.

As organizações em geral, como fontes emissoras de informações para seus mais diversos públicos, não devem ter a ilusão de que todos os seus atos comunicativos causam os efeitos positivos desejados ou que são automaticamente respondidos e aceitos da forma como foram intencionados. É preciso levar em conta os aspectos relacionais, os contextos, os condicionamentos internos e externos, bem como a complexidade que permeia todo o processo comunicativo. Daí a necessidade de ultrapassarmos a visão meramente mecanicista da comunicação para uma visão mais interpretativa e crítica (KUNSCH, 2006, p.3)

Observa-se que o mundo corporativo está inserido em um ambiente que exige capacidade de gerenciar e, por consequência, o exercício de responsabilidades e deveres, além da capacidade de criar, inovar, lidar com gente, promover mudanças e produzir resultados. Em sequência, apresenta-se a relevância da produção de conteúdo como alternativa de geração de conhecimentos para os integrantes da organização. À medida que os conteúdos são compartilhados, elaboram-se estratégias, criam-se discursos e constrói-se sentido para a situação vivenciada.

Abre-se a oportunidade de promover e integrar os conhecimentos pelo processo de cocriação, ou seja, pela dinâmica da comunicação interna - a qual integra a comunicação

organizacional -, os colaboradores, gestores e diretores podem contribuir com uma produção conjunta na perspectiva de melhoria do desempenho organizacional.

A percepção é a de que não deve haver espaço para hesitação quanto à substancialidade da comunicação interna como estímulo à participação e cooperação dos indivíduos. Ou seja, a comunicação interna facilita aos que fazem a organização o exercício de influência mútua e a possibilidade de tornar comum e alcançável um objetivo corporativo. Nesse sentido, enxerga-se a comunicação como processo orgânico e dinâmico, características de um sistema vivo (Scroferneker, 2004). Nota-se que há evidências de reconhecimento da valorização de ações comunicativas tanto na academia por meio de estudos teóricos e produção de conhecimentos como também no mercado profissional pela utilização de práticas incorporadas em estratégias de gestão (Kunsch, 2006).

Com a evolução do seu uso e com a importância cada vez mais crescente nos processos de gestão e na divulgação institucional propriamente dita, a comunicação foi assumindo novas características, sendo mais produzida tecnicamente, e baseando-se em pesquisas de opinião junto aos diferentes públicos, até chegar ao estágio em que se encontra hoje em muitas organizações *top e/ou* modernas, onde atinge um grau de sofisticação na sua elaboração e, também, um caráter estratégico, tanto no âmbito dos negócios quanto no conjunto dos objetivos corporativos. (KUNSCH, 2006, p.5)

Características de abrangência, diversidade e complexidade são percebidas nas práticas de comunicação organizacional, e, segundo Kunsch (2006), as ações comunicativas devem ser construídas por uma política de comunicação integrada que considere as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade. Dessa forma, é significativo refletir que o assunto comunicado é recebido e entendido por pessoas, as quais podem compreender, aderir ou desconstruir o conteúdo da mensagem disponibilizada. Evidencia-se a influência do poder da interpretação pelos sujeitos comunicados e a preocupação com a eficácia da comunicação.

Ainda sob a ênfase de Kunsch (2014), é considerável o poder que têm as organizações na sociedade, assim como os desafios a ela impostos. Ter a compreensão de que as organizações têm suas peculiaridades com um propósito determinado e estão inseridas em uma conjuntura que apresenta demandas complexas e mapeamento de desafios pode suscitar oportunidades.

A introdução da comunicação interna, aliada à construção de sentido, contribui para a criação de um espaço em que se pratique a comunicação dialógica, compreensiva, favorecendo a interação das pessoas no âmbito organizacional.

Quando o diálogo for evocado, será no sentido de possibilitar a compreensão. Compreensão, aqui, entendida como uma atitude. Defende-se que o ponto de vista compreensivo, tanto no sentido intersubjetivo – ou seja, de criação de espaços em que as pessoas possam estar juntas e dialogar sobre as questões que as afetam – quanto de

produção de conhecimento – visões plurais, inclusivas, dialógicas, complexas –, pode representar um encaminhamento para eventuais tensionamentos entre sucesso da organização e satisfação do indivíduo (MANSI, 2014, p. 13).

Diante de um cenário conturbado, as organizações intensificam a busca por estilos e canais de comunicação apropriados para transmitir conteúdos que estabeleçam relações interativas com seus públicos. Percebe-se a necessidade de expandir as experiências comunicacionais e, nessas circunstâncias, apresenta-se o universo digital, marcado pelas redes e mídias sociais. Dessa forma, verifica-se que o ritmo da internet compele à comunicação interna das organizações - objeto deste estudo- impulsionar transformações que atendam demandas múltiplas, atreladas a mudanças da sociedade e ao seu estilo de vida, marca da contemporaneidade.

É sabido que a combinação de esforços entre as pessoas e a tecnologia estimula as transformações comunicacionais. A conexão entre tecnologia e comunicação é notada pelos aparatos das inovações e implementações tecnológicas:

Essa mudança do paradigma analógico para o digital inverte a tradicional forma de emitir informação, de se comunicar por meio de um fluxo unilateral e um receptor passivo, passando-se hoje por um processo interativo, onde o receptor também se torna um emissor. Assim, a comunicação digital apresenta--se como uma rede de relacionamentos que utiliza as mais diversas formas para interagir via internet [...] (KUNSCH, 2014 p.46)

A premência de integrar a organização ao ritmo das transferências eletrônicas de informações exigidas pela sociedade atual oportuniza uma posição de destaque às ações de comunicação, incluindo-as como elemento de sucesso para o exercício de práticas inovadoras. “O processo de comunicação é central para que inovações se propaguem” (CAJAZEIRA & CARDOSO, 2009 p.5). Experiências comunicacionais exitosas devem ser disseminadas para servirem de exemplo e favorecerem novas proposições a fim de solucionar questões críticas que permeiam a realidade organizacional.

É necessário, portanto, que as organizações fiquem atentas aos movimentos que podem oportunizar inovações em ações, projetos, produtos, serviços, dentre outros, alinhados às exigências e mudanças pertinentes à realidade atual.

Tendo em vista a comunicação no âmbito da sustentabilidade, é pertinente observar que a importância do alcance da consciência global em relação ao meio ambiente e às consequências sociais provocadas por seus impactos pode ser verificada de diversas formas. Dentre elas, estão os movimentos desencadeados no mundo inteiro tanto pela mídia tradicional como pelas redes sociais. A Carta da Terra, a Agenda 21 e a Agenda 2030 são alguns dentre vários exemplos práticos que integram e comunicam temas de sustentabilidade.

É significativo e vital identificar oportunidades nas questões que permeiam o cenário socioambiental. Uma possibilidade é a maneira de pensar a comunicação sob a ótica do pluralismo, que envolve a temática da sustentabilidade e, também, da acelerada expansão das experiências comunicacionais.

Elaboração de conteúdos relevantes com potencial transformador, disseminação de conhecimentos, promoção de ações de responsabilidade social, publicação de relatórios de desempenho socioambiental, redefinições de fluxos por com critérios de governança, dentre outros, podem ser internalizados como práticas organizacionais e espelhar o compromisso com uma pauta de mudanças que repercutam em benefício da coletividade.

É essencial o papel do poder público na criação de políticas públicas que estimulem soluções para os problemas que evidenciam a necessidade de mudanças de atitudes, inerentes ao universo socioambiental. Diante da urgência em relação ao enfrentamento dos dilemas que impactam o dia a dia das pessoas nas questões referentes à sustentabilidade, reforça-se o afinamento da temática com a produção de significados coletivos. Isso posto, aposta-se na ampliação da consciência das pessoas, o que provavelmente trará como consequência a participação efetiva nas práticas com o propósito de fomentar o desenvolvimento sustentável.

Observa-se, seguindo o ponto de vista de Berger e Luckmann, que o alinhamento entre consciência e construção de sentido é de extrema importância: “A consciência tomada em si não é nada; deve haver sempre consciência de algo”. Ainda segundo os autores, “O sentido nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p.14). Tão importante quanto é o destaque que merece a visão da comunicação interativa, ou seja, a comunicação exercida por um agir comum “marcada pela mútua afetação e permeada por gestos significativos” (FRANÇA, 2010 p.26). Revela-se, dessa forma, uma considerável contribuição para o campo comunicacional: as trocas comunicativas. A recíproca influência que caracteriza uma interação conduz à construção de sentidos e organiza os posicionamentos dos indivíduos (FRANÇA 2010). Como já foi mencionado, os gestos atribuídos de significados são identificados como linguagens.

É a consciência dos sentidos inscritos nos gestos que nos torna capazes de selecioná-los e de antecipar as respostas do nosso interlocutor; é uma igual consciência deste último que lhe permite reagir seletivamente ao gesto recebido, fazendo de sua resposta um novo gesto que vai incidir retroativamente sobre o primeiro, e assim sucessivamente. Essa concepção não desfaz a lógica transmissão e a relação mecânica entre um E e um R, substituindo-a por uma circularidade, como destaca a processualidade da interação. (FRANÇA, 2010 p.26-27)

Na sequência, destaca-se a importância da comunicação interna comprometida com a temática da sustentabilidade com o intuito de gerar identificação nos sujeitos que as recebem, e, a partir dessa circunstância, estimular novas formas de participação e engajamento. Observam-se algumas questões a serem consideradas na perspectiva de minimizar riscos quanto à implantação de experiências comunicativas, baseadas em padrões e comportamentos que apoiam o desenvolvimento sustentável. Incluem-se nesse rol aspectos como a percepção da necessidade de direcionamentos que levem à coletividade, elaboração de diretrizes que reforcem a convergência entre comunicação e sustentabilidade, coerência entre discurso e prática alinhados a valores sustentáveis, estímulo à inclusão da sustentabilidade como valor da organização, uso da comunicação como instrumento de educação e conscientização para impulsionar as transformações que pressupõem o campo da sustentabilidade, dentre outros.

A comunicação está no cerne dos temas da sustentabilidade e é ela quem expõe a narrativa de educação e/ou sedução do público para a temática, seja por meio da divulgação de ações empresariais, novas políticas, denúncias, coberturas de tragédias, e principalmente dando visibilidade para as inovações que passarão da vanguarda ao modismo e à referência histórica. (GUIA DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 2020)

Percebe-se a importância da compreensão dos conceitos e propósitos que integram a sustentabilidade, para que os processos e as práticas intrínsecos a essa construção sejam adotados, protagonizados e legitimados no âmbito organizacional. Isso posto, a comunicação pode se destacar como elemento de disseminação e fomento em prol da incorporação de vivências inerentes à dinâmica da sustentabilidade.

Na atualidade é possível que as organizações apresentem seu corpo funcional composto por vários perfis de profissionais e, conseqüentemente, comportamentos, idades, princípios e valores diferentes, evidenciando essa pluralidade que, em um mesmo contexto organizacional, convivem mais de uma geração. Ilustra-se, dessa forma, o desafio dos processos comunicacionais para estabelecer efetivas conexões com o diversificado público interno. (CARRAMENHA, *et. al.*, 2013 p. 25).

A partir desse entendimento, é possível definir ações e ferramentas que estimulem a interação entre os sujeitos, as abordagens comunicacionais e os canais mais apropriados para nortear os processos organizacionais com as diretrizes da sustentabilidade. (CAVENAGHI, *et. al.*, 2018 p.3)

A Comunicação da Sustentabilidade é aquela que dá notoriedade às ações e práticas sustentáveis que a empresa desenvolve. Quando a sustentabilidade faz parte da cultura da empresa, ela é considerada na tomada de decisões e comunicada além das peças tradicionais de reporte de sustentabilidade. Já a Comunicação para Sustentabilidade ajuda a transformar modelos, colaborando para o desenvolvimento sustentável. Ambas precisam ser sustentáveis sob o risco de não serem críveis. E a

Sustentabilidade da Comunicação se dá por meio de processos de comunicação e de gestão transparentes, éticos e baseados em informações facilmente comprováveis. (GUIA DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 2020, p. 22)

Observa-se que as organizações dispõem de diversos canais para compartilhar as experiências comunicativas, e aposta-se na utilização adequada às circunstâncias postas, considerando que esses canais são formas de incentivar a participação e o envolvimento dos indivíduos nas diretrizes estabelecidas pela organização

Os veículos formalizam e “institucionalizam” os conteúdos da comunicação e os disponibilizam de forma unificada a um grande número de pessoas. São essenciais para tornar uma mensagem comum e disponível [...] Recomenda-se que sejam utilizados em “*mix*”, quando se sustentam mutuamente, para oferecer um conteúdo capaz de despertar a atenção. (CARRAMENHA, *et. al.*, 2013 p.103)

Conhecer os distintos canais de comunicação para disseminar práticas e diretrizes relativas à incorporação da dinâmica da sustentabilidade e utilizá-los de forma efetiva são passos significativos que podem ser implementados no âmbito organizacional. Acatar a aplicabilidade da comunicação para sustentabilidade e difundi-la como instrumento para conscientização e engajamento do público interno traz perspectivas transformadoras com possibilidades de impactar a ampliação da qualidade de vida das pessoas e a preservação socioambiental. Estabelecer convergência entre comunicação e sustentabilidade é um caminho que, presumivelmente, refletirá benefícios para a sociedade em geral.

Sob a ótica de Carramenha, Cappellano e Mansi (2013), os canais internos de comunicação se agrupam, de acordo com suas peculiaridades, em quatro grupos:

- Impressos: nessa categoria estão incluídos cartazes de paredes, revistas, panfletos. As peças que precisam ser impressas são chamadas de *offline*. Segundo os autores, são apresentadas de forma mais ampla, devem conter boas ilustrações, diagramação e uma variedade de temas para tornar o veículo atrativo. Normalmente, têm custo mais elevado em virtude do aparato que implica a elaboração, impressão e distribuição, porém os autores registram que, comumente, são canais que têm alto impacto e aceitação.
- On-line: com o cunho de dinamismo, esse grupo requer contínuas atualizações e uma maior geração de conteúdo, apontam os autores. Outra consideração é o poder de alcance. A comunicação disseminada com o amparo da tecnologia pode atingir um elevado número de pessoas ao mesmo tempo. É fundamental que as notícias veiculadas não estejam defasadas para não haver riscos na credibilidade da comunicação. Segundo os autores, “neste tipo de canal de comunicação, como intranet ou *newsletter on-line*, a notícia fica velha a partir do momento em que sua leitura foi concluída pelo empregado” (p.101). São incluídos nesse grupo os convites por e-mails, hotspots, TV Corporativa, rede social interna, dentre outros.
- Presenciais: são representados por eventos que têm encontros entre as pessoas, como reuniões gerais das unidades organizacionais, celebrações de datas comemorativas, cerimônias internas com ritos - posse do presidente, conselho diretor – café da manhã com líderes e funcionários, reuniões de monitoramento do planejamento estratégico,

entre outros. É provável que haja a necessidade de logística e investimentos para a concretização desses momentos. Ainda segundo os autores, “são os canais ideais para a divulgação de assuntos de alta complexidade (como, por exemplo, as metas e objetivos de negócio) e para momentos de crise e alinhamento da cultura organizacional” (p.102).

- Esporádicos: visam transmitir o conteúdo comunicativo de forma específica. Os autores realçam que fazem parte desse grupo os manuais; e-mails corporativos; cartilhas; folders; adesivos de elevador, dentre outros. Reforçam que os custos estão relacionados com a complexidade do material produzido.

Acredita-se que processos comunicativos elaborados com conteúdos bem fundamentados, alinhados às diretrizes organizacionais e veiculados de forma precisa levam à construção de objetivos comuns, à viabilização de transformações de paradigmas e a mudanças de atitudes capazes de influenciar positivamente os resultados estratégicos da organização.

Carramenha, Cappellano e Mansi (2013) reconhecem a utilidade dos variados canais de comunicação e ressalta que sua escolha vai decorrer dos desafios, características, circunstâncias e forças que agem sobre as organizações. Os autores destacam alguns, mas reforçam que os canais não se limitam aos exemplos citados, como: revista, jornais, jornal mural, intranet, e-mails, TV corporativa, Newsletter on-line, vídeos, encontros presenciais, campanha, mídias alternativas, teleconferência, blog, rede social própria. Os autores expõem que a escolha do veículo, dentre outros fatores, tais como estrutura humana, financeira, necessidades comunicacionais e o perfil do público interno; deve considerar a periodicidade, o público, a linguagem e o conteúdo a ser comunicado. Discorrem, ainda, sobre a importância da gestão para o êxito da comunicação interna: “Parte do sucesso dos veículos está também relacionada à forma como eles são gerenciados e com a frequência em que são divulgados aos empregados” (2013, p. 109).

Identificar adequadas formas e canais de comunicação interna e apontar possibilidades de aperfeiçoamentos devem ser práticas contínuas de gestão, para que haja aplicabilidade das experiências comunicacionais propostas pelas organizações.

Semelhante concepção de contínua atualização deve ser lançada para a área da tecnologia. A partir dos avanços da tecnologia, ofertam-se cenários de múltiplas conexões e oportunidades de compartilhamentos. Assim, é possível disseminar conceitos, apoiar boas ideias e estimular o envolvimento das pessoas em propostas colaborativas (LAZZARIN, 2019, p. 15).

Percebe-se que, a partir das conexões estabelecidas, novas realidades são apresentadas.

Precisamos depender da diversidade e não apenas celebrá-la ou lidar com ela. Diante da complexidade dos problemas que enfrentamos hoje, precisamos dos olhos e ouvidos de todos, das opiniões e culturas diversas, de pessoas de comunidades diferentes e de setores diversos de nossa economia, para encontrarmos as verdadeiras soluções. (WHEATLEY, 2006, p. 4)

A existência das conexões pressupõe o mundo interligado, em que as informações estão à disposição das pessoas e suas opiniões têm importância. Nesse viés, observa-se que o trato das organizações com os funcionários requer mudanças, as quais presumem transformações das pessoas e nas pessoas. A partir dessa consciência acerca das demandas individuais e coletivas, as organizações passam a enxergar mais oportunidades para a implementação de melhorias (MANSI, 2015 p. 13).

Para Kunch (2014), é expressiva a força que a comunicação representa na era digital com os atributos de inovações e proposições tecnológicas. Surgem novas necessidades e, com elas, novas exigências. Revela-se a complexidade de uma era que apresenta a força do processo digital, especialmente a internet; a aceleração da informação e da comunicação; e a exigência das práticas comunicacionais interativas.

As tecnologias da informação e da comunicação estão definitivamente revolucionando a sociedade e seu modo de vida. Os exemplos são evidentes nas indústrias culturais, na multimídia, na televisão (interativa, digital, por cabo e de alta definição), nos aparelhos celulares e em todas as interações das mídias disponíveis (web 2.0, blogs, Facebook, Twitter etc.). Toda essa convergência midiática é uma realidade presente nos dias de hoje e acontece no indivíduo, na sociedade e em todos os espaços – familiar, de trabalho e de participação social (KUNSCH, 2014 p.37)

Diante dessa realidade, é essencial reconhecer a urgência de processos inovadores e criativos que incentivem uma atuação transformadora frente aos problemas e desafios apresentados às organizações e à sociedade como um todo. Essa atuação transformadora possibilita que as organizações sejam, de modo mais concreto, espaço para a construção de projetos coletivos, projetos em que as pessoas tenham alternativas de atuarem como coparticipantes e, também, de se apropriarem dos resultados produzidos.

A partir das análises dos citados pesquisadores sobre os processos comunicacionais à luz de inovação, criatividade, canais, sentido, valores, empatia, diversidade, impactos, avanços tecnológicos, conectividade, digitalização, disrupção, dentre outros, é significativo apresentar a questão do engajamento no contexto organizacional da atualidade. Segundo Carramenha, Cappellano, Mansi (2013), a comunicação interna tem uma relação estreita com engajamento.

Engajamento é uma qualidade que movimenta as pessoas a alinharem seus interesses pessoais aos da empresa, na forma de ações práticas e não somente de um estado de espírito. Ninguém se engaja em qualquer coisa, e sim naquilo que inspira, move e lhes parece significativo. Portanto, se o entendimento das metas de negócio não é claro, ele não será um agente mobilizador para nenhum empregado. Se um ajuste organizacional não é lógico, tampouco será indutor de uma mudança real de comportamento (CARRAMENHA, *et. al.*, 2013 p.13).

Dar relevância às formas de incentivar a atuação dos funcionários deve ser uma questão considerada como relevante no âmbito organizacional para impulsionar o engajamento. O cenário contemporâneo expõe situações conflituosas que emergem problemas de desequilíbrio nos eixos ambiental, social e econômico. Observa-se, por fim, que a produção de conteúdos correlatos à sustentabilidade deve transmitir a capacidade efetiva de inovar, transformar e gerar valor que impacte positivamente na coletividade.

Tantas mudanças resultaram na necessidade de as empresas criarem novos canais digitais e físicos, que demandam a produção de conteúdo próprio e o engajamento com a comunidade para alcançar as pessoas - e não apenas fazer as mensagens chegarem até elas. Isso requer a habilidade de saber escutar, monitoramento em tempo real das conversas e percepções que envolvem a empresa e seus temas prioritários e diálogo com as partes interessadas. Tudo isso em tempo real.(GUIA DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 2020, p. 32)

Observa-se, portanto, que a produção de conteúdos correlatos à sustentabilidade deve transmitir a capacidade efetiva de inovar, transformar e gerar valor que impacte positivamente na coletividade.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A compreensão da relevância da pesquisa como atividade central da ciência remete à necessidade de discorrer sobre a exigência da utilização de métodos, com o propósito de encontrar resposta para um problema específico. “Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009 p. 12).

Com a pretensão de reconhecer a importância da comunicação interna como instrumento de construção de sentido de sustentabilidade, como elemento de caráter estratégico para a gestão da organização, como um importante canal de troca de informações e relacionamento entre o ambiente interno das organizações e o mundo exterior a elas, e como valor para que sejam incorporadas as práticas institucionais; esse trabalho foi construído com procedimentos metodológicos que fundamentaram o processo de pesquisa.

Ressalta-se o entendimento que a sustentação teórica poderá guiar reflexões que fomentem maneiras pelas quais a comunicação interna possa contribuir de forma consistente para o processo de adoção da sustentabilidade no âmbito organizacional.

Nesse contexto, a apropriação do conhecimento demonstra o relevante papel catalisador de transformações pela latente condição de resolução de problemas. A partir do problema de pesquisa proposto, é importante considerar o que referencia o conhecimento científico.

Vemos que o conhecimento científico se dá à medida que se investiga o que se pode fazer sobre a formulação de problemas que exigem estudos minuciosos para seu equacionamento. Utiliza-se o conhecimento científico para se conseguir, por intermédio da pesquisa, constatar variáveis. As variáveis são a presença e/ou ausência de um determinado fenômeno inserido em dada realidade. Essa constatação se dá para que o estudioso possa dissertar ou agir adequadamente sobre as características do fenômeno que o fato apresenta. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009 p.24)

A abordagem utilizada na pesquisa foi a do tipo qualitativa, pois apresenta aspectos da realidade organizacional que contemplam valores, hábitos, comportamentos a partir de questões que envolvem conceitos e práticas de sustentabilidade e suas conexões com os processos comunicativos.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009 p.32)

Com o intuito de suscitar conhecimentos para aplicação prática direcionados à resolução de problemas específicos, podemos caracterizar a pesquisa como de natureza aplicada.

Alinhada ao propósito do estudo que aborda a temática da sustentabilidade em um contexto de avanços, inovações e limitações, associado à compreensão da comunicação como processo dinâmico, abrangente, formativo e interacional com potencial transformador; a pesquisa utilizada, quanto ao objetivo, é caracterizada como exploratória.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, considerando a abrangência de contribuições científicas disponíveis sobre o tema proposto, e a análise documental de natureza descritiva e analítica.

A pesquisa bibliográfica, segundo Duarte, Barros (2006), concebe a seleção da literatura propícia entre as obras existentes, ou seja, as informações bibliográficas são identificadas, e as pertinentes ao tema são selecionadas para oportunamente serem utilizadas. Nessa etapa, foram definidas a leitura, seleção e organização dos conteúdos de interesse para a pesquisa. Aqui foram destacadas as publicações de autores reconhecidos no campo do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e no campo da comunicação, consultados em artigos de periódicos; livros; dissertações e teses; revistas; jornais e sites na internet disponibilizados ao público.

Por outro lado, a análise documental, que, ainda sob a compreensão de Duarte, Barros (2006, p.271), “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”, buscou conteúdos baseados na verificação de relatórios técnicos, resoluções e recomendações de órgãos reguladores, documentos institucionais internos e legislações que permitiram explorar informações, acompanhar parâmetros de metas e resultados, com a finalidade de elaborar interpretações que possam agregar ao propósito da pesquisa. No âmbito da análise documental, observamos o Plano de Logística Sustentável 2016/2017, 2018, 2019, Relatórios de Desempenho dos referidos anos e trataremos a Resolução CNJ nº 201/2015 - CNJ como aporte documental para a análise dos documentos apontados. Evidencia-se que esse procedimento metodológico recorre a fontes diversificadas e dispersas, cabendo ao pesquisador o atributo da análise que dialogue com o objeto da pesquisa proposta.

5 ANÁLISE

Este estudo surgiu a partir de reflexões sobre a importância da comunicação interna no contexto institucional, em especial no processo de institucionalização de políticas socioambientais.

Inseridas em um âmbito de desafios sociais, econômicos e ambientais, as organizações são instigadas a identificar alternativas e propor soluções para as novas exigências. Dentre elas, a busca por estilos e canais de comunicação apropriados com vistas a transmitir conteúdos que estabeleçam relações interativas com seus públicos. É sabido que o uso apropriado da linguagem traz possibilidades reais aos indivíduos, que vão desde a ativação do nível da consciência ao senso de pertencimento e, ainda, à construção de sentido do intuito proposto.

Percebemos a necessidade de serem expandidas as experiências comunicacionais, em especial a comunicação no âmbito da sustentabilidade, proposta deste estudo. Percebe-se, ainda, a necessidade de um afinamento da temática da sustentabilidade com a produção de significados coletivos. Dessa forma, aposta-se na ampliação da consciência das pessoas e na oportunidade de mostrar a comunicação como produtora de sentido para que soluções sustentáveis sejam agregadas ao contexto do TJPE. Demonstra-se, assim, a prioridade de se enfatizar o sentido de corresponsabilidade coletiva.

Isto posto, este estudo tem como objetivo identificar que novas estratégias de comunicação interna podem ser utilizadas pelo TJPE para a consolidação das práticas de sustentabilidade no âmbito organizacional.

Um aspecto que não se pode deixar de registrar diz respeito às análises do PLS 2016-2017, PLS-2018, PLS 2019 e dos respectivos Relatórios de Desempenho que serão realizadas nos temas que têm ações de comunicação identificadas.

Para se alcançar o objetivo deste estudo, a presente análise pauta-se na pesquisa bibliográfica de estudiosos do campo da comunicação organizacional, especificamente da comunicação interna, e do campo da sustentabilidade. Entre os especialistas que contribuem com a temática, destacamos Kunsch, que demonstra a aproximação da comunicação interna na promoção da sustentabilidade. Kunsch, em conjunto com Oliveira, organizou a obra “A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações”, de 2009, que reúne significativas reflexões de pesquisadores dedicados à temática. Servirão de suporte, também, os estudos de Sachs e Elkington sobre a evolução da sustentabilidade.

A pesquisa ainda contempla a análise documental por meio do levantamento de dados de documentos internos. Esses documentos permitem explorar informações, acompanhar

parâmetros de metas e resultados com a finalidade de elaborar interpretações em nossa análise. Examinaremos o Plano de Logística Sustentável 2016/2017, PLS-2018, PLS-2019 Relatórios de Desempenho do PLS dos referidos anos e trataremos a Resolução CNJ nº 201/2015 como aporte documental para análise dos documentos apontados.

Verificamos que a Resolução CNJ nº 201/2015 estabeleceu um importante marco na política judiciária de responsabilidade socioambiental, a partir de uma conjuntura de gestão pública, que visa a uma administração eficiente na utilização dos recursos ambientais, materiais, sociais, financeiros e humanos.

O documento propõe o estímulo de condutas colaborativas, incentivadas pelo processo de conscientização, voltadas à disseminação de boas práticas de sustentabilidade e à mitigação dos impactos causados ao meio ambiente, em decorrência das atividades do Poder Judiciário.

Percebemos que o ato normativo está em concordância com o que preconiza a Constituição Federal em seu art.225 mencionado anteriormente, declarando ser da responsabilidade do Poder Público a defesa e preservação de um meio ambiente equilibrado e saudável ao alcance de todos.

Percebemos, também, que a Resolução traz, em seu conteúdo, proposições protecionistas que são direcionadas ao desenvolvimento sustentável, voltado não apenas à sociedade atual mas também àquela que existirá, como defende Calgaro, Pereira:

As futuras gerações possuem o direito aos bens naturais e a uma natureza preservada. O zelo com o contexto socioambiental pode ser reconhecido e aceito por todos os seres humanos como um interesse comum, ao qual todos vão respeitar de igual forma, induzindo assim a posição original e a busca dos princípios da justiça que levem a cooperação social e a minimização dos impactos e riscos ambientais, permitindo que haja um direito ao meio ambiente, disponível a todos os demais seres humanos. (CALGARO & PEREIRA, 2017, p. 286).

Com a implementação de uma gestão socioambiental responsável, é possível prospectar o incentivo ao consumo consciente, apresentar às pessoas a relação entre eficiência das atividades laborais e a diminuição dos gastos públicos e dos impactos ambientais, além de proporcionar a conscientização dos sujeitos sobre a necessidade e implicação de ser sustentável.

O ato normativo demonstrou a relevância de leis, acórdãos, recomendações, modelos e diretrizes com atributos de valores pautados na responsabilidade socioambiental. Também deliberou sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e determinou a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)

Ficou explícito na Resolução que o PLS deve conter objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de

resultados. Dessa forma, é possível se estabelecer e acompanhar a implantação das ações e práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais e se exigir o atributo da transparência pela premissa da publicação do Relatório de Desempenho do PLS-PJ com apresentação dos resultados obtidos.

Realçamos que o marco legal indica a adoção de modelos de gestão com processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, alinhados aos conceitos referenciados por Elkington, criador do chamado “tripé da sustentabilidade”. Conforme mencionado, Elkington (1994) apresenta o sentido da sustentabilidade pela proposta do “*Triple Bottom Line*” (*People, Planet and Profit*, ou Pessoas, Planeta e Lucros), baseado na segurança ambiental, equidade econômica e justiça social. Defende, ainda, que, para a organização ser considerada sustentável, deve integrar resultados positivos diante dessas três bases e argumenta que a sustentabilidade é algo muito maior do que simplesmente a preservação de recursos naturais.

É comum, em muitas organizações, se associar o discurso da sustentabilidade aos cuidados com o meio ambiente. Dessa forma, percebe-se uma visão reducionista, pois o tripé da sustentabilidade, concebido nos anos 90, já previa atenção ao equilíbrio financeiro e ao bem-estar das pessoas, conforme Elkington (1994).

Ressaltamos que o instrumento normativo concebe a importância do planejamento estratégico como ferramenta de gestão. O documento apresentado requer compromisso e ênfase na aplicabilidade e na produção de resultados pelo estabelecimento de objetivos, indicadores e metas a atingir.

É importante mencionar que o ato normativo considerou a relevância da Resolução CNJ 198/2014, que aborda o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário (2015-2020) e classifica como atributo de valor (elementos que impulsionam as ações das pessoas, representam as convicções e crenças dominantes na organização) a Responsabilidade Socioambiental.

Não menos importante é esclarecer que faz parte da Estratégia Nacional do Poder Judiciário o estabelecimento de macrodesafios (blocos temáticos, que orientam a atuação e configuram as prioridades em face da missão, da visão e dos valores dos órgãos do Poder Judiciário). Destacamos a pertinência do macrodesafio Garantia dos Direitos de Cidadania, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e o uso de tecnologia limpa. Ressaltamos, dessa forma, a importância de ações que alicercem e suscitem o desenvolvimento sustentável.

O documento também apresenta conceitos e significados de termos e práticas relativos à dinâmica da gestão organizacional e da sustentabilidade, percebendo-se, assim, o intuito de embasar a construção ordenada de estratégias que repercutam na compreensão das pessoas quanto às questões socioambientais.

Desse modo, vislumbra-se a condição de que, pelo aporte do conhecimento, haja o impulsionamento do processo de conscientização dos atores envolvidos, além de propostas de práticas que atendam às demandas explicitadas no normativo.

Como já foi mencionado, sabemos que educação e conhecimento são campos interligados e é pelo conhecimento que o processo de educação avança. A educação, por sua vez, amplia a perspectiva da construção de autonomia e cidadania de toda sociedade. Para Senge (1988), as organizações que são firmadas pelo conhecimento e pelo estímulo à aprendizagem são as que internalizam a imprescindível necessidade de se acompanhar o contexto de mudanças e exigências no cenário mundial.

Segundo Barbieri (2011), a Conferência de Estocolmo de 1972 representou um marco significativo para a Educação Ambiental – EA, que passou a receber maior atenção, visando ao incremento de transformações socioambientais necessárias e espaço para a cidadania corporativa adquirir maior relevância pela construção de alternativas que prospectem a solução de problemas de forma colaborativa.

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-la em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. (JACOBI, 2003, p.197)

O ato normativo, alinhado com referências da EA, atribui competências aos núcleos socioambientais, entre as quais destacam-se: estímulo à reflexão e à mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário; fomento a ações que incentivem o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados; promoção das contratações sustentáveis; sensibilização e capacitação do corpo funcional; qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Percebemos que as atribuições que pautam as unidades socioambientais têm peculiaridades estratégicas por tratarem de questões que repercutem em mudanças de paradigmas. Considerando esse pressuposto, é essencial a construção de um plano de ação estruturado, em concordância com os princípios e temas de desenvolvimento sustentável. Inclui-se, nesse contexto, o estabelecimento de metas anuais, de indicadores de desempenho, monitoramento, avaliação dos resultados, compartilhamento de responsabilidades no ciclo de

monitoramento e a análise, de forma conjunta com a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, das metas anuais e dos indicadores de desempenho do PLS.

Pode-se considerar que o processo de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável, temática que contempla aspectos de continuidade, inclusão e engajamento, fortalece a gestão integrada das áreas envolvidas, direta ou indiretamente, com as questões que influenciam o fomento de práticas socioambientais e contribuem para a construção de pensamentos sistêmicos e, conseqüentemente, soluções sistêmicas. Para que as premissas acima citadas, como planejamento participativo, gestão integrada, engajamento, construções de pensamentos e soluções sistêmicas, se efetivem de forma estruturada e exitosa, é imprescindível a utilização de ações de comunicação interna que contribuam para o processo de interação entre os indivíduos e todas as partes que compõem a organização. “Entendemos por comunicação integrada uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas permitindo uma atuação sinérgica”. (KUNSCH, 2003, p. 150)

Fica configurado que o normativo se refere a uma considerável iniciativa do CNJ, que, dentre outros pontos, reforça o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, reconhece a necessidade de mudanças em padrões mentais destrutivos, a produção e disseminação de conhecimento e a utilização da comunicação como instrumento de construção de significados coletivos de forma sintonizada com as diretrizes estabelecidas para o enfrentamento de um problema público.

5.1 Plano de Logística Sustentável 2016 – 2017

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, em cumprimento à Resolução CNJ nº 201/2015, torna público o seu Plano de Logística Sustentável em consonância com as determinações inseridas no supramencionado instrumento normativo, foi considerado o primeiro plano estruturado de sustentabilidade da instituição.

Verificamos que, na apresentação do PLS 2016-2017, foi explicitado o grau de complexidade do TJPE em relação à força de trabalho (10.800 funcionários) número de comarcas (150), extensão territorial e tramitação processual anual superior a 2 milhões, tomando como referência o exercício de 2014.

Verificamos, também na apresentação do documento, que o TJPE reconhece a responsabilidade de causar impactos no meio em que está inserido, e estes vão desde o consumo de água, energia elétrica, combustíveis, insumos, geração de resíduos orgânicos e inorgânicos até a poluição emitida pela movimentação de pessoas e documentos por meio de veículos.

Dessa forma, apresenta-se um contexto institucional com necessidades de implementações de gestão e práticas de sustentabilidade. Leão, Melo reforçam:

Essa gestão do uso racional dos recursos ambientais acompanha a tendência de integrar a escolha racional das diretrizes sustentáveis com o uso eficiente de todos os recursos desde o material até o humano. E ao decidir por uma determinada ação ele está atribuindo a essa escolha um valor moral, o qual traz à sustentabilidade a sua tutela primordial. Elencar quais as medidas a serem executadas em uma instituição está estritamente relacionada à busca de uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho aliado a um acompanhamento contínuo de ações de qualidade, sustentabilidade e racionalização. (LEÃO & MELO, 2018 p.261)

Com relação aos objetivos, o plano definiu, como o geral, promover ações que possibilitem a construção de um novo modelo de cultura institucional, a fim de que sejam adotados critérios de sustentabilidade e economicidade para as atividades da administração pública do TJPE. Constaram como objetivos específicos os seguintes tópicos:

1. Proporcionar a redução no custo por processo no âmbito do TJPE;
2. Melhorar a qualidade do gasto público por meio da eliminação do desperdício e da otimização contínua da gestão dos processos;
3. Estimular a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;
4. Incentivar ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;
5. Promover a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
6. Melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho;
7. Reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais;
8. Organizar o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
9. Inserir no TJPE a coleta dos resíduos recicláveis;
10. Promover o (re)aproveitamento de materiais, passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, que tenham sido rejeitados pelos órgãos ou entidades da administração Pública.

Observamos que não constam, dentre os objetivos elencados, o papel da comunicação como parte essencial da estratégia da implantação do plano. Identificamos que a execução do PLS demanda esforço, coordenação e pressupõe a utilização de estratégias que vão desde a correta aplicação dos instrumentos previstos na legislação até formas inovadoras de atuação. Fica implícita a quebra de paradigmas, o que significa atentar para além das questões objetivas, ou seja, a presença da subjetividade nos ambientes organizacionais. Kunsch reforça :

A comunicação, em primeiro lugar, tem que ser entendida como parte inerente à natureza das organizações. Essas são formadas por pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional para sobrevivência e consecução dos objetivos organizacionais num contexto de diversidades e de transações complexas. (KUNSCH, 2006 p.1)

Verificamos que o PLS, no item das Diretrizes Estratégicas Nacionais, reputa relevância a Resolução CNJ 198/2014, que trata do Planejamento e da Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário (2015-2020) e classifica como atributo de valor a Responsabilidade Socioambiental.

Inclui a necessidade de uniformização do Plano nacionalmente, ou seja, especifica os indicadores, objetivos, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento para mensuração e avaliação dos resultados obtidos.

Ressalta a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário, determinadas pela Resolução CNJ 201/2015.

Atento às mudanças e oportunidades no universo socioambiental, o TJPE, em momento anterior à edição da Resolução 201/ 2015 - CNJ, criou o Núcleo de Sustentabilidade em 2008, com atribuições formalizadas em sua estrutura organizacional, na perspectiva de encontrar formas de progredir dos conceitos teóricos que fundamentam a compreensão da sustentabilidade às práticas de gestão socioambientais responsáveis. Alguns exemplos de práticas que foram implantadas na época perpassam pela economia do uso do papel, feita pela impressão frente e verso, e extinção do Livro de Sentença, transformando os arquivos das decisões em forma virtual. No quesito qualidade de vida no trabalho, o TJPE implementou práticas e campanhas, a exemplo de: Preparação Pós Carreira, Instalações de Bicicletários, Feiras Orgânicas, Gerenciamento de Estresse e Passeios Ecológicos e Culturais.

A postura de antecipação demonstrou que o TJPE identificou desafios inerentes à gestão da sustentabilidade e estimulou a realização das práticas acima mencionadas.

Percebemos que as Diretrizes Estratégicas Nacionais destacadas possibilitam a multiplicação de boas práticas de gestão pelos exemplos e experiências demonstrados nos PLS-PJ. Nota-se ainda, que as práticas norteadas implicam mudanças de paradigmas e necessidade de se estimular uma participação mais ativa das pessoas para identificação e conhecimento dos problemas centrados na esfera socioambiental e, conseqüentemente, na construção de soluções efetivas.

Para Cardoso e Cunha (2005), o modelo de gestão para a construção de um futuro desejado implica a capacidade de pensar estrategicamente; é preciso que o senso estratégico seja apropriado para todos. Os autores salientam que a capacidade de antecipação é uma

competência estratégica, que possibilita o posicionamento da organização numa perspectiva mais favorável em relação ao futuro.

Nessa direção, realçamos o alinhamento do PLS com o Planejamento Estratégico do PJPE desenvolvido para o período de 2015 a 2022, no qual foram incluídos dois objetivos estratégicos visando fortalecer a atuação e as práticas de responsabilidade socioambiental. São eles: otimizar a qualidade do gasto público e fomentar práticas sustentáveis e valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e Magistrados (conforme mapa estratégico da Figura 1).

FIGURA 1: Mapa estratégico do TJPE

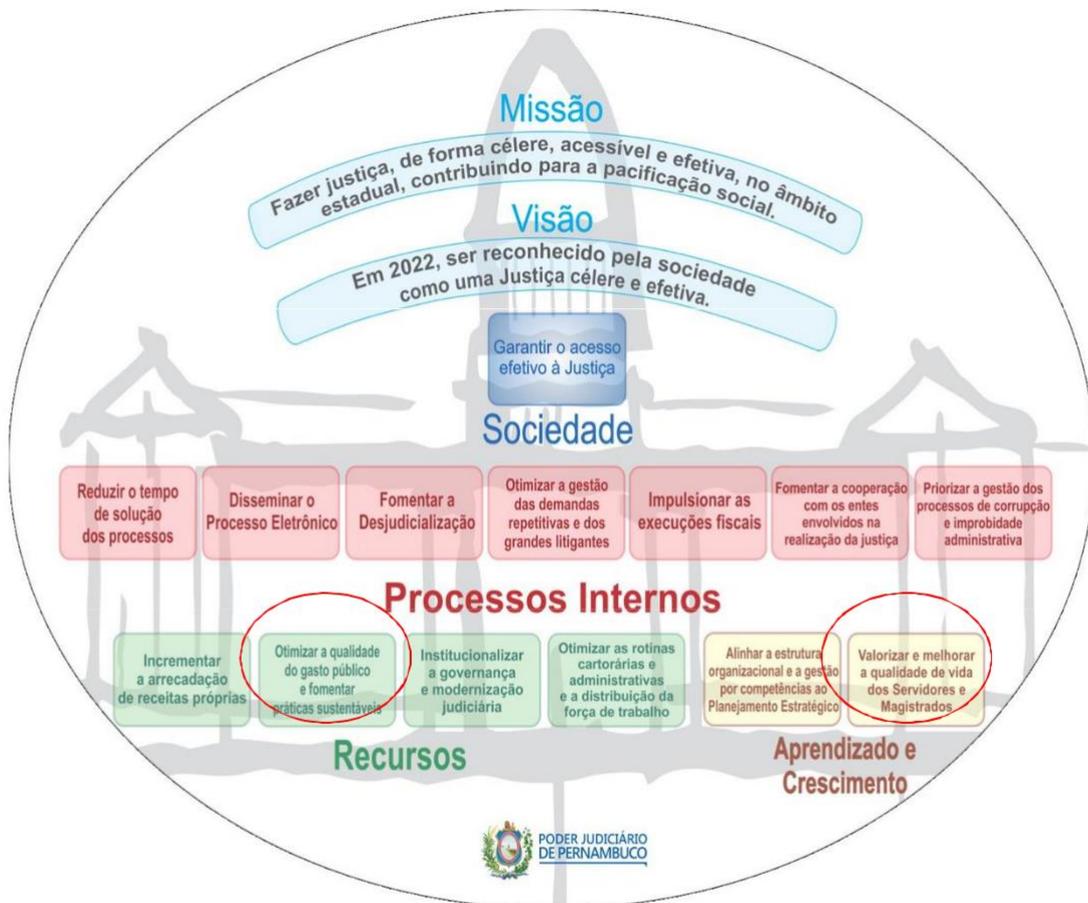


Figura 1 - Mapa Estratégico do TJPE de 2015 a 2022.

Quanto à Metodologia de Elaboração, o PLS descreve que a metodologia utilizada foi baseada em reuniões com a comissão formada. Houve solicitação dos indicadores às áreas competentes conforme as temáticas, elaboração dos planos de ação; acompanhamento para preenchimento e inserção no Planejamento.

Na Metodologia, o documento deve explicitar o processo de construção com suas respectivas etapas. Conhecer o procedimento metodológico subsidia a compreensão do caminho tomado em direção a um objetivo estabelecido. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Observamos que a etapa da metodologia “acompanhamento para preenchimento” e “inserção no Planejamento” apresenta pouca clareza e definição vaga para atender a conceitualização.

A elaboração do PLS seguiu etapas com a participação da Comissão Gestora do PLS e das áreas técnicas implicadas na execução das ações. As etapas descritas no plano são:

- Coleta de Dados – foram solicitados às áreas competentes os dados dos indicadores de desempenho ambiental e econômico.
- Análise dos Dados - em conjunto com as áreas competentes, foram analisados os indicadores de desempenho ambiental e econômico para posterior elaboração dos respectivos Planos de Ação.
- Elaboração dos Planos de Ação - os responsáveis pela concepção do PLS reuniram-se distintamente, com os gestores das áreas temáticas ao Planejamento Sustentável para a elaboração dos Planos de Ação.
- Revisão e Elaboração do Planejamento - revisa as informações recebidas pelas áreas temáticas, iniciando a produção do documento do PLS.
- Análise do Plano pelas Comissões - em reunião com o Comitê de Sustentabilidade e Comissão do PLS, procedeu-se à análise final do documento para aprovação dos gestores responsáveis por cada Plano de Ação.
- Apresentação à Presidência para validação - após anuência das Comissões, foi apresentado o PLS à Presidência.
- Revisão - considerações finais, aprovado pela Presidência.
- Divulgação e envio ao CNJ.

A participação das áreas envolvidas possibilita o estabelecimento de construção coletiva para o atingimento dos objetivos definidos.

Configura-se a adoção de medidas que podem promover a gestão integrada das áreas implicadas e, ainda, o estímulo ao conhecimento das questões socioambientais e da comunicação interna, conduzidos por reuniões sob a temática da sustentabilidade. Nessa direção, Kunsch enfatiza que “A gestão da sustentabilidade nas organizações, para ser bem sucedida, depende fundamentalmente de uma comunicação bem administrada e participativa entre os vários níveis gerenciais e operacionais” (KUNSCH,2009 p.75)

Em relação ao Monitoramento, Avaliação e Revisão da Execução, está previsto no documento que o Núcleo de Sustentabilidade, unidade administrativa da Coordenadoria de

Gestão e Planejamento Estratégico do TJPE, tem, como uma de suas atribuições, acompanhar as ações executadas pelas áreas técnicas.

Para Cardoso, Cunha (2005), o monitoramento é um processo sistemático de acompanhamento, que oportuniza a identificação de dificuldades e a correção de desvios.

Observamos aderência entre a conceitualização de monitoramento e a atribuição exercida pelo Núcleo de Sustentabilidade.

A prática do monitoramento pode estimular a visão compartilhada de problemas e construção de soluções conjuntas. Dessa forma, apontamos uma etapa na qual as pessoas envolvidas com a efetivação do Plano tenham alternativas para atuarem como coparticipantes e, também, se apropriarem dos resultados produzidos.

O estímulo ao processo comunicativo pela criação de redes de relacionamento e pela influência recíproca resultante da interação entre os indivíduos possibilita conquistas pessoais e avanços nos resultados das organizações (MANSI, 2015).

O PLS-TJPE é avaliado por meio do percentual do alcance de metas, devidamente mensuradas por indicadores. O resultado consolidado pela avaliação é apresentado e encaminhado como instrumento de prestação de contas para a alta gestão.

Para se materializar uma estratégia formulada, é essencial a concepção de processos e etapas estruturados. As fases de monitoramento e avaliação do PLS fazem parte dessa dinâmica, possibilitando progressivas complementações, ajustes e, conseqüentemente, a execução do plano.

Apresentaremos as tabelas referentes aos temas dispostos nos PLS que exibem ações de comunicação nos anexos elaborados para cada período. Dessa forma, mostraremos o anexo I com as tabelas do PLS e do Relatório de Desempenho 2016-2017, o anexo II com tabelas do PLS e do Relatório de Desempenho 2018 e o anexo III com tabelas do PLS e do Relatório de Desempenho 2019. A linha de base adotada para construção de cada plano são os resultados estabelecidos no exercício anterior.

Identificamos que o PLS 2016-2017 (anexo I) apresenta 13 temas: Papel, Água Engarrafada, Reprografia de Documentos, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Combustível, Veículos, Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Obras e Reformas, Gestão de Resíduos, Telefonia, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Sensibilização e Capacitação.

Cada tema apresenta um plano de ação com o registro formal das intenções almejadas. Resgatamos que o foco das análises serão os temas que expressam ações de comunicação sob a incumbência da Assessoria de Comunicação – ASCOM.

Dos treze temas elencados no plano, analisaremos oito que dizem respeito à unidade de comunicação:

5.1.1. Papel

O tema Papel tem o objetivo de reduzir o consumo de papel branco e, para tal, definiu-se como meta a redução em 2,0% da quantidade de resmas de papel branco consumidas até 2017, tomando como linha de base o ano de 2015.

Observamos que das oito ações definidas no plano de ação para o tema Papel, três contam com a atuação da ASCOM como parte responsável ou participante.

Não identificamos no documento a incumbência da área responsável e da participante, fato que pode fragilizar a apuração da análise.

Vislumbramos que a área que assume a condição de responsável deve ser protagonista da ação, utilizando-se dos conhecimentos já estabelecidos, identificando e articulando parcerias para responder ao desafio estabelecido. No entanto, a condição de participante deve, presumidamente, apresentar a postura apoiadora, participativa e colaborar com as estratégias estabelecidas no plano.

Com relação às três ações em que a ASCOM se faz presente, duas contemplam a unidade como responsável pela ação a ser desenvolvida. Atuação da ASCOM como área responsável consiste em:

- Disseminar o uso de Ferramentas de Comunicação Digital (e-mail funcional, correio eletrônico, sistema de pedido via web) – A ação demonstra pertinência com a temática da comunicação interna disseminada com o amparo da tecnologia. É fundamental que as notícias veiculadas não estejam defasadas, para não haver riscos na credibilidade da comunicação. Os avanços da tecnologia proporcionam contextos de múltiplas conexões e oportunidades de compartilhamentos. Assim, é possível difundir conceitos, apoiar boas ideias e suscitar o envolvimento das pessoas em propostas colaborativas (LAZZARIN, 2019, p. 15)
- Estimular o uso da impressão frente e verso nos documentos administrativos e judiciais - Identificamos no ANEXO II da Resolução CNJ 201/2015 referente a sugestões de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços: sempre que possível, imprimir em fonte econômica (ecofonte) e frente e verso; configurar ou substituir os equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.

Identificamos que a ação está alinhada aos benefícios advindos de condutas que incluem princípios do desenvolvimento sustentável nas rotinas corriqueiras inerentes às responsabilidades atribuídas, porém não verificamos a forma de materialização da ação, ou seja,

a forma como a ASCOM irá desenvolver estratégias de sensibilização e estímulo bem como a ação ou as ações específicas que serão utilizadas para a viabilização dos resultados almejados.

Atuação da ASCOM como área participante, promovendo ações educativas para sensibilizar sobre o consumo consciente de papel, incluindo os dados de consumo do corpo funcional.

Percebemos que o tema comunicação encontra aderência com a ação proposta. Autores, como Carramenha, Cappellano e Mansi (2013), reconhecem a utilidade dos variados canais de comunicação e defendem que sua escolha decorrerá dos desafios, características, circunstâncias e forças que agem sobre as organizações.

O Núcleo de Sustentabilidade é a unidade identificada como responsável para promover a ação realçada. É importante destacar que o conhecimento do problema é decisivo para a construção de alternativas que conduzam a transformações de padrões produtivos e novas formas de promover estilos de vida e comportamentos. Dessa forma, é fundamental que a área responsável contribua com o estímulo à consciência e esclarecimentos para a disseminação de ações com propósitos coletivos, nesse contexto, a utilização do papel.

5.1.2. Água Engarrafada

O tema acima apresentado aponta o objetivo de se reduzir o consumo de água engarrafada. Verificamos que foram estabelecidas duas metas: reduzir em 3,0 % a quantidade de garrafas envasadas em embalagens plásticas de 350 ml e reduzir em 3,0 % a quantidade de garrações de água 20 l, tomando como linha de base o ano de 2015.

Observamos, dentre as três ações definidas no plano de ação para o tema, uma conta com a atuação da Assessoria de Comunicação - ASCOM como unidade responsável: “Conscientizar os usuários para o uso consciente da água”.

Vislumbramos, com base na ação proposta, que à área de comunicação caberá a promoção de ação comunicacional em que se oportunizem reflexões e incorporação de conceitos e pressupostos relativos às questões socioambientais e ao consumo consciente. Nesse contexto, estão inseridos os garrações de água de 20l e as garrafinhas de água mineral descartáveis.

Percebemos que a ação requer conexão entre a comunicação e o consumo consciente. “É essencial incentivarmos a adoção de hábitos mais sustentáveis, como consumir apenas o necessário, reutilizar embalagens e promover a destinação adequada dos resíduos plásticos gerados”.

5.1.3. Energia Elétrica

O tema Energia Elétrica objetiva melhorar a eficiência energética com redução de custos e, para isso, estabeleceu a meta de reduzir em 1,5 % o consumo de energia por área construída até 2017, tomando como linha de base o ano de 2015.

O plano de ação do tema é composto por quinze ações, das quais uma está sob a responsabilidade da ASCOM. Vislumbramos que a ação formulada “Realizar campanha para conscientização dos servidores sobre a redução do consumo de energia elétrica” pode ampliar a compreensão, pela comunicação interna, do objetivo e meta definidos para o tema e estimular a participação dos servidores para o atingimento da meta estimada no PLS. Autores, como Carramenha, Cappellano e Mansi (2013), identificam que a campanha é um dos canais para se institucionalizarem os conteúdos da comunicação e disponibilizá-los, de forma unificada, para um significativo número de pessoas. Observamos que a ASCOM encontra-se na posição de responsável pela ação.

5.1.4. Água e Esgoto

O tema Água e Esgoto tem como objetivo a racionalização do uso da água e como meta reduzir em 2% o volume de água consumido por área construída (Linha de base ano 2015).

Foi estabelecida no plano de ação a realização de oito ações, das quais duas estão sob a responsabilidade da área de comunicação com atuação de participante:

- Divulgar informações sobre o consumo da água por prédio: a adoção de medidas de comunicação, a exemplo da divulgação, oportuniza o impulsionamento de iniciativas estratégicas e possibilita a redução de desperdícios. Percebe-se que a ação requer conexão entre a comunicação e o consumo consciente.
- Realizar campanha de conscientização sobre o uso racional da água: a ação acima é semelhante à referida no tema Energia Elétrica. Nessa direção, apresentamos a compreensão correlata a respeito da ação comunicativa.

Vislumbramos que a expectativa da ação é ampliar a compreensão, pela comunicação interna, do objetivo e meta definidos para o tema, bem como estimular a participação dos servidores para o atingimento da meta estimada no PLS. Os canais de comunicação interna são diversos e, se forem adequadamente utilizados, podem motivar a participação das pessoas nas diretrizes estabelecidas pela organização.

5.1.5. Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados

O tema Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados tem o objetivo de racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão e a meta de reduzir em 5% os gastos com suprimentos de impressão (linha de base ano 2015). Esse tema contempla quatro ações no seu plano de ação, entre as quais uma se encontra sob a responsabilidade da ASCOM: a Campanha para evitar impressão desnecessária de documentos.

Observamos que há recorrência da ação acima destacada nos planos de ação, no Tema Energia e no Tema Água e Esgoto. É preciso ponderar que ASCOM tem dupla atuação para a mesma ação, ora atuando como responsável, ora como participante.

Para o tema da Energia Elétrica, atua como responsável e para os temas Água e Esgoto e Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, como participante. Não vislumbramos o motivo dessa movimentação. Seguimos a sustentação, já mencionada, do posicionamento dos autores Carramenha, Cappellano, Mansi (2013), que identificam a campanha como um dos canais para se institucionalizarem os conteúdos da comunicação e disponibilizá-los de forma unificada.

5.1.6. Telefonia

Foram definidos para o tema Telefonia o objetivo de racionalizar os serviços de telefonia, adotando critérios de sustentabilidade, e a meta de reduzir os gastos com telefonia fixa em 5% até 2017. No plano de ação, foram demonstradas quatro ações, das quais uma é da área de comunicação: promover campanhas de conscientização para o uso racional de telefonia (móvel e fixo).

Observamos que a ação comunicativa acima destacada tem sido contemplada de forma recorrente por temas já demonstrados no PLS, o que nos leva a considerar que a área de comunicação considerou as *campanhas de comunicação* como um relevante canal de comunicação. Observamos, ainda, que a ASCOM atua na condição de participante.

5.1.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O tema Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho tem como objetivo promover ações de qualidade de vida para a melhoria do clima organizacional. O tema contempla duas metas para se atingir o objetivo estabelecido: Aumentar para 05 o número de ações de inclusão para

Pessoas com Deficiência – PCD (linha base 2015) e acrescer em 5% o número de participações nas ações de qualidade de vida no trabalho até 2017 (linha base 2015)

O plano de ação descreve vinte e sete ações, das quais quatro têm a participação da área de comunicação como unidade participante: ampliar a divulgação do grupo de corrida e treinamento funcional e do grupo de pedalada (TJPE).

Verifica-se que a ação está alinhada à meta relacionada ao aumento de participações nas ações de qualidade de vida pela ação comunicativa. Verifica-se, ainda, ser o Núcleo de Saúde Legal a área responsável. Dessa forma, demonstra-se a conexão da meta *Aumentar em 5% o número de participações nas ações de qualidade de vida no trabalho até 2017* com a ação *Ampliar a divulgação do grupo de corrida e treinamento funcional e do grupo de pedalada*.

Identificamos a influência da atividade física na promoção da saúde dos indivíduos. Vislumbramos que a promoção da saúde seja capaz de gerar positividade na qualidade de vida das pessoas e trazer possibilidades de impulsionar a satisfação no ambiente de trabalho. Nessa direção, aponta a A3P:

A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores.

A ação “Ampliar a divulgação do grupo de corrida e treinamento funcional e do grupo de pedalada” afigura-se como uma ação de comunicação cujo desafio é o de produzir sentido que extrapole o ambiente corporativo.

Como se pode notar, a comunicação organizacional, nessa perspectiva abrangente, é por si só complexa. Neste sentido a área da comunicação deixa de ter uma função meramente tática e passa a ser considerada estratégica. (KUNSCH, 2006, p.16)

5.1.7.1. Promover evento no Dia da Mulher

A ação destacada aponta a ASCOM como unidade participante, com competência para promover o evento do Dia da Mulher, cabendo à Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH, unidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, a execução do evento.

É sabido que o 8 de março foi escolhido como o Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas - ONU para lembrar a luta das mulheres pela igualdade de direito e faz parte do calendário de celebrações das instituições públicas e privadas. Percebe-se que a ação se relaciona com o atributo de valorização e reconhecimento de pessoas e

caracteriza-se pela celebração de um evento. No documento, a ação foi descrita de forma vaga, porém se identifica que “promover” está em sintonia com dar visibilidade, impulsionar participações, ampliar o conhecimento, reforçar valores, atribuições de ações comunicativas.

Assim, observa-se que a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos, inserindo os processos simbólicos – focado nos significados das pessoas envolvidas, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social (ENES, 2014 p.4)

5.1.7.2. Promover evento da Páscoa

A ação identifica a ASCOM como unidade participante, com competência para promover o evento da Páscoa, cabendo à Diretoria de Desenvolvimento Humano-DDH, unidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, a execução do evento.

A Páscoa é celebrada em muitos países, especialmente naqueles com forte influência do cristianismo. Trata-se de uma data de grande relevância para a igreja cristã em homenagem à ressurreição de Jesus Cristo, possuindo símbolos representativos, assim como quase todas as celebrações religiosas.

Verificamos que a ação se relaciona com a interação de crenças, valores e identidade dos indivíduos que pode repercutir na imagem organizacional. Verifica-se, ainda, a expectativa de mobilização para a promoção do evento.

A ação não traduz detalhes, porém se identifica que “promover” está em sintonia com dar visibilidade, impulsionar participações, reforçar valores, atribuições de ações comunicativas.

“Ao tratar de comunicação e organizações, não podemos, portanto, dissociar este agrupamento de pessoas com o verdadeiro sentido da comunicação humana, que pressupõe compreensão e colocação de idéias em comum” (KUNSCH, 2006, p.3)

5.1.7.3. Realizar Cantata Natalina

A ação identifica a ASCOM como unidade participante, com competência para promover o evento da Cantata Natalina, cabendo à Diretoria de Desenvolvimento Humano-DDH, unidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, a execução do evento.

O Natal, uma das mais relevantes e grandiosas festas da cristandade, envolve uma considerável parcela da sociedade, apresentando como característica a abrangência e uma quantidade significativa de símbolos.

Percebemos que a ação se relaciona com a interação de crenças, valores e identidade dos indivíduos, podendo repercutir na imagem organizacional.

A ação descrita “Realizar Cantata Natalina” não traduz detalhes, causando indefinição quanto à atuação da área de comunicação. Para suscitar à compreensão do papel da área de comunicação como unidade participante, citamos:

A construção de significado e de experiência, de acordo com Deetz (2010), podem ser categorizados, como centrados na pessoa ou sob a perspectiva construtiva-relacional. As teorias focadas na pessoa defendem que os significados são formados individualmente, normalmente são regulares e esperam a comunicação para se expressar. (CAVENAGHI, *et. al.*, 2018 p 12.)

Consideramos, portanto, a necessidade de explicitação da área de comunicação sobre sua participação e contribuição na realização da ação “Realizar Cantata Natalina”.

5.1.8. Sensibilização e Capacitação

O tema Sensibilização e Capacitação tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis. A meta estabelecida para atingir o objetivo é promover, no mínimo, seis ações de sensibilização e capacitação sobre a temática Sustentabilidade até 2017. Das onze ações de sensibilização e capacitação existentes no plano de ação, seis estão sob a responsabilidade da área de comunicação com atuação de participante e a Diretoria de Infraestrutura- DIRIEST como responsável.

- Sensibilização para o uso eficiente dos serviços postais
- Sensibilização para o uso da cartilha da DIRIEST
- Sensibilização de novos magistrados no curso de vitaliciamento sobre ferramenta de agilização e autonomia de decisões futuras
- Sensibilização para administradores de prédios quanto ao uso de suprimentos
- Sensibilização de motoristas do TJPE
- Sensibilização de uso eficiente de energia elétrica.

Identificamos nas ações elencadas que a temática “sensibilização” tem um propósito definido: sensibilização para o uso eficiente dos serviços postais, sensibilização de novos magistrados no curso de vitaliciamento sobre ferramenta de agilização e autonomia de decisões

futuras, sensibilização para uso da cartilha da DIRIEST e sensibilização para o uso eficiente de energia elétrica.

A exceção encontra-se na ação sensibilização de motoristas do TJPE que repercute incompreensão do propósito, necessitando de maior clareza.

A cartilha da A3P contribui com a conceituação dos temas Sensibilização e Capacitação:

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades. (A3P, 2009 p.45)

Percebemos que as ações acima destacadas prospectam mudanças de hábitos, comportamento e padrões de consumo que devem impactar na dinâmica socioambiental.

Vislumbramos que muitas pessoas não têm consciência dos impactos que produzem em decorrência de suas atividades rotineiras.

Observamos que a proposição da ação de sensibilização, feita pela DIRIEST, unidade responsável, implica orientação e informação que repercutam em um melhor desempenho nas ações definidas.

Observamos também que a área de comunicação, no caso como unidade participante, é parte essencial no processo de sensibilização a partir das estratégias estabelecidas pelas ações comunicativas. Para suscitar a compreensão do papel da área de comunicação, citamos:

O processo de sensibilização dos servidores envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas socioambientais e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade. As campanhas podem ser realizadas de modo presencial através de palestras, minicursos, fóruns, apresentações teatrais ou ainda por meio da mídia seja ela digital ou impressa. As campanhas têm que, além de sensibilizar os servidores, proporcionar uma maior interatividade. (A3P, 2009 p.45)

Podemos concluir, após a análise do PLS 2016-2017, que, como argumentado na Agenda A3P, a mobilização deve ser permanente e contínua, pois a mudança de atitudes e hábitos necessita de estratégias que promovam orientação, informação e qualificação aos gestores públicos, possibilitando um melhor desempenho nas ações implantadas.

Registramos a relevância de ações de sensibilização e conscientização dos servidores, com o intuito de se ressaltar a importância da adoção de uma postura socioambiental responsável.

Percebemos que a sustentabilidade no âmbito da administração pública tem sido cada vez estimulada como diferencial de uma gestão na qual as pessoas passam a ser os principais agentes de mudança, muitas vezes pequenas e simples, refletidas pela incorporação diária do

uso eficiente da água e da energia, do consumo responsável de produtos e serviços, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da adesão às práticas de qualidade de vida.

Observamos, mediante a proposição do PLS 2016-2017, a possibilidade de serem concebidos processos por meio dos quais os indivíduos possam construir conhecimentos e práticas comprometidas com valores socioambientais e com a coletividade. Não observamos ações de comunicação descritas de forma clara: os tópicos elencados estão amplos, o que pode comprometer o compromisso dos atores envolvidos e, por consequência, dificultar a eficácia da proposta.

5.2. PLS 2018

Observamos que o PLS 2018 (anexo II) apresenta algumas mudanças na sua formatação que realçam destaque. Foram instituídos grupos executivos relacionados aos temas de sustentabilidade constantes na resolução CNJ 201/2015 para colaborar nas proposições, projetos e execução de ações do PLS. Os grupos executivos são em número de cinco, segmentados por temas, com atribuições definidas e as áreas envolvidas.

QUADRO 2 – Grupos de Sustentabilidade

<p>I – GE Gestão de materiais e serviços sustentáveis Temas: Papel, Copos Descartáveis, Água engarrafada, Energia, Água e Esgoto, Limpeza, Combustível, Veículos e Vigilância</p>	<p>Secretaria de Administração - SAD Comissão Permanente de Licitação - CPL Consultoria Jurídica – CJ Assessoria Policial Militar e Civil Diretoria de Infraestrutura – SAD/ DIRIEST Diretoria de Engenharia e Arquitetura – SAD/DEA Gerência de Suprimentos – SAD/ DIRIEST</p>
<p>II – GE Gestão sustentável de recursos naturais Temas: Layout/Reformas</p>	<p>Diretoria de Engenharia e Arquitetura – SAD/DEA Diretoria de Infraestrutura - SAD/ DIRIEST</p>
<p>III – GE – Gestão de resíduos Temas: Gestão de Resíduos</p>	<p>Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC Diretoria de Infraestrutura – SAD/DIRIEST Diretoria de Engenharia e Arquitetura – SAD/DEA Diretoria de Saúde -SGP/DS Núcleo de Sustentabilidade - NUCS</p>
<p>IV – GE Qualidade de vida no trabalho, Capacitação e Comunicação para a sustentabilidade Temas: Sensibilização e Capacitação e Qualidade no ambiente de trabalho</p>	<p>Assessoria de Comunicação - ASCOM Escola Judicial - EJ Diretoria de Desenvolvimento – SGP/DDH Diretoria de Saúde -SGP/DS Memorial da Justiça – SEJU/DIDOC Núcleo de Sustentabilidade - NUCS</p>

V- GE Gestão Sustentável de Recursos Tecnológicos Temas: Telefonia e Impressão de Documentos e equipamentos instalados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC Diretoria de Infraestrutura - SAD/ DIRIEST
---	--

Fonte: elaboração própria

Identificamos que faz parte das atribuições dos grupos executivos: proposição de novos indicadores para o PLS, definição dos gestores dos indicadores que compõe os temas por grupo, e estabelecimento de metas e ações para os indicadores

Observamos que, no IV grupo executivo, além da Qualidade de vida no trabalho, foi incluída Comunicação para a Sustentabilidade. Observamos ainda que, na elaboração do PLS - 2018 não houve ênfase na área de comunicação, com exceção das seguintes temáticas: Energia Elétrica, Água e Esgoto, Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Telefonia, Qualidade de Vida no Trabalho; Sensibilização e Capacitação.

Percebemos que foram acrescentados ao documento os temas de copos descartáveis e limpeza. Percebemos, também, que, ao tema qualidade de vida no ambiente de trabalho, foi incorporada a apresentação de boas práticas implementadas na instituição.

Com relação ao monitoramento do plano, foi disponibilizada a periodicidade das reuniões, o calendário de monitoramento do ano de 2018, o formato das reuniões com os participantes e a forma de registro e divulgação dos tópicos discutidos nas reuniões.

O documento apresenta alterações nos Indicadores e inclui os mínimos sugeridos pelo CNJ na Resolução 201/2015. Possui 104 indicadores agrupados em quinze temas:

[1] papel; [2] água engarrafada; [3] copo descartável; [4] energia; [5] água e esgoto; [6] combustível; [7] veículos; [8] impressão de documentos e equipamentos instalados; [9] layout/reformas; [10] gestão de resíduos; [11] telefonia; [12] qualidade de vida no ambiente de trabalho; [13] sensibilização e capacitação; [14] vigilância e [15] limpeza.

Para cada indicador são estabelecidas a descrição da meta de 2018, a linha de base (valor realizado ano anterior) e a quantificação da meta desse ano.

Outra mudança refere-se à inclusão de legenda atribuída aos indicadores. Alguns deles serão apenas apurados, sem a definição de uma meta (indicados como AA – APENAS APURAÇÃO). Outros foram mantidos no documento para a manutenção dos indicadores mínimos do CNJ, porém não se aplicam ao TJPE ou não existe capacidade de medição (indicados como NA – NÃO SE APLICA). Para aqueles cuja meta será permanecer os valores da linha de base, serão indicados como MV – MANTER VALOR.

Observamos que foi incluído no documento um anexo com o detalhamento dos indicadores do PLS, assim como o tópico de Boas Práticas com a descrição da ação e da área responsável.

As análises realizadas no documento serão restritas aos Temas que têm ações da unidade comunicação identificada como responsável ou participante.

A partir dessa circunstância, identificamos que, dos quinze temas especificados no plano, apenas seis destacam ações da unidade de comunicação.

5.2.1. Energia Elétrica

No PLS 2018, o tema Energia Elétrica tem o objetivo de maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas.

Foram estabelecidos cinco indicadores, embora apenas dois apresentem metas definidas, tomando-se como a linha de base o ano de 2017.

Percebemos que o objetivo estabelecido no tema Energia Elétrica está afinado com o objetivo específico do PLS : incentivar ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos.

O plano de ação foi elaborado com sete ações, e a ASCOM foi identificada como unidade participante em uma única ação: “Campanhas para diminuição de consumo”.

Verificamos que a promoção de campanhas educativas ou de sensibilização para conteúdos, temáticas, ações, dentre outros, está relacionada à área de comunicação.

Vislumbramos que a ação comunicativa destacada deve ter o intuito de provocar mudanças de atitudes nas pessoas que reflitam acerca da diminuição do consumo da energia elétrica.

Dessa forma, é compreensível e coerente a importância de se transmitir a utilidade da prática do consumo consciente pela ASCOM. “Consumo consciente é consumir com melhor impacto, sem excessos ou desperdícios. É fazer escolhas que contribuem para a sustentabilidade do planeta, para que haja o suficiente para todos para sempre”. Akatu <https://akatu.org.br/>

5.2.2. Água e Esgoto

O tema Água e Esgoto tem como objetivo racionalizar o uso da água.

Identificamos que constam, no destacado tema, quatro indicadores relativos a consumo e gasto em alinhamento com a melhoria da eficiência do gasto na Administração Pública, um dos propósitos do PLS.

Verificamos quatro ações estabelecidas no plano de ação, entre as quais uma indica a ASCOM como unidade participante: a Campanha de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água. Ressaltamos que a organização deve estimular a promoção de práticas comunicacionais de diversas formas e com variados conteúdos. Nesse caso, o foco é o consumo consciente do uso da água. A importância desse recurso natural se reflete de forma significativa e se afigura como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: Água Potável e Saneamento (ODS6), cuja meta é assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Aspectos que suscitam o conhecimento possibilitam o processo de conscientização. Jacobi (2003) reforça que, em um sentido amplo, a internalização do desenvolvimento sustentável reposiciona as relações entre a sociedade humana e a natureza e impõe o desafio do rito de passagem da compreensão do conceito para materializações de ações.

5.2.3. Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados

O tema Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados tem, no reportado PLS, o objetivo de Racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão, utilizando critérios de sustentabilidade.

Constatamos que o objetivo do tema está em sintonia com o objetivo geral descrito no PLS: Promover ações que fortaleçam a adoção de critérios de sustentabilidade e economicidade para as atividades da administração pública do TJPE.

Percebemos que foram estabelecidos seis indicadores sem descrição de metas, situação prevista no PLS: Alguns indicadores serão apenas apurados, sem a definição de uma meta (indicados como AA – APENAS APURAÇÃO). Alguns outros foram mantidos neste documento para manutenção dos indicadores mínimos do CNJ, porém não se aplicam ao TJPE ou não existe capacidade de medição (indicados como NA – NÃO SE APLICA). Para aqueles cuja meta será permanecer os valores da linha de base, serão indicados como MV – MANTER VALOR.

No plano de ação, foram definidas quatro ações. À ASCOM, coube apenas uma com responsabilidade de unidade participante: “*Campanha redução impressão*”. A DIRIEST foi definida como unidade responsável.

Verificamos que, para o atendimento do objetivo apontado, a ação comunicativa deve ser construída considerando elementos que visem à racionalização de gastos e inserção de critérios

de sustentabilidade nas questões referentes à temática. Dessa forma, oportuniza-se aos sujeitos que assimilem conteúdos que gerem aprendizagem e participação.

5.2.4. Telefonia

O tema Telefonia tem como objetivo monitorar os serviços de telefonia, tendo em vista a racionalização do gasto mediante critérios de sustentabilidade.

Foram identificados seis indicadores com suas respectivas metas. O plano de ação se compôs de cinco ações, e a ASCOM foi reconhecida como unidade participante em uma ação.

“Campanha institucional de conscientização sobre uso do serviço e categorias dos ramais”

Percebemos a área de comunicação envolvida com a proposição de campanhas institucionais relacionadas aos variados temas que compõem o PLS 2018-2019. Verificamos que os temas acima analisados (Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Água e Esgoto, Energia Elétrica) apontam a campanha institucional para disseminar a causa do consumo consciente como estratégia de comunicação interna.

Segundo Kunsch (2006), as ações comunicativas devem ser construídas mediante uma política de comunicação integrada que considere as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade.

5.2.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O tema Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho define como objetivo estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão, visando fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Apresenta sete indicadores com metas estabelecidas, utilizando a linha de base o ano de 2017. O plano de ação foi criado com trinta e cinco ações com variados tópicos que discorrem sobre valorização das pessoas, reconhecimento de habilidades, saúde, solidariedade, inclusão, acessibilidade e responsabilidade social.

Identificamos o envolvimento da área de comunicação como unidade participante, em apenas uma ação: “Cumprir com as normas da W3C Brasil para tornar o portal do TJPE acessível”.

Constatamos uma inexpressiva demanda à área de comunicação, fato que pode impactar negativamente na compreensão do propósito do tema qualidade de vida no ambiente de trabalho: “A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades

do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional”. (A3P p.45)

5.2.6. Sensibilização e Capacitação

O tema Sensibilização e Capacitação tem o objetivo de estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis.

No documento, são demonstrados três indicadores e suas respectivas metas. O plano de ação contém seis ações, entre as quais duas são da competência da ASCOM que tem a responsabilidade de atuar como unidade participante.

- 1º Fórum de Sustentabilidade
- 10ª Semana do Meio Ambiente

Observamos que as ações descritas contemplam aspectos relativos às práticas e aos desafios da dinâmica da sustentabilidade institucional.

Vislumbramos, com base nas ações propostas, que para a área de comunicação caberá a promoção de ações comunicacionais que oportunizem reflexões e incorporação de conceitos e pressupostos relativos às questões socioambientais, podendo repercutir positivamente no âmbito institucional e na adesão às causas coletivas que ultrapassam o ambiente organizacional.

Identificamos que ao Núcleo de Sustentabilidade coube a atribuição como responsável pelas ações.

5.3. PLS - 2019

Identificamos ter sido observada no PLS 2019 (anexo III) a necessidade de revisão em virtude do tempo de sua implantação: três anos. O documento apresenta o tópico Metodologia de Revisão que reconhece a necessidade de aprimoramento do PLS. A revisão do PLS contempla as seguintes etapas: I. Reunião com os membros da Comissão Gestora de Sustentabilidade e dos Grupos Executivos; II. Análise dos dados constantes no Relatório de Desempenho anual; III. Alteração das metas e ações. O PLS 2018-2019 deverá ser revisado com as metas e os respectivos planos de ação.

Um aspecto institucional que vale salientar é que o período de cada gestão do TJPE é de dois anos, o que nos leva a considerar que o PLS 2018-2019 foi instituído para uma gestão. Dessa forma, o plano permanece com quize temáticas. Destacaremos os temas que indicam a

área de comunicação como unidade responsável ou participante., que perfazem um quantitativo de seis temas:

Para efeitos práticos, é possível analisar os temas e ações do PLS -2018 e PLS -2019 de forma comparativa.

5.3.1. Papel

Observamos que o tema Papel define o objetivo de monitorar o consumo e gasto com papel branco, tomando como linha de base o ano de 2018.

Identificamos dez indicadores que refletem a relação do consumo e gasto do papel nas atividades do TJPE.

Foram apontadas cinco ações no plano de ação para o tema Papel, duas contando com a atuação da área de comunicação. Uma ação como parte responsável e outra como participante.

Atuação da ASCOM como área participante:

- Atualizar e divulgar o Manual de Configuração da Impressão Frente e Verso

A ação de divulgar demonstra pertinência com a temática da comunicação. A perspectiva da ação comunicativa é disponibilizar informações que reflitam no uso racional do papel e no combate ao desperdício. Percebe-se a interação da temática da sustentabilidade com a da comunicação.

A atuação da ASCOM como área responsável:

- Desenvolver campanha para apresentar aspectos relacionados ao consumo consciente de papel no TJPE.

Percebemos que a ação formulada “Desenvolver campanha para apresentar aspectos relacionados ao consumo consciente de papel no TJPE” demonstra a necessidade de adoção de práticas de consumo consciente e, também, a importância da conexão das temáticas da comunicação e da sustentabilidade para atingimento da meta estimada no PLS. Como já mencionado, Carramenha, Cappellano, Mansi (2013) reconhecem a utilidade dos variados canais de comunicação, sendo a campanha um deles. Coube à unidade de sustentabilidade o papel de responsável pela ação.

Observamos que, no exercício de 2018, o tema Papel não apontou ação de comunicação no plano de ação.

5.3.2. Copo Descartável

O tema Copo descartável apresenta o objetivo de monitorar o consumo e gasto com de copos descartáveis. O documento ressalta duas ações no plano de ação para vislumbrar o alcance dos indicadores e metas estabelecidos, entre as quais, uma indica a ASCOM como unidade responsável:

- “criar campanha de consumo consciente voltada ao uso de copos descartáveis nas unidades jurisdicionais”

Variados temas podem ser relacionados ao consumo consciente. Segundo o Instituto Akatu⁸, “a mudança de comportamento rumo ao consumo consciente é um processo gradual e pode começar e pode ser iniciado adotando simples práticas do dia a dia que envolvem a compra, o uso e/ou o descarte de produtos”.

Realçamos que a ação de redução do consumo de copos descartáveis oportuniza a conscientização dos sujeitos sobre a necessidade e implicação de ser sustentável. Impacta em benefícios ambientais, pois reduz o volume de material descartado, acarretando diminuição de gastos institucionais.

5.3.3. Energia Elétrica

O tema Energia Elétrica define o objetivo de maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas. O documento apresenta cinco indicadores com suas respectivas metas que juntamente com o plano de ação podem induzir aos resultados planejados.

O plano de ação salienta cinco ações, das quais uma destaca a área de comunicação como responsável. Cabe às unidades da DIRIEST/NUCS o apoio de unidades participantes: “Trabalhar, junto aos colaboradores, aspectos do consumo consciente de energia elétrica”

Percebemos pela proposição da ação *trabalhar junto*, o relevante papel de apoio da área de comunicação, disseminando os aspectos da importância da eficiência energética. Percebemos, também, que, apesar da ação não revelar detalhes, demonstra a perspectiva pedagógica de compartilhar conhecimentos, informar, reforçar valores, atribuições que são peculiares às ações comunicativas.

⁸ Akatu é uma organização sem fins lucrativos que se dedica à sensibilização, mobilização e engajamento da sociedade para o consumo consciente. Ver em < <https://akatu.org.br/o-akatu/> >.

5.3.4. Água e Esgoto

O tema Água e Esgoto define o objetivo de racionalizar o uso da água, aponta três indicadores, e seu plano de ação contempla quatro ações que podem viabilizar os resultados pretendidos.

A ação “Criar campanha de comunicação para estimular o consumo/uso consciente de água e esgoto” define a área de comunicação como unidade responsável da ação.

Verificamos que as ações comunicativas nas organizações podem ser promovidas de variadas formas, consistindo uma delas nas campanhas. Estas podem ter motivações diferentes; nesse caso, é o estímulo consciente do uso da água e do esgoto. Dessa forma, essa prática comunicativa oportuniza esclarecimentos sobre o *consumo consciente da água*, iniciativa que pode suscitar esclarecimentos sobre excessos e desperdícios desse recurso natural e contribuir para mudanças de hábitos que impactam em gastos.

5.3.5. Veículos

Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes na gestão constitui o objetivo do tema Veículos. Foram apresentados dezessete indicadores, dos quais quatro não serão apurados – sigla NA.

O plano de ação relaciona três ações, e duas identificam a unidade de comunicação como responsável.

- Desenvolver campanha de comunicação: “Vai de boa, vai de bike”

Percebemos que o estímulo intencionado pela proposição da campanha refere-se ao impacto da mobilidade urbana mediante o uso da bicicleta como meio de transporte. Apesar da relevância da proposição como alternativa modal que influencia hábitos de consumo das pessoas, não identificamos aderência ao objetivo do tema Veículo: “Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes na gestão”

- Desenvolver campanha de comunicação “Carona Solidária. Ir junto é muito melhor!”

Trata-se de uma ação comunicativa que deve mostrar alternativas para as pessoas acerca dos seus deslocamentos, a partir do compartilhamento de seus veículos. A campanha também pode incluir informações e esclarecimentos sobre impacto ambiental, utilização de combustíveis renováveis, realização de manutenções periódicas nos veículos, como forma de

incluir a agenda da sustentabilidade - melhorar o impacto ambiental e o da mobilidade urbana - nas suas rotinas.

Apesar da relevância da proposição, não identificamos aderência ao objetivo do tema Veículo: “Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes na gestão”

5.3.6. Gestão de Resíduos

O tema Gestão de Resíduos tem o objetivo de realizar a destinação ambientalmente correta. Apresenta doze indicadores e um plano de ação que expõe oito ações. Verificamos que apenas uma ação tem a ASCOM como unidade responsável, as demais envolvem outras unidades institucionais. Trata-se da ação: “Trabalhar a Gestão de Resíduos: papel (incluindo impressão), óleo, pilhas, plásticos, alumínio, orgânicos e eletroeletrônicos”.

A gestão adequada dos resíduos passa pelo acolhimento da política dos 5R’s: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente. (A3P)

Nota-se que a ação *trabalhar a gestão de resíduos* incumbe à área de comunicação a promoção de reflexões sobre estilo de vida e, conseqüentemente, repensar hábitos de consumo junto aos funcionários, em especial nos tópicos papel (incluindo impressão), óleo, pilhas, plásticos, alumínio, orgânicos e eletroeletrônicos, mencionados no plano de ação sob a responsabilidade da área de comunicação.

5.3.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O tema Qualidade de vida no ambiente de trabalho define como objetivo estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão, visando fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Foram estabelecidos sete indicadores para o tema com suas respectivas metas. O plano de ação foi elaborado com vinte e oito proposições de ações.

Constatamos que, das vinte e oito ações, catorze têm o envolvimento da ASCOM, entre as quais, duas como unidade responsável e doze como participante.

Atuação da ASCOM como área responsável:

- Trabalhar conteúdo “Coleta Seletiva”
- Trabalhar as boas práticas de sustentabilidade adotadas nas unidades

Atuação da ASCOM como área participante:

- Criar jogo eletrônico com foco nas pessoas com Autismo e público em geral (Projeto aprovado pelo Funcultura) (Ação de Inclusão)
- Bloco Eco-Carnavalesco Nós Só Toma no Caneco (Ação de QVT)
- Álbum Dia das Mães (Ação de QVT)
- Concurso Decoração Junina (Ação de QVT)
- Álbum Dia dos Pais (Ação de QVT)
- Encontro Literário (Ação de QVT)
- Programa de Preparação para Aposentadoria (Ação de QVT)
- Prata da Casa (Ação de QVT)
- Cantata Natalina (Ação de QVT)
- Circuito TJPE e Família (Ação de QVT e Solidária)
- Páscoa Solidária (Ação Solidária)
- Pesquisa sobre Adaptação Funcional PCD's (Ação de Inclusão)

Percebemos que ações elencadas, com exceção da ação “*Criar jogo eletrônico com foco nas pessoas com Autismo e público em geral*”, são realizadas de acordo com o plano, no decorrer do ano.

Observamos que as ações descritas contemplam aspectos de valorização das pessoas e reconhecimento de suas habilidades, de solidariedade, de inclusão e responsabilidade socioambiental.

À área de comunicação caberá a promoção de ações comunicacionais de diversas formas para variados atores e com motivações diferentes. A contribuição da comunicação pode oportunizar a valorização das ações e satisfação das pessoas.

A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho (A3P, p.45)

5.3.8. Sensibilização e Capacitação

O tema Sensibilização e Capacitação tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis, a partir do estabelecimento de três indicadores e elaboração de plano de ação com exposição de oito ações. A linha de base utilizada para a construção do documento foi o ano de 2017.

Observamos que, das oito ações estabelecidas para o atingimento dos resultados propostos no plano, apenas uma tem a participação da ASCOM como unidade responsável.

Identificamos na ação “Sensibilização para que os colaboradores do PJPE utilizem canecas e garrafas para evitar uso de copos descartáveis”, a atuação da área de comunicação no

que diz respeito à elaboração e disponibilização de conteúdo sobre os impactos do consumo. Dessa forma, a ação comunicativa pode contribuir para influenciar em escolhas mais conscientes e sustentáveis.

“O processo de sensibilização dos servidores envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais relevantes, esclarecendo a importância da adoção de medidas socioambientais e os impactos positivos da adoção dessas medidas para a sociedade” (A3P p.47).

Evidenciamos a restrita participação da área de comunicação no tema Sensibilização e Capacitação. A temática, desenvolvida com iniciativas comunicacionais que promovam reflexões sobre valores, estilos de vida, hábitos de consumo, cidadania, revisão de processos de trabalho, padrões de sustentabilidade, dentre outros, representa um potencial impulsionador de transformações necessárias à instituição e pertinentes ao contexto atual.

5.4. Relatórios de Desempenho

Os Relatórios de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do TJPE 2016-2017/2018/2019, objeto da análise documental deste estudo, demonstram o cumprimento ao instrumento normativo do Conselho Nacional de Justiça - Resolução CNJ nº 201/2015.

Evidenciamos que se trata de um documento com o propósito de promover o exercício da transparência e da prestação de contas na administração pública, de identificar impactos das atividades de trabalho do corpo funcional e do meio ambiente nos consumos e gastos, de mensurar a eficácia de intervenções práticas socialmente responsáveis, além de subsidiar a construção do Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo CNJ.

Verificamos que os Relatórios de Desempenho do PLS 2016 -2017/ 2018 / 2019 devem consolidar os resultados obtidos pelos respectivos PLS dos destacados anos e tornar público a evolução do desempenho dos indicadores e ações estratégicos com foco socioambiental e econômico.

Constatamos que os Relatórios incluem, abaixo de cada indicador, o gráfico representativo da evolução anual, as justificativas para o não alcance de metas, além de breve análise e comentário sobre o desempenho.

O Relatório de Desempenho do PLS caracteriza-se como uma relevante ferramenta de prestação de contas à sociedade e às partes interessadas sobre atuação institucional em relação às práticas de sustentabilidade adotadas. Dessa forma, revela-se como instrumento de

comunicação devido à apresentação de informações e conteúdos relacionados à sustentabilidade bem como ferramenta de gestão na tomada de decisão para a aplicabilidade da sustentabilidade na prática institucional

A análise dos Relatórios de Desempenho - PLS 2016-2017/ 2018 /2019 será realizada nos temas que têm ações de comunicação identificadas

5.4.1. Relatório de Desempenho PLS 2016-2017

Verificamos que o Relatório apresenta os resultados das ações e metas estabelecidos pelo PLS 2016-2017. No total, foram avaliados 13 indicadores agrupados nas seguintes categorias: [1] Papel; [2] Água Engarrafada; [3] Reprografia de Documentos; [4] Energia Elétrica; [5] Água e Esgoto; [6] Combustível; [7] Veículos; [8] Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados; [9] Obras e Reformas; [10] Gestão de Resíduos; [11] Telefonia; [12] Qualidade de Vida no Trabalho; [13] Sensibilização e Capacitação.

Observamos no documento que, dos treze objetivos definidos, oito estão relacionados à redução do consumo e racionalização de gastos. A exceção se refere aos seguintes temas: Veículos, Gestão de Resíduos, Obras e Reformas, Qualidade de Vida no Trabalho, Sensibilização e Capacitação. Assim, enxergamos a importância de empreender esforços quanto a mudanças de comportamentos que refletem nos hábitos de consumo e nas maneiras que podem afetar as relações de trabalho e suas implicações para o processo de sustentabilidade da instituição.

Percebemos que a formatação do Relatório de Desempenho PLS 2016-2017 consolida os resultados alcançados e a evolução do desempenho dos indicadores, não demonstrando acompanhamento e análises referentes às ações comunicativas.

Para efeito deste estudo, não percebemos no Relatório de Desempenho - PLS 2016-2017 o acompanhamento da efetividade das ações de comunicação. Não houve constatação de realização das ações definidas no plano de ação do PLS 2016-2017, portanto não foi possível identificar o grau de influência da ação comunicativa nos resultados referentes às temáticas que constam no Relatório de Desempenho - PLS 2016-2017.

Evidenciamos, assim, que o PLS 2016-2017 identifica os temas aos quais são atribuídas ações de comunicação, embora o Relatório de Desempenho 2016-2017 não estabeleça essa referência. Dessa forma, observamos um comprometimento na integração entre os dois documentos que repercutem nos resultados analisados.

Observamos, pelo PLS 2016-2017, as temáticas com ações comunicacionais que propõem reflexões e incorporação de conceitos e pressupostos relativos às questões socioambientais e ao consumo consciente: Papel, Água Engarrafada, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Telefonia, Qualidade de Vida no Trabalho e Sensibilização e Capacitação.

Apresentamos, no anexo I, os resultados consolidados no Relatório de Desempenho 2016-2017 referentes às temáticas específicas.

5.4.2. Relatório de Desempenho PLS 2018

Observamos que, diferentemente do Relatório de Desempenho PLS 2016-2017 que analisou resultados a partir de um documento com metas estabelecidas para o biênio, o Relatório de Desempenho do PLS 2018 apresenta os resultados das ações e metas construídas para o ano de 2018, em sintonia com a estruturação do PLS 2018.

Verificamos que os objetivos estabelecidos para o mencionado Relatório mantêm-se em concordância com o instrumento normativo do Conselho Nacional de Justiça - Resolução CNJ nº 201/2015.

Identificamos que esse Relatório apresenta os resultados das ações e metas estabelecidos pelo PLS -2018. No total, foram avaliados 103 indicadores agrupados nas categorias seguintes:

[1] Papel; [2] Água Envasada; [3] Copo Descartável; [4] Energia Elétrica; [5] Água e Esgoto; [6] Combustível; [7] Veículos; [8] Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados; [9] Layout / Reformas; [10] Gestão de Resíduos; [11] Telefonia; [12] Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; [13] Sensibilização e Capacitação; [14] e Vigilância [15] .

Constatamos que foram incluídos os temas Copo Descartável e Vigilância no PLS 2018, conseqüentemente, a apuração dos seus resultados faz parte do Relatório de Desempenho PLS-2018.

O PLS-2018 incorporou à sistemática de construção do documento a condição de alguns indicadores serem apenas apurados, sem a definição de uma meta (indicados como AA – APENAS APURAÇÃO). Alguns outros foram mantidos neste documento para conservação dos indicadores mínimos do CNJ, porém não se aplicam ao TJPE ou não existe capacidade de medição (indicados como NA – NÃO SE APLICA). Para aqueles cuja meta será permanecer os valores da linha de base, serão indicados como MV – MANTER VALOR.

Constatamos no Relatório de Desempenho PLS 2018 as legendas das situações acima descritas, conforme quadro resumo:

QUADRO 3 – Descrição de Metas

Sigla	Descrição
NA	NÃO SE APLICA
AA	APENAS APURAÇÃO
MV	MANTER VALOR

Fonte: Relatório de Desempenho PLS 2018

Realçamos a inclusão do tópico referente ao status das ações elaboradas para cada tema do PLS -2018. Dessa forma, é possível identificar a situação de cada ação. Vislumbramos avanços no processo de monitoramento e na demonstração dos resultados que podem identificar as dificuldades e facilitar a tomada de decisões preventivas e corretivas. Definição do STATUS das ações:

1. Não iniciada: Ações que ainda não foram iniciadas.
2. Em andamento: Ações que já foram iniciadas, mas ainda não foram concluídas
3. Concluída: Ações que já foram concluídas
4. Parcialmente Concluída: Ações com várias fases que não foram totalmente concluídas.
5. Contínuas: Ações que já estão incorporadas na rotina
6. Canceladas: Ações que foram estabelecidas, porém não há mais necessidade de executá-la ou concluí-la.

Observamos que foram acrescentados ao Relatório de Desempenho PLS -2018, em consonância com o PLS -2018, dois temas: copos descartáveis e vigilância. O documento apresenta quinze temáticas com objetivos, indicadores e ações estabelecidas.

Verificamos no PLS -2018 que, além da ampliação dos temas, houve também acréscimos de objetivos relacionados à redução do consumo e à racionalização de gastos.

Dos quinze objetivos definidos no documento, doze enfatizam o consumo consciente e a racionalização de gastos. As três temáticas que não possuem essa ênfase são: Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Trabalho; Sensibilização e Capacitação. Dessa forma, percebemos a importância do consumo consciente no contexto institucional. O Instituto Akatu define o consumo consciente como um consumo sem excessos nem desperdícios, e que busca o melhor impacto para si próprio, o meio ambiente, a sociedade e a economia.

Notamos que a formatação do Relatório de Desempenho - PLS 2018 consolida os resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores, e agregou quadro resumo com a descrição e a situação das ações estabelecidas no plano de ação do PLS 2018-2019.

Desse modo, o Relatório de Desempenho - PLS 2018 apresenta um avanço na demonstração dos resultados. Realçamos, no entanto, que não percebemos no quadro resumo das ações o espaço específico da unidade participante, fato que pode comprometer a análise dos resultados.

Verificamos que a omissão da unidade participante, no documento, impede a comprovação das ações previstas no PLS 2018-2019.

Para efeito desse estudo, não percebemos no Relatório de Desempenho - PLS2018 o acompanhamento da efetividade das ações de comunicação.

Constatamos a impossibilidade de identificar, no documento, o grau de influência da ação comunicativa nos resultados referentes às temáticas que constam no Relatório de Desempenho - PLS 2018. Constatamos, ainda, ausência de registros referentes as ações de comunicação, o que impede a percepção da ASCOM como unidade participante, já que só são apontadas as unidades responsáveis.

Evidenciamos, assim, que o PLS 2018 identifica os temas que são atribuídas ações de comunicação, porém o Relatório de Desempenho 2018 não estabelece essa referência.

Observamos, pelo PLS 2018, que houve redução das *temáticas com ações comunicacionais* que propõem reflexões e incorporação de conceitos e pressupostos relativos às questões socioambientais e ao consumo consciente: Energia Elétrica; Água e Esgoto; Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados; Telefonia; Qualidade de Vida no Trabalho; Sensibilização e Capacitação.

Apresentamos, no anexo II, os resultados consolidados no Relatório de Desempenho 2018 referentes as temáticas específicas.

5.4.3. Relatório de Desempenho PLS 2019

Observamos que o Relatório de Desempenho PLS-2019 refletiu os ajustes de metas e ações de alguns indicadores do PLS 2019. Os ajustes nos indicadores podem ser tanto de aumento e diminuição da meta, como referentes à inclusão e exclusão de ações, tudo de acordo com o PLS 2019 (Gestão 2018-2019), haja vista que a dinâmica do planejamento requer aprimoramento contínuo com identificação dos aspectos planejados e atingidos.

Verificamos que os objetivos definidos para o mencionado Relatório se apresentam em concordância com o instrumento normativo do Conselho Nacional de Justiça - Resolução CNJ nº 201/2015.

Identificamos que o Relatório de Desempenho PLS - 2019 apresenta os resultados das ações e metas estabelecidos pelo PLS-2019. Nesse documento, permanecem as mesmas categorias previstas no Relatório de Desempenho PLS 2018: : [1] Papel; [2] Água Envasada; [3] Copo Descartável; [4] Energia Elétrica; [5] Água e Esgoto; [6] Combustível; [7] Veículos; [8] Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados; [9] Layout / Reformas; [10] Gestão de Resíduos; [11] Telefonia; [12] Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; [13] Sensibilização e Capacitação; [14] e Vigilância [15]

Observamos que o mencionado relatório, alinhado ao PLS-2019, apresentou alteração nas temáticas que expressam ações comunicacionais: Papel, Copo Descartável, Energia Elétrica; Água e Esgoto; Veículos; Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Trabalho; Sensibilização e Capacitação.

Com relação ao formato do documento, não identificamos alterações em relação ao Relatório de Desempenho - PLS 2018

Vislumbramos que o documento apresenta circunstâncias que transparecem aspectos da comunicação como elemento acessório às estratégias de formulação das metas e ações. Tal fato pode ser observado pela omissão da unidade participante, na realização das ações comunicacionais previstas.

Para efeito desse estudo, não percebemos no Relatório de Desempenho - PLS2019 o acompanhamento da efetividade das ações de comunicação.

Constatamos a impossibilidade de identificar, no documento, o grau de influência da ação comunicativa nos resultados referentes às temáticas que constam no PLS-2019. Constatamos, ainda, ausência de evidências referentes as ações de comunicação, o que impede a percepção da ASCOM como unidade participante, já que só são apontadas as unidades responsáveis.

Evidenciamos, assim, que o PLS -2019 identifica os temas em que são atribuídas ações de comunicação, porém o Relatório de Desempenho 2019 não retrata essa referência.

“Indicadores de gestão organizacional das mais diversas fontes apontam para a comunicação como um dos principais fatores de insucesso em projetos e uma das maiores barreiras à eficiência interna das organizações” (Cajazeira, Cardoso 2009 p.6).

Percebemos a necessidade da unidade responsável pela comunicação interna institucional assumir posição estratégica para impulsionar a comunicação para a sustentabilidade, de acordo

IV – GE Qualidade de vida no trabalho, Capacitação e Comunicação para a sustentabilidade, criado pela Portaria 18/2018, e inserido no PLS da gestão 2018-2019.

Identificamos no Relatório de Desempenho PLS- 2019 a sugestão que no PLS2020 seja inserido o tema “Comunicação” com definições de objetivo, indicadores, meta e ações

Apresentamos, no anexo III, os resultados consolidados no Relatório de Desempenho 2019 referentes às temáticas específicas.

6. CONCLUSÃO

Após o percurso realizado ao longo deste trabalho, podemos constatar que, na atualidade, tornam-se cada vez mais evidentes as preocupações sobre impactos socioambientais e sua influência nas decisões e estratégias no âmbito corporativo.

O cenário promove exigências que suscitam a revisão de padrões de compras, consumo e hábitos de uma sociedade que se revela cada vez mais complexa. Percebemos que estão no cerne dessa complexidade alguns aspectos significativos, como: modelo econômico, comportamento das pessoas, preservação, transformação, inclusão.

A visão sistêmica, o planejamento, inovação, criatividade e a comunicação apresentam-se como competências organizacionais relevantes na construção de alternativas que conduzam transformações necessárias para o fomento da sustentabilidade. O conhecimento do problema é decisivo para promover as articulações e protagonismos dos atores envolvidos com a temática.

Enfatizamos a necessidade da participação das instituições, especialmente as públicas - por se tratar de expressivos consumidores de bens e serviços-, por meio da adoção de modelos de gestão com processos estruturados para a promoção da sustentabilidade.

De forma positiva, podemos observar a atuação do CNJ no âmbito das questões que impactam a realidade socioambiental. A evidência se dá pela publicação da Resolução 201/2015, iniciativa que valida a cooperação do Poder Judiciário com as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

A partir da exigência de implantação do PLS, destacamos a necessidade de resposta e de adequação do TJPE à demanda estabelecida.

Concretamente, demonstramos a importância de apropriação de uma nova realidade imposta à instituição com aspectos de transversalidade e multidisciplinariedade, características da temática da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a identificação de novas estratégias de comunicação interna que podem ser utilizadas pelo TJPE visando à consolidação das práticas de sustentabilidade no âmbito organizacional oportuniza a construção do sentido de corresponsabilidade coletiva pela expansão de experiências comunicacionais.

A fluidez das informações, marca da contemporaneidade, demonstra que o uso apropriado da linguagem e dos canais de comunicação permite que conteúdos sejam compartilhados, que a ativação do nível da consciência das pessoas seja impulsionada e, ainda, oportuniza a construção de sentido do intuito proposto. Enxergamos que a comunicação apropriada revela

possibilidades de avanços na compreensão da importância da temática da sustentabilidade pelas pessoas que fazem a organização.

A partir do levantamento de documentos que permitiram explorar informações, acompanhar parâmetros de metas e resultados com a finalidade de elaborar interpretações em nossa análise, verificamos que os PLS e os Relatórios de Desempenho dos biênios 2016-2017 e 2018-2019 apresentaram conteúdos amparados nas temáticas socioambientais que foram agregados às práticas de gestão institucional, com ações de comunicação identificadas.

Notamos inicialmente que PLS 2016-2017 estrutura o plano de ação - registro formal das intenções almejadas – com espaço para identificar as áreas que devem atuar como responsável pela ação e as áreas que devem atuar como participante da respectiva ação.

Notamos, também, que o documento não apresenta definição do papel da unidade responsável e da unidade participante, fato que pode levar a imprecisões e inferências quanto à atuação dos atores envolvidos e, conseqüentemente, ao comprometimento nos resultados pretendidos.

Observamos que sua construção contou com a participação dos atores envolvidos, sistemática que pode promover a gestão integrada das áreas implicadas. No entanto, identificamos fragilidades na formatação do plano de ação que se configura de forma ampla; evidencia as unidades organizacionais envolvidas com a ação, mas não identifica o compromisso, a atribuição dos atores envolvidos. Dessa forma, fica comprometido o acompanhamento da ação implantada e o reflexo da sua aplicabilidade.

Não reconhecemos, dentre os objetivos elencados no PLS, a comunicação como elemento de disseminação da estratégia institucional nem como catalisadora de interação das pessoas com propostas que visam a transformações e mudanças de paradigmas. Sabemos que a presença da subjetividade nos ambientes organizacionais se dá por meio dos processos interativos, pela forma como as pessoas se comunicam. Dessa forma, é essencial o destaque do tema *comunicação* no PLS frente às novas tendências do pensamento sustentável.

Na seqüência, a partir do biênio 2018-2019, o documento apresentou mudanças na sua estrutura, o que representou avanços no processo de monitoramento e na demonstração dos resultados que propiciam a identificação de dificuldades e facilitam a tomada de decisões preventivas e corretivas.

Observamos que, apesar da inclusão da Comunicação para a Sustentabilidade (no IV Grupo Executivo, não houve ênfase na área de comunicação na elaboração do PLS – 2018, fato que visualizamos com nitidez, mediante o tema Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho. O tema descreve seu plano de ação com trinta e cinco ações, embora tenhamos identificado o

envolvimento da área de comunicação como unidade participante em apenas uma ação. Constatamos uma inexpressiva demanda à área de comunicação.

Ante a relevância do tema, ressalta-se a necessidade de explorar a integração do PLS e seu respectivo Relatório de Desempenho. Os Relatórios de Desempenhos dos PLS 2016-2017, 2018 e 2019 consolidam os resultados alcançados e a evolução do desempenho dos indicadores. Para efeito dessa pesquisa, o material estudado no período 2016-2017 não revela o acompanhamento da efetividade das ações de comunicação. Não houve constatação de realização das ações definidas no plano de ação, portanto não foi possível identificar o grau de influência da ação comunicativa nos resultados referentes às temáticas que constam no Relatório de Desempenho.

Quanto ao PLS 2018 e 2019 e seus respectivos Relatórios de Desempenho, percebemos avanços na demonstração dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores, e quadro resumo com a descrição e a situação das ações estabelecidas no plano de ação dos destacados PLS. Realçamos, no entanto, que não percebemos, no quadro resumo das ações, o espaço específico da unidade participante, fato que compromete o acompanhamento da efetividade das ações de comunicação e a análise dos resultados.

Verificamos a impossibilidade de se identificar, nos documentos, o grau de influência da ação comunicativa nos resultados referentes às temáticas que constam no Relatório de Desempenho. Verificamos, ainda, ausência de registros referentes às ações de comunicação, o que impede a percepção da ASCOM como unidade participante, já que só são apontadas as unidades responsáveis. Tal fato remete à necessidade de revisão da estrutura do Relatório de Desempenho, pois apresenta vulnerabilidade, que compromete a interpretação dos resultados estabelecidos.

Evidenciamos a presença de ações comunicativas afinadas com objetivos de determinados temas no PLS, porém só há mensuração dessas ações no Relatório de Desempenho, caso a unidade de comunicação seja intitulada como responsável pela criação.

Verificamos que as ações comunicativas ressaltadas nos PLS examinados se apresentam de forma ampla, não demonstrando clareza do propósito. Observamos reduzida expressividade da unidade de comunicação.

Entendemos que a comunicação interna deve assumir o papel de protagonizar ações que produzam conhecimentos, influenciem hábitos, proporcionem interações e experiências sobre o universo da sustentabilidade. A dimensão do tema exige internalização de conceitos, provocações para mudanças de modelos mentais até então estabelecidos. Dessa forma, aposta-

se na ampliação da consciência das pessoas e na oportunidade de mostrar a comunicação como produtora de sentido para que soluções sustentáveis sejam agregadas ao contexto do TJPE.

Após análise dos dados coletados, observamos tratar-se de uma abordagem recente entre tantas que existem no universo da sustentabilidade. Dessa forma, identificamos lacunas que fragilizam as análises e resultados estabelecidos entre as ações comunicativas e o impulsionamento de práticas sustentáveis na instituição. Logo, são necessários novos estudos que busquem um afinamento da temática da sustentabilidade com a produção de significados coletivos.

Podemos concluir, portanto, que alcançamos uma profunda reflexão acerca do tema Sustentabilidade e Comunicação, enxergando lacunas e suprindo, assim, uma série de necessidades que foram identificadas ao longo do desenvolvimento do trabalho: a revisão da estrutura do Relatório de Desempenho, a revisão dos planos de ação, a construção precisa das ações de comunicação, o alinhamento de objetivos de temas socioambientais com ações de comunicação, a materialização das estratégias de sensibilização e estímulo à temática, a inclusão do tema “Comunicação” com definições de objetivo, indicadores, meta e ações no PLS, a exclusão de ações de rotina nos temas do PLS, e a insistência no processo iterativo de construção e revisão do PLS. Sendo assim, ao constatarmos que não alcançamos o objetivo definido inicialmente, estamos reafirmando a importância de não recuarmos nesse processo. Essa importância foi constatada ao longo da nossa análise, o que justifica, assim, a pertinência da nossa abordagem e a contribuição proporcionada à temática.

6.1. Desdobramentos da pesquisa

A pesquisa teve a finalidade de aperfeiçoar o processo de comunicação interna do TJPE com novas estratégias, motivadas pelo incentivo à compreensão e consolidação dos atributos relativos à sustentabilidade, apresentamos, a partir dos resultados encontrados na pesquisa, a proposição do desenvolvimento de um Blog, ferramenta digital, com potencial de agregar valor pelo conhecimento, pela aprendizagem, pelo envolvimento e pela participação.

A construção da ferramenta deve considerar aspectos, como: aliar a geração de conteúdos sobre a temática da sustentabilidade com uma linguagem inovadora e criativa; oportunizar o processo de sensibilização e conscientização para mudanças de comportamento, hábitos e valores direcionados à sustentabilidade pela oferta de processos educativos; disponibilizar notícias que propiciem atualizações acerca de ações socioambientais; viabilizar conteúdos de forma variada com potencial mobilizador de públicos de diferentes idades; apresentar opiniões

de especialistas em temas que abordam o consumo consciente - produção sustentável, informação ao consumidor e mudanças climáticas, entre outros-; apresentar melhorias socioambientais conduzidas pelo caminho da conscientização; estimular o processo de cocriação pela interação do público interno, de experiências vividas e compartilhadas; disseminar novidades e informações em relação ao consumo consciente em temas, como água, alimentos, energia, roupas, crise climática e resíduos; apresentar ações e práticas sustentáveis que demonstrem a importância da colaboração e participação em massa e da criação de valor através de experiências; desenvolver campanhas criativas que ressaltem a importância de hábitos sustentáveis na rotina das pessoas; disponibilizar dicas que demonstrem impactos de consumo para facilitar a adoção de novos hábitos.

O Blog poderá ser desenvolvido e hospedado em uma plataforma, como o Wix, de forma a incentivar a participação dos visitantes de maneira intuitiva, o que acontece, por exemplo, no site Medium, cujo slogan é “Onde as boas ideias encontram você”. Nesse site, qualquer tópico pode ser discutido, e os assuntos podem ser encontrados em uma aba “*trending on Medium*”, que destaca as leituras que estão em alta no momento. Por outro lado, no site que estamos propondo, haverá uma delimitação quanto aos assuntos: o espaço reunirá as pessoas em torno da temática da sustentabilidade. O senso de uma comunidade digital incentivará, portanto, pela via do pertencimento e da colaboração, a cocriação de conteúdos, o esclarecimento de levantamentos e a proposição de iniciativas no âmbito da sustentabilidade da instituição TJPE.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lilian Maria de Souza.; SOUZA, Luiz Gonzaga Mariano de. MELLO, Carlos Henrique Pereira. **A comunicação interna como um instrumento de promoção da qualidade: estudo de caso em uma empresa global de comunicação.** Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 1, p. 19-34, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a03.pdf>> Acesso em 17 mar. 2020;
- ALOISE, Pedro G.; ROCHA Jefferson M.; OLEA Pelayo M. Relações Entre Ética Organizacional, Inovações Ambientais e Sustentabilidade. **Revista de Administração FACES Journal**, Vol. 1. 2017. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/4001/2667>> Acesso em : 18 out 2019> Acesso em : 20 jul.2019;
- BALDISSERA, Rudimar. A complexidade dos processos comunicacionais e interação nas organizações. In: MARCHIORI, Marlene.(Org.) **Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional**. 2. ed. Volume 2. São Caetano: Difusão Editora, 2010;
- BALDISSERA, Rudimar.; KAUFMANN, Cristine. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. **Organicom**, ano 10, nº 18, 2013. São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139169/134511>> Acesso: 21 Nov 2019;
- BARBIERE, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 1997;
- BARBIERI, José C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004;
- BARBIERI, JOSÉ CARLOS; DA SILVA, DIRCEU. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: Uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, vol. 12, núm. 3, 2011, pp. 51-82. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195422078004>> Acesso em: 28 jul.2019;
- BARBIERI *et al.* Inovação e Sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n2/02.pdf>>. Acesso em:10 out 2019;
- BARCELOS, Valdo Hermes. Paulo Freire: um educador dos trópicos. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 383-399, ago. 2018;
- BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD, Thomaz Jr. **Criativas e a “Virada Cultural”**. Recuperado da Internet. Disponível em: <www.pedrobendassolli.com/pesquisa/artigo2.doc> Acesso em: 22 julho 2019;
- BERGER, Peter L.; Luckmann, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido**. A orientação do homem moderno. Rio de Janeiro: Vozes, 2012;
- BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2012;

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mário; MAZON, Rubens. **Guia de Compras Públicas Sustentáveis** – Fundação Getulio Vargas e ICLEI. Editora, FGV, RJ, 2006. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/.../Cartilha.pdf>>. Acesso 14/06/2020;

BOFF, Leonardo. **Ética da vida: a nova centralidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009;

BRASIL. **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Ministério do Meio Ambiente. 1999;

BRASIL. **O Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração**. Governo Federal. 2010. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/content/guia-de-compras-p%C3%BAblicas-sustent%C3%A1veis-para-administra%C3%A7%C3%A3o-federal>> acesso em 14 abr. 2021;

BRASIL. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 3ª ed.; Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. Brasília: AGU, 2020;

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 1993**. Política de sustentabilidade de contratações de bens e serviços do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Poder Judiciário da União. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 1993;

BRASIL. **Agenda 2030 Integrada no Poder Judiciário**. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. 2019;

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. CARDOSO, Claudio Guimarães. **Comunicação e Inovação: Correlações e Dependências**. Universidade Federal da Bahia e ABERJE Associação Brasileira de Comunicação Organizacional. 2016. Biblioteca FGV. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15648>> Acesso em 04 mai. 2020;

CALGARO, Cleide; PEREIRA, Agostinho OliKoppe. Políticas Públicas e Cooperação Social em John Rawls. **Revista Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 277-302, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/970>>. Acesso em 19 março 2021;

CAMARGO, Diogenes Rafael de. **Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no brasil: um estudo a partir de teses e dissertações**. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. 2016. 197 f.;

CARARETO, Mariana; CALONEGO Renata.; ANDRELO, Roseane. A responsabilidade das organizações diante do impacto na sociedade conectada e participativa: uma análise das campanhas da Skol e da Alezzia. **Organicom**, ano 14, N. 26, 1º Sem. 2017. P. 215. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br>> Acesso em 10 Dez 2019;

CARRAMENHA, Bruno.; CAPPELLANO, Thatiana.; MANSI, Viviane. A Comunicação Interna sem fronteira. Jundiaí, São Paulo: Editora In House, 2013;

CARRILLO, Maria Victoria. Comunicação Estratégica no ambiente comunicativo das organizações atuais. **Comunicação e Sociedade**, vol. 26, 2014 *Comunicação e Sociedade*,

vol. 26, 2014, pp. 71 – 80 Disponível em

<https://www.researchgate.net/publication/287705633_Comunicacao_Estrategica_no_ambiente_comunicativo_das_organizacoes_atuais> Acesso em 26 mar. 2020;

CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Cocriação de Valor Conectando a empresa com os consumidores através das redes sociais e ferramentas colaborativas**. São Paulo, Atlas. 2014;

CAVENAGHI, Luísa S.; DIAS Lucas S.; MARCHIORI, Marlene. **A interação entre os sujeitos (comunicação) e o processo de construção da sustentabilidade nas organizações**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade v.13, n.32, p. 2232-2256. Maio/Agosto, 2018. Disponível em:<<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/2189>> Acesso: 15 Out. 2019;

CINTRA, Lucas. A. O.; ORNELLAS Regina S. A Comunicação Organizacional e a Governança Corporativa na construção de uma Imagem e Reputação de “Marca Cidadã”. **Revista Linceu On-Line**, v. 9, n. 2, p. 88-105, 2019. Disponível em: <https://liceu.emnuvens.com.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1815> Acesso em: 18 Out 2019;

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 347 de 13/10/2020**. Poder Judiciário. Ato Normativo. Nº 0007065-75.2020.2.00.0000. 2020;

COLPO, Caroline Delevati. Planejamento estratégico na Comunicação Organizacional: (re)significado pelo olhar do Paradigma da Complexidade. **Revista Alceu**. v.19 - n.37 - p. 83 a 92 - jul-dez./2018. Disponível em <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/94/92>> Acesso em 17 mar. 2021;

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **Guia de Comunicação e Sustentabilidade. 2020**. Disponível em <<https://cebds.org/cebds-lanca-nova-edicao-do-guia-de-comunicacao-e-sustentabilidade/#.X4cNQNvKjIV>> acesso em 19 abr. 2021;

CORRÊA, Manuella Dantas.; PEREIRA, Maria Emilia de Oliveira. **Comunicação Organizacional: Histórico, Conceitos e Dimensões**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus. 28 a 30 mai. 2015.

DALMORO, Marlon. **A visão da sustentabilidade na atividade empreendedora: uma análise a partir de empresas incubadas**. RGO - Revista Gestão Organizacional. V. 2, nº 1, 2009 Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/139>> Acesso em: 18 Jul 2019

DUARTE, Jorge; BARROS Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006;

ECCO, I., & Nogaro, A. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. **XII Congresso Nacional de Educação**. Educere: São Paulo, 26 a 29 out. 2015. pp. 3523-3535;

FIORIN, José L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016;

FRANÇA, Vera V. Comunicação e Cultura: relações Reflexivas em Segundo Grau. In: MARCHIORI, Marlene (org). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010;

FREITAS *et al.* 2012 Transferência tecnológica e inovação por meio da sustentabilidade. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 46 n.2, p. 363-84, mar./abr. 2012
Disponível: <https://www.scielo.br/j/rap/a/qPcCmzNh9wsDrnkwyT8Wp3h/abstract/?lang=pt> .
Acesso em: 21 out 2020;

FREITAS, Renata; LOBÃO, Raquel **Comunicação Organizacional e investimento em sustentabilidade**. Disponível em : <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/466/457>.
Acesso em: 18 out 2019.

FUENTE, Adelina M L; REIS, Juliane C. R. **O papel estratégico da comunicação na construção e manutenção da reputação organizacional**: uma proposta de alinhamento entre organizações e públicos. Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp 2017) 15 e 19 de maio de 2017. Disponível em: <<http://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/26.pdf>>
Acesso: 20 Set 2019>acesso em 05 mai 2020;

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009;

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUIMARÃES, LEANDRO BELINASSO; DE SAMPAIO, SHAULA, VICENTINI
Educação ambiental nas pedagogias do presente Em Aberto, Brasília, v. 27, n. 91, p. 123-134, jan./jun. 2014. Disponível em:
<<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2425/2382>>
Acesso em : 20 jul 2019

_____, **Dispositivo da Sustentabilidade**: Pedagogias no Contemporâneo. Florianópolis, v. 30, n. 2, 395-409, maio/ago. 2012.
Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br> Acesso em: 15 jul. 2019;

HANSON, Dennis. Indústrias Criativas. **Sistemas & Gestão**, v. 7, n. 2, p. 222-238, 11.
Disponível em: <www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/V7N2A7> Acesso em 11 mai 2020. Acesso em: 28 julho 2019;

HARARI, Yuval Noah. Uma breve história da Humanidade Sapiens. *Porto Alegre: L&PM*. 2015;

JUSKI, Juliane R. **Comunicação para a sustentabilidade**: uma mudança de cultura no contexto organizacional. Disponível em:
<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/7378/4546>. Acesso em 18 out 2019;

KUNSCH, MARGARIDA M. **Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual**. Vol. 8, nº 2. São Paulo: Matrizes. 2014. pp. 35-61. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143032897003>> Acesso em 25 mai. 2020;

KUNSCH Margarida K.; OLIVIERA, Maria de Lourdes. **A comunicação na gestão da Sustentabilidade das Organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2009;

KUNSCH, Margarida M. K. **A Comunicação estratégica nas organizações contemporâneas**. *Media & Jornalismo* vol.18 no.33 Lisboa nov. 2018. *On-line* ISSN 2183-5462. Disponível em<:http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000200002> Acesso: 31 out 2019> Acesso em 29 mar. 2020;

KUNSCH, M. M.. Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**, 2, 169-192. Disponível em:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/11868/material/Comunicacao%20organizaciona%20conceitos%20e%20dimens%C3%B5es%20dos%20estudos%20e%20das%20pr%C3%A1ticas.pdf>> Acesso em 17 abr. 2020;

KUZMA, E. L., DOLIVEIRA, S. L. D., GONZAGA, C. A. M.; NOVAK, M. A. L. A inserção da sustentabilidade na formação de administradores. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5(2), 146-165. 2016;

LARUCCIA, Mauro Maia. Notas Sobre Linguagem, Comunicação e Educação. **Pensamento & Realidade**, 15. 2004. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8446/6258>> Acesso em 18 abr. 2021;

LEÃO, Bárbara de Castro; MELO, Daniele de Castro Pessoa de. A Axiologia do Plano de Logística Sustentável dos Tribunais para a Sociedade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 15, n. 31, p. 247-269, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1231>>. Acesso: 26 março 2021;

MANSI, Viviane Regina. **Comunicação, Diálogo e Compreensão nas Organizações: Narrativas de Liderança**. 10º Interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero. Disponível: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Viviane-Regina-Mansi-FCL.pdf>> Acesso em 05 dez. 2020;

MARCHIORI, Marlene. **Os desafios da comunicação interna nas organizações. Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/466/388>>. Acesso: 21 Nov 2019;

MARCHIORI, Marlene; CONTANI, Miguel L. **Abrangência e Limites de Interação e Relacionamento entre Participantes de uma Organização Não-Governamental** Disponível em<http://www.uel.br/grupo-estudo/gefacescom/images/Congresso_14_Abrapcorp_2012.pdf> Acesso em 02 Dez 2019;

MARTINS, H. F., Mota, J. P., & Marini, C. (2019). Modelos de negócio na esfera pública: o modelo canvas de governança pública. **Cadernos EBAPE. BR**, 17(1), 49-67;

MARTINO Luís Mauro Sá.; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro (org.). **Teorias Da Comunicação: processos, desafios e limites**. Comunicação na Contemporaneidade. São Paulo,

2015. Disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/livro-1-online.pdf>. Acesso em : 20 out 2020;

MEIRA, **Sílvio**. **Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013;

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. **Um giro na concepção de estratégias comunicacionais: dimensão relacional 1**. X Encontro do Fórum Iberoamericano de Estratégias de Comunicação. Republica Dominicana, 12 a 14 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gecorp/images/FISEC_2012_PAINEL_TEXTO_FINAL_130712.pdf 05/12> Acesso em 02 fev. 2021;

OLIVEIRA , Lucas Rebello de.; MEDEIROS, Raffaella Martins.; TERRA, Pedro de Bragança Terra.; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, 22(1), 70-82. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0007_0245.pdf Acesso 16/06/2020> Acesso em 25 abr, 2020;

RAPOSO, Maria Inês Cid. **Antecedentes do comportamento inovador: clima aberto de inovação, comunicação interna e partilha de conhecimento**. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Mestrado em Gestão de Recursos Humanos. 57 f. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16479/1/DM-MICR-2018.pdf>> Acesso: 22/11/2020;

REGIANE, Regina_R; COSTA, Rosa M. D. **Responsabilidade social, comunicação e experiências educomunicativas**. Disponível em: <wbalhoww.abrapcorp.org.br/anais2012/trabalhos/MT/MT26> Acesso em 02 out 2019;

ROTHBERG, Danilo. **Comunicação nas organizações governamentais e sustentabilidade: qualidade da transparência ativa e fatores de desempenho**. Disponível:http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_NCV9F8ZC2JZMSYSX_XCPI_28_7223_15_02_2019_04_17_09.pdf Acesso: 21 Nov 2019;

SANTOS, Augusto César de Jesus. Organizações Inovadoras Sustentáveis: Insights em prol de maior Competitividade. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v.3, n.3, Maio/Agosto – 2016;

SANTOS, R. S. D., FORESTI, L. F., & SANTOS NETO, A. M. V. D. Guia de compras públicas sustentáveis para a administração federal. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2010;

SARTORI, Simone; LATRÔNICO Fernanda; LUCILA M.S. Campos. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 1-22 n jan.-mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf> Acesso 15/06/2020> Acesso em 04 abr. 2020;

SECCHI, L., COELHO, F., & PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3ª ed. Cengage . 2019;

SILVA, Liliane F.; TAVARES, Marcelo B. **Cidadania Corporativa e a Práxis de Relações Públicas**: Possibilidades de Convergências nas Organizações Disponível em:

<[http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/\(cod2_22791\)LilianeFragaSilva_MarceloTavares_EJP_Abrapcorp2019.pdf](http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/(cod2_22791)LilianeFragaSilva_MarceloTavares_EJP_Abrapcorp2019.pdf)> Acesso: 18 Nov 2019;

SORRENTINO *et al.* **Educação ambiental como política pública Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2> Acesso em : 23 jul. 2019;

TAKEUCHI, Hirotaka.; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008;

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – TJPE. **Planos de Logística**

Sustentável 2018/2019. Planejamento Estratégico. Disponível em: <

<http://www.tjpe.jus.br/web/planejamento/pls-2018/2019>> acesso em 07 mar. 2021.

ANEXO I

1. PLS 2016-2017

1.1. Papel

Objetivo	Reduzir o consumo de papel branco.				
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Quantidade (resmas) de papel branco utilizadas.		Reduzir em 2,0% a quantidade de resmas de papel branco consumidas até 2017.		77.191 resmas	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Implantar o PJe em todas as unidades judiciárias, exceto na esfera criminal e de infância e Juventude.	COMITÊ GESTOR DO PJE	SETIC	2016	2017
02	Promover ações educativas para sensibilizar sobre o consumo consciente de papel, incluindo os dados de consumo do corpo funcional.	NUCS	DIRIEST/ ASCOM/DIDOC	2016	2017
03	Disseminar o uso de Ferramentas de Comunicação Digital (e-mail funcional, correio eletrônico, sistema de pedido via web).	ASCOM	SETIC	2016	2017
04	Configurar as impressoras no modo frente e verso.	SETIC		2016	2016
05	Homologar o Sistema Eletrônico de Gestão Documental (SIGA-DOC) .	SETIC	DIDOC	2016	2017
06	Estimular o uso da impressão frente e verso nos documentos administrativos e judiciais.	ASCOM	DIDOC/NUCS/ SETIC	2016	2016
07	Virtualizar 90% dos fluxos de requerimento de servidores através do SGP Digit@l.	SGP		2016	2017
08	Normatizar o Sistema Informatizado de Requerimento SGP Digit@l para utilização por todo o Corpo Funcional.	SGP	DIDOC	2016	2017

1.2. Água

Objetivo		Reduzir o consumo de água engarrafada			
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – volume em 350 ml).		Reduzir em 3,0 % a quantidade de garrafas envasadas em embalagens plásticas de 350 ml.		70.460 unidades	
Consumo de garrações de água 20l.		Reduzir em 3,0 % a quantidade de garrações de água 20l.		52.945 unidades	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Informar dados de consumo ao corpo funcional.	DIRIEST	NUCS	2016	2017
02	Conscientizar os usuários para o uso consciente da água.	ASCOM	DIRIEST	2016	2017
03	Vistoriar as unidades que apresentam variação acima de 25% da média mensal.	DIRIEST		2016	2017

1.3. Energia Elétrica

Objetivo		Melhorar a eficiência energética com redução de custos.			
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Consumo de energia elétrica por área construída.		Reduzir em 1,5 % o consumo de energia por área construída até 2017.		18,12 Kwh/m ²	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Instalar interruptores para setorização da iluminação das áreas de trabalho.	DIRIEST		2017	2017
02	Instalar sensores de presença em ambientes de pouco acesso.	DIRIEST		2017	2017
03	Realizar campanha para conscientização dos servidores quanto à redução do consumo de energia elétrica.	ASCOM	DIRIEST/NUCS	2017	2017
04	Adotar medidas de eficiência dos sistemas elétricos nos projetos de engenharia para os novos Fóruns, buscando uma concepção de projetos	DEA		2016	2017

	arquitetônicos que aproveitem o máximo das condições climáticas do local.				
05	Substituir aparelhos condicionadores de ar de janela por Split, nas comarcas da Capital e Região Metropolitana.	DIRIEST		2016	2017
06	Vistoriar as unidades que apresentam excesso de consumo.	DIRIEST		2016	2017
07	Atacar os pontos críticos-revisão de demanda contratada modulação.	DIRIEST		2016	2017
08	Entrada do funcionamento de termoacumulação do sistema de climatização às 18 h, no Fórum do Recife.	DIRIEST		2016	2017
09	Avaliar as cargas instaladas após o incremento de equipamentos elétricos.	DIRIEST		2016	2017
10	Avaliar a estrutura tarifária.	DIRIEST		2016	2017
11	Informar dados de consumo ao corpo funcional.	DIRIEST		2016	2017
12	Desligar a iluminação dos estacionamentos públicos.	DIRIEST		2016	2017
13	Implantar a cooperação técnico-científica com a Copergás para estudo de cogeração.	ASS. PRESIDÊNCIA	DIRIEST	2016	2017
14	Atualizar os sistemas de climatização por meio de Retrofit, no Foro da capital.	DIRIEST		2016	2017
15	Monitorar os gastos.	DIRIEST		2016	2017
16	Realizar estudo de viabilidade para o sistema de eficiência energética nos computadores.	SETIC		2016	2016

1.4. Água e Esgoto

Objetivo	Racionalização do Uso da Água.				
Indicador	Meta			Linha de base 2015	
Volume de água consumido em m ³ por área construída em m ² .	Reduzir em 2% o volume de água consumido por área construída.			0,35 m ³ /m ²	
Item	Ação	Responsável	Área participante	Prazo	
				Início	Final
01	Divulgar informações sobre o consumo da água por prédio.	DIRIEST	NUCS /ASCOM	2016	2017

02	Vistoriar unidades que apresentam variação acima de 25% na média mensal de consumo.	DIRIEST		2016	2017
03	Avaliar mensalmente cada conta individualizada.	DIRIEST		2016	2017
04	Adotar medidas para evitar o desperdício de água, como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores.	DIRIEST		2016	2017
05	Analisar a viabilidade de aproveitamento da água de poços artesianos com a devida outorga.	DIRIEST		2016	2017
06	Monitorar o uso da água.	DIRIEST		2016	2017
07	Realizar campanha de conscientização sobre o uso racional da água.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
08	Monitorar situação de instalações hidráulicas.	DIRIEST		2016	2017

1.5. Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados

Objetivo		Racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão.			
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Gasto com aquisições de suprimentos (DIRIEST).		Reduzir em 5% os gastos com suprimentos de impressão.		R\$ 921.157,70	
Gasto com aquisição de impressoras.		Reduzir em 5% gastos com aquisição de impressoras.		R\$ 264.958,60	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Avaliar a possibilidade de implantar ECOFONT nos editores de texto.	SETIC		2016	2017
02	Realizar estudo de viabilidade de contratação de empresa prestadora de serviços de outsourcing de impressão.	SETIC		2016	2017
03	Campanha para evitar a impressão desnecessária de documentos.	DIDOC	ASCOM/SETIC	2016	2017
04	Implantar o PJe em um maior número de varas e juizados.	COMITÊ GESTOR DO PJE	SETIC	2016	2017

1.6. Telefonia

Objetivo		Racionalizar os serviços de telefonia, adotando critérios de sustentabilidade.			
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Gasto total do contrato de telefonia fixa.		Reduzir os gastos com telefonia fixa em 5% até 2017.		R\$ 2.912.686,03	
Gasto total do contrato de telefonia móvel.		Reduzir os gastos com telefonia móvel em 5% até 2017.		R\$ 159.114,91	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Migrar linhas telefônicas fixas das unidades jurisdicionais e administrativas para o PE Conectado em 100% das unidades jurisdicionais e administrativas.	SETIC		2016	2016
02	Implantar perfis telefônicos nos ramais.	SETIC		2016	2016
03	Divulgar gastos com telefonia ao Corpo Funcional.	SETIC		2016	2016
04	Promover campanhas de conscientização para o uso racional de telefonia (móvel e fixo).	NUCS	ASCOM	2016	2016

1.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Objetivo		Promover ações de qualidade de vida para a melhoria do clima organizacional.			
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Ações de inclusão para servidores com deficiência.		Aumentar para 05 o número de ações de inclusão para PCD.		04 ações	
Participação da Força de Trabalho Total em ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho.		Aumentar em 5% o número de participações nas ações de qualidade de vida no trabalho até 2017		8.776	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Promover palestra intitulada RUMO À DIVERSIDADE.	UAF	DDH	2016	2017

02	Ampliar a divulgação do grupo de corrida e treinamento funcional e do grupo de pedalada (TJPE).	NPSL	ASCOM	2016	2016
03	Expandir o número de prédios atendidos pela Massoterapia.	NPSL		2016	2016
04	Ampliar a oferta de capacitação do corpo funcional por meio de ações educativas, palestras e minipalestras.	NPSL		2016	2016
05	Realizar evento esportivo (corrida) para os colaboradores do TJPE.	NPSL		2016	2016
06	Expandir o número de prédios atendidos pelo Plantão de Nutrição.	NPSL		2016	2016
07	Realizar novos Grupos de Gerenciamento de Estresse	NPSL		2016	2016
08	Promover o Bloco Eco Carnavalesco anos 2016 e 2017.	DDH		2016	2017
09	Promover o 9º e o 10º Concurso de Fotografia.	DDH		2016	2017
10	Promover o 2º e o 3º Concurso Literário.	DDH		2016	2017
11	Promover o Arraiá de São João - anos 2016 e 2017.	DDH		2016	2017
12	Promover a 8ª e a 9ª Olimpíadas.	DDH		2016	2017
13	Implantar mais 10 Livrotecas Livres.	DDH		2016	2017
14	Promover o 2º e o 3º Curso de Preparação para Pós carreira.	DDH		2016	2017
15	Aumentar a arrecadação de livros para implantação das Livrotecas Livres.	DDH	DIDOC	2016	2017
16	Promover campanhas para ampliar a locação de Livros e DVDs nas Cinematecas já instaladas.	DDH		2016	2017
17	Expandir a Campanha de Vacinação para a Influenza.	DS		2016	2017
18	Ampliar número de vagas para o curso Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho.	DS		2016	2017
19	Expandir a Campanha Mais Saúde para você.	DS	NPSL	2016	2017
20	Expandir o Programa Odontolegal.	DS		2016	2017
21	Implantar Exames Periódicos de saúde.	DS		2016	2017
22	Ampliar instalações de bicicletários nos Fóruns.	NUCS	DEA/ DIRIEST	2016	2017
23	Promover passeios Ecológicos e Culturais.	NUCS	DIDOC	2016	2017

24	Promover a 8ª e a 9ª Semana do Meio Ambiente.	NUCS	ESCOLA JUDICIAL/ DIDOC	2016	2017
25	Promover evento no Dia da Mulher.	DDH	ASCOM	2016	2017
26	Promover evento da Páscoa.	DDH	ASCOM	2016	2017
27	Realizar Cantata Natalina.	DDH	ASCOM	2016	2017

1.8. Sensibilização e Capacitação

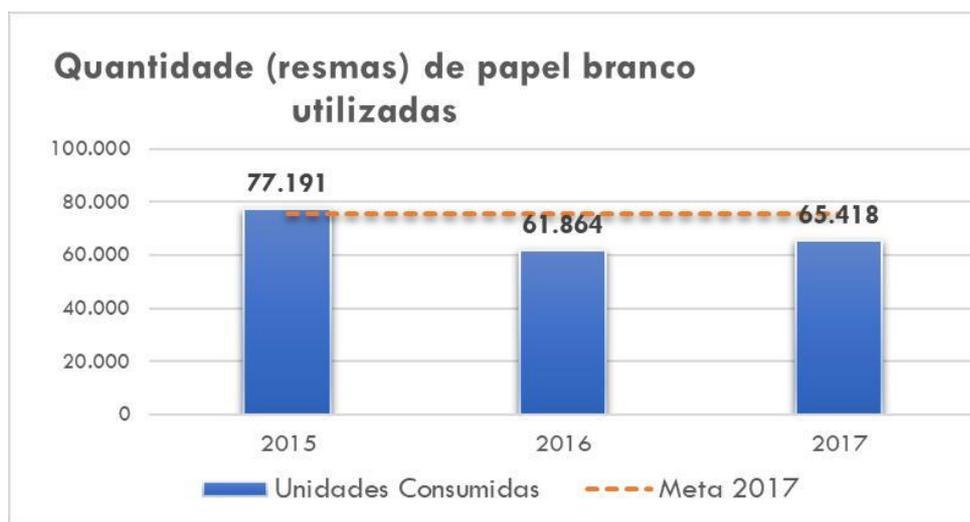
Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis.				
Indicador		Meta		Linha de base 2015	
Quantidade de ações de sensibilização e capacitação.		Promover, no mínimo, 06 ações de sensibilização e capacitação sobre a temática Sustentabilidade até 2017.		07 ações	
Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Sensibilização para o uso eficiente dos serviços postais.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
02	Sensibilização para o uso da cartilha da DIRIEST.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
03	Sensibilização de novos magistrados no curso de vitaliciamento sobre ferramenta de agilização e autonomia de decisões futuras	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
04	Sensibilização para administradores de prédios quanto ao uso de suprimentos.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
05	Sensibilização de motoristas do TJPE.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
06	Sensibilização de uso eficiente de energia elétrica.	DIRIEST	ASCOM	2016	2017
07	Sensibilizar os gestores e técnicos para a participação no SEMINÁRIO ECOS DE PERNAMBUCO, sobre a temática compras públicas sustentáveis.	NUCS		2016	2017
08	Promover o 6º SEMINÁRIO ECOS DE PERNAMBUCO – ECOCIDADANIA	NUCS	ESCOLA JUDICIAL	2016	2016
09	Realizar oficinas de Reciclagem.	NUCS	ESCOLA JUDICIAL	2016	2017

10	Viabilizar curso em EAD para área socioambiental.	NUCS	ESCOLA JUDICIAL	2016	2017
11	Capacitação dos usuários no sistema SIGA-DOC.	ESCOLA JUDICIAL	SETIC	2016	2017

1.9 Quadros referentes ao Relatório de Desempenho do PLS 2016-2017

1.9.1 Papel

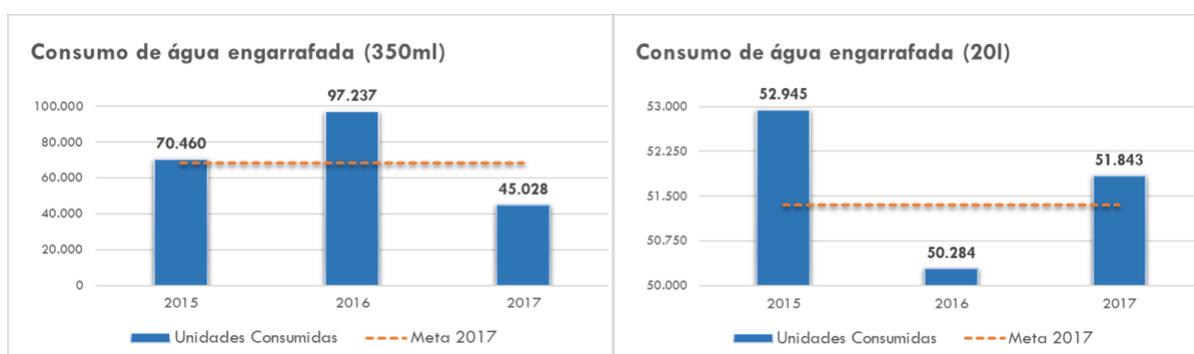
Objetivo	Reduzir o consumo de papel branco.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015 PAPEL	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Quantidade (resmas) de papel branco utilizadas.	Reduzir em 2,0% a quantidade de resmas de papel branco consumidas até 2017.	77.191	75.647	65.418
Resultados	Meta superada / ↓15,25% em relação ao ANO-BASE			



1.9.2 Água engarrafada

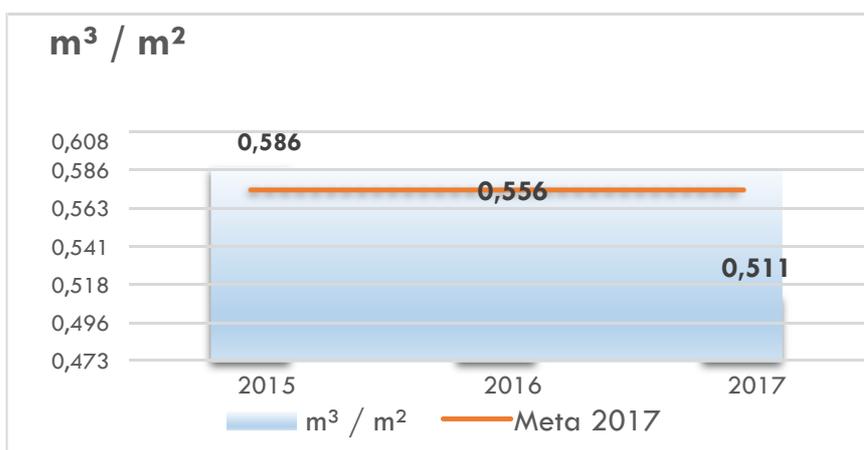
Objetivo	Reduzir o consumo de água engarrafada.
-----------------	--

Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – volume em 350 ml).	Reduzir em 3,0 % a quantidade de garrafas envasadas em embalagens plásticas de 350 ml.	70.460	68.346	45.028
Resultados	Meta superada / ↓36,09% em relação ao ANO BASE			
Consumo de garrações de água 20l.	Reduzir em 3,0 % a quantidade de garrações de água 20l.	52.945	51.357	51.843
Resultados	Meta não alcançada / ↓2,08% em relação ao ANO BASE			



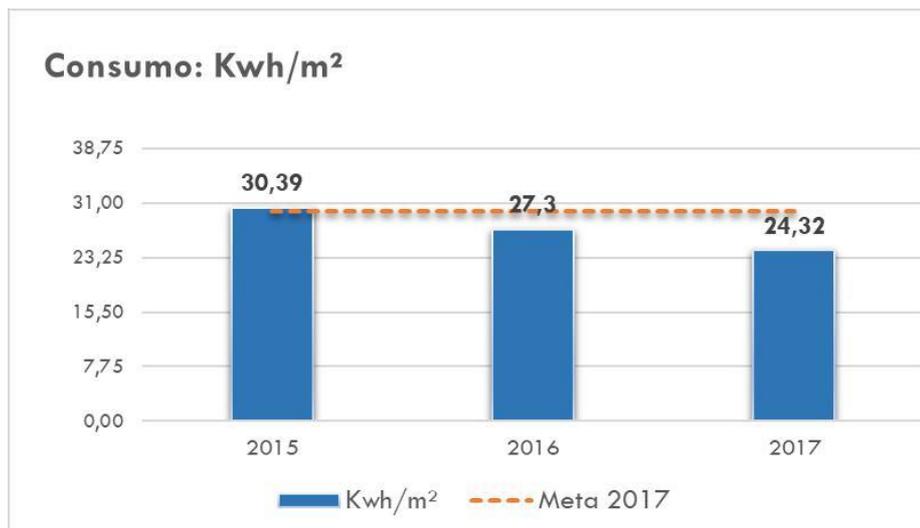
1.9.3 Água e esgoto

Objetivo	Racionalização do Uso da Água.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Volume de água consumido em m3 por área construída em m2.	Reduzir em 2% o volume de água consumido por área construída.	0,586	0,574	0,511
Resultados	Meta superada / ↓13% em relação ao ANO-BASE			



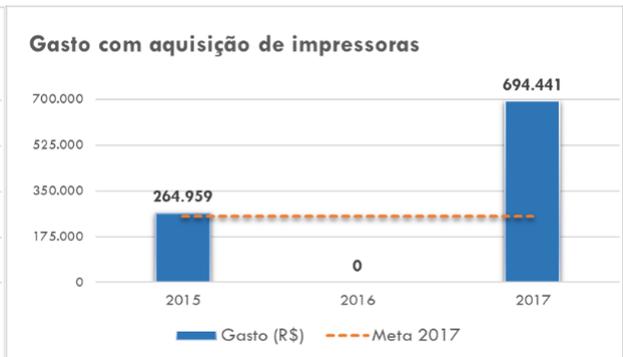
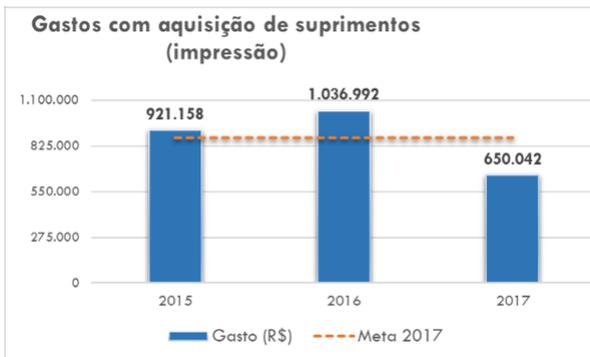
1.9.4 Energia Elétrica

Objetivo	Melhorar a eficiência energética com redução de custos.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Consumo de energia elétrica por área construída.	Reduzir em 1,5 % o consumo de energia por área construída até 2017.	30,39	29,93	24,32
Resultados	Meta superada / ↓20% em relação ao ANO- BASE			
Objetivo	Melhorar a eficiência energética com redução de custos.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Consumo de energia elétrica por área construída.	Reduzir em 1,5 % o consumo de energia por área construída até 2017.	30,39	29,93	24,32
Resultados	Meta superada / ↓20% em relação ao ANO- BASE			



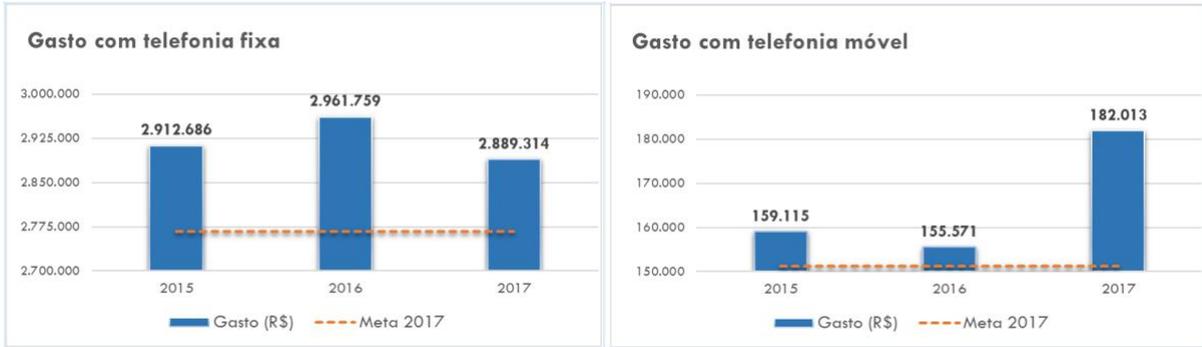
1.9.5 Impressão de documentos e equipamentos instalados

Objetivo	Racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Gasto com aquisições de suprimentos (DIRIEST).	Reduzir em 5% os gastos com suprimentos de impressão.	921.157,70	875.099,82	650.041,85
Resultados	Meta Superada / ↓29,43% em relação ao ANO-BASE			
Gasto com aquisição de impressoras.	Reduzir em 5% gastos com aquisição de impressoras.	264.958,60	251.710,67	694.441,00
Resultados	Não alcançada / ↑162% em relação ao ANO-BASE			



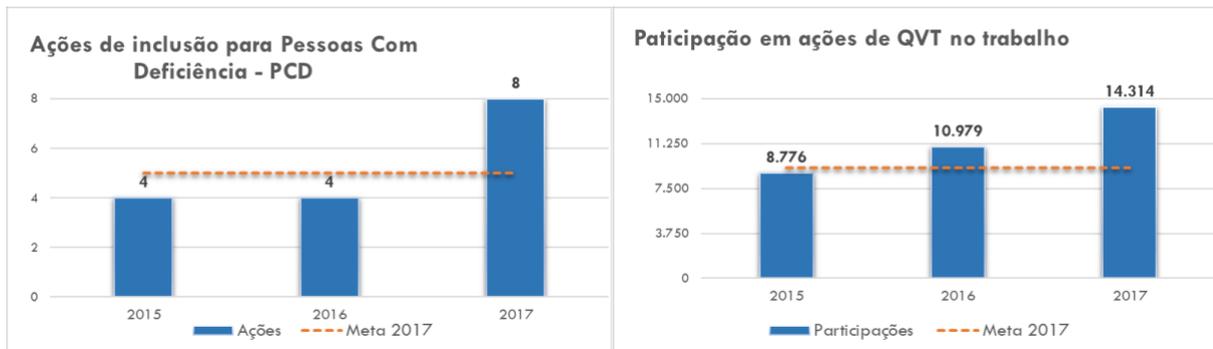
1.9.6 Telefonia

Objetivo	Racionalizar os serviços de telefonia adotando critérios de sustentabilidade.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Gasto total do contrato de telefonia fixa.	Reduzir os gastos com telefonia fixa em 5% até 2017.	2.912.686,03	2.767.051,73	2.889.314,30
Resultados	Não alcançada / ↓0,80% em relação ao ANO-BASE			
Gasto total do contrato de telefonia móvel.	Reduzir os gastos com telefonia móvel em 5% até 2017.	159.114,91	151.159,16	182.013,01
Resultados	Não alcançada / ↑ 14,39% em relação ao ANO-BASE			



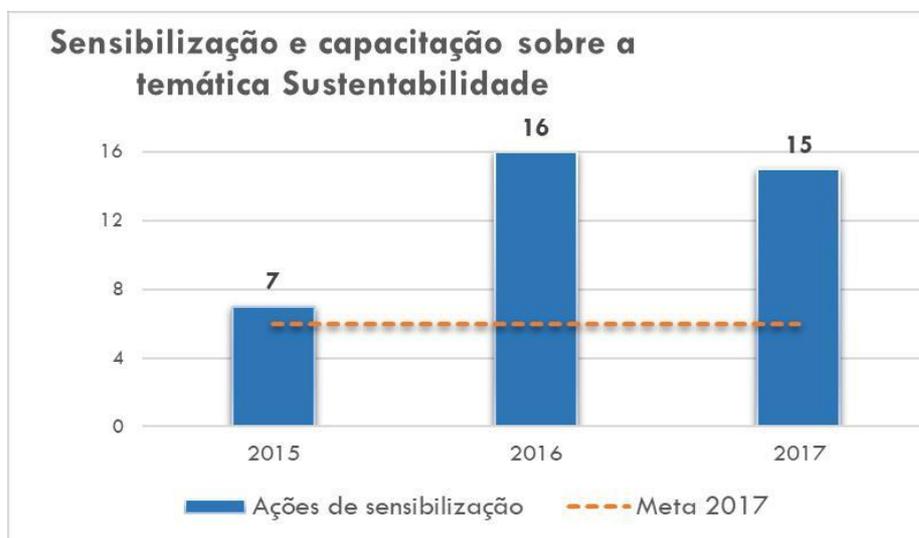
1.9.7 Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo	Promover ações de qualidade de vida para melhoria do clima organizacional			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Ações de inclusão para servidores com deficiência.	Aumentar para 05 o número de ações de inclusão para PCD.	4	5	8
Resultados	Meta superada / ↑ 100% em relação ao ANO-BASE			
Participação da Força de Trabalho Total em ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho.	Aumentar em 5% o número de participações nas ações de qualidade de vida no trabalho até 2017.	8.776	9.215	14.314
Resultados	Meta superada / ↑ 63,10% em relação ao ANO-BASE			



2. Sensibilização e capacitação

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis.			
Indicador	Meta	Linha de base 2015	Meta biênio 2017	Realizado 2017
Quantidade de ações de sensibilização e capacitação.	Promover, no mínimo, 06 ações de sensibilização e capacitação sobre a temática Sustentabilidade até 2017.	7	6	15
Resultados	Meta superada / ↑114% em relação ao ANO-BASE			



ANEXO II

1. QUADROS REFERENTES AO PLS 2018

1.1. Energia Elétrica - Indicadores e Metas

Objetivo	Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Consumo de energia elétrica ⁹	↑ 3,20%	6.104.680 kWh	6.300.000 kWh
Consumo relativo de energia elétrica	AA	12,86 kWh / m ²	12,12 kWh / m ²
Gasto com energia elétrica	↑0,18%	11.587.563,88 reais	11.609.000,00 reais
Gasto relativo com energia elétrica	AA	24,41 reais / m ²	22,33 reais / m ² ¹⁰
		O TJPE mantém tratativas de contratação de compra de energia regulada e de uso do sistema de distribuição, com modalidade tarifária horária verde classe de consumo poder público com horário de ponta definido de 17:30h a 20 :30h	As Tratativas realizadas em 2017, continuam em 2018

1.1.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Substituição de luminárias por lâmpadas Led (Fórum do Recife / Celpe – Programa de eficiência energética)	DIRIEST			
02	Campanhas para diminuição de consumo	NUCS	ASCOM		
03	Articulação com executivo para projetos conjuntos de energia fotovoltaica	PRESIDÊNCIA	DEA/ DIRIEST		
04	Acompanhamento do impacto no consumo de energia devido à substituição das luminárias por lâmpadas Led no Fórum do Recife	DIRIEST			
05	Avaliar possibilidade de adequação do horário de trabalho do judiciário para diminuir o consumo de energia	DG			

⁹ Considerando a entrega de mais 2 prédios e a regularização da demanda contratual.

¹⁰ Considerando a Área Total (m²Total) para 2017 = 474.801,06m² e 2018 = 519.841,32 m². Obs.: até 2017 foi utilizado no PLS TJPE a Área Útil para o cálculo do consumo relativo e não área total. Neste PLS está sendo utilizada a Área Total, conforme glossário do CNJ.

06	Produção e divulgação de vídeos com orientações de consumo consciente da energia (EAD)	Escola Judicial	DIRIEST		
07	Permanência das equipes multidisciplinares (encanador, electricista e pedreiro) nos principais prédios, neutralizando as não conformidades no momento da identificação dos problemas	DIRIEST			

1.2. Água e Esgoto – Indicadores e Metas

Objetivo	Racionalizar o uso da água.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Consumo de água	↑ 6,19%*	128.316 m3	136.268 m3
Consumo relativo de água	AA	0,27 m3/m2	0,26 m3/m2
Gasto com água	↑3,5%*	1.826.049,81 reais	1.890.750* reais
Gasto relativo com água	AA	3,85 reais /m2	3,63 reais /m2

1.2.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Avaliar periodicamente diferenças no histórico do consumo nos prédios do Judiciário com o objetivo de identificar os principais consumidores e tratá-los de forma diferenciada	DIRIEST			
02	Campanha de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.	NUCS	ASCOM		
03	Produção e divulgação de vídeos com orientações de consumo consciente da água (EAD)	ESCOLA JUDICIAL	DIRIEST		
04	Permanência das equipes multidisciplinares (encanador, electricista e pedreiro) nos principais prédios, neutralizando as não conformidades no momento da identificação dos problemas.	DIRIEST			

1.3. Impressão de Documentos e Equipamentos Instalado – Indicadores e Metas

Objetivo	Racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão utilizando critérios de sustentabilidade.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Quantidade de impressões	NA	-	-
Quantidade de equipamentos de impressão	AA	3.255 equip	3.405 equip 3.255+150
Performance dos equipamentos instalados	NA	-	-
Gasto com aquisições de suprimentos	MV	650.041,85	650.041,85
Gasto com aquisição de impressoras	AA	694.441,00 reais	152.871,00 reais (150x1.019,14)
Gasto com contratos de terceirização de impressão	MV	269.966,50 reais	269.966,50 reais

1.3.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Prospecção de software para gestão de impressão SETIC	SETIC			
02	Alteração do sistema de suprimentos para a identificação dos itens de compra relacionados ao tema suprimento de impressão	SETIC			
03	Campanha redução impressão	SETIC	SETIC/ DIRIEST ASCOM		
04	Definição da gestão da aquisição de cartuchos com o objetivo de alinhar com a aquisição de impressoras	SETIC / DIRIEST			

1.4. Telefonia – Indicadores e Metas

Objetivo	Monitorar os serviços de telefonia tendo em vista a racionalização do gasto mediante critérios de sustentabilidade		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Gasto com telefonia fixa	↓33,51	2.889.314,30 reais	1.922.000 reais

LTF - Linhas Telefônicas Fixas	↑117 linhas	4.146 linhas	4.263 linhas
Gasto relativo com telefonia fixa	↓33,51	696,89 reais/linha	450,00 reais/linha
Gasto com telefonia móvel	↑ 3,3% 3	182.013,01 reais	188.013,01 reais
LTM - Linhas Telefônicas Móveis	↑50 linhas ³	264 linhas	314 linhas
Gasto relativo com telefonia móvel	↓	689,44 reais/linha	600,00 reais/linha

1.4.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Relatório de Análise do uso do serviço de Telefonia Fixa para melhoria no serviço e revisão de norma	SETIC			
02	Relatório de Análise do contrato de serviço de Telefonia Móvel e revisão de normativo vigente	SETIC			
03	Monitoramento mensal de Telefonia Fixa (Top 20 para ações pontuais)				
04	Campanha institucional de conscientização sobre uso do serviço e categorias dos ramais	NUCS	SETIC/ASCOM		
05	Adequação das unidades judiciais e administrativas à IN 16/2016 (Disciplina serviços de telefonia fixa)				

1.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho – Indicadores e Metas

Objetivo	Estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão visando fomentar a política de valorização do corpo funcional.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida	8167 participantes	-	8167 participantes
Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.	26 ações	-	26 ações

Participação relativa em ações de qualidade de vida	3,2 %/ação 2	-	3,2 %/ação
Participações em Ações Solidárias	334 participantes	-	334 participantes
Quantidade de Ações Solidárias	6 ações	-	6 ações
Participação relativa em ações solidárias	0,5 %/ação 2	-	0,5 %/ação
Ações de inclusão	3 ações	8 ações	3 ações

1.5.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Plantão + Saúde (Expansão para Igarassu, Abreu e Lima, Itapissuma, Itambé, Timbaúba, Moreno, Escada) [Qualidade de vida]	SGP/DS	-	2018	2018
02	Semana + Saúde (Expansão para Arcoverde, Pesqueira, Belo Jardim, Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco) [Qualidade de Vida]	SGP/DS	-	2018	2018
03	Oficina de bem-estar físico e mental e o ambiente de trabalho (Fórum Rodolfo Aureliano) [Qualidade de Vida]	SGP/DS	-	2018	2018
04	Oficina de Relaxamento Fixa e Itinerante [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
05	Círculo de Cuidados [Ação Solidária]	SGP/DS		2018	2018
06	Ginástica Laboral (Presencial: Rodolfo Aureliano, Paula Batista, Palácio da Justiça e Thomaz de Aquino) [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
07	Ginástica Laboral para todos (EAD) [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
08	HiperDia + Saúde [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
09	Exames Periódicos – EPS (Expansão interior) [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
10	Roda de Conversa, os 10 Passos da Alimentação Adequada e Saudável [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
11	Oficina de Interpretação de Rótulos [Qualidade de Vida]	SGP/DS		2018	2018
12	Semana ACMEPE [Ação Solidária]	SGP/DS		2018	2018

13	Ações Casas de Cidadania [Ação Solidária]	SGP/DS		2018	2018
14	Promover passeio ecológico e cultural [Qualidade de Vida]	NUCS		2018	2018
15	Feira Orgânica (Ampliação para + 1 prédio) [Qualidade de Vida]	NUCS		2018	2018
16	Circuito Olímpico - (Petrolina, Garanhuns, Caruaru e Vitória) [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
17	Joia da Casa [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
18	Preparação para Aposentadoria [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
19	9ª Olimpíada [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
20	Campanha Torcida TJPE - Copa do Mundo de Futebol [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
21	Gincana Inverno Solidário [Ação Solidária]	SGP/DDH		2018	2018
22	Natal Solidário [Ação Solidária]	SGP/DS		2018	2018
23	Arraial Cultural 2018 [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
24	Concurso de Fotografia 2018 [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
25	Concurso Literário 2018 [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
26	Cantata Natalina 2018 [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
27	Ação Dia das Mães [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
28	Ação Dia dos pais [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
29	Campanha Páscoa Solidária [Ação Solidária]	SGP/DDH		2018	2018
30	Ação Dia da Mulher [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
31	Implantar a acessibilidade comunicacional (LIBRAS/LSE/Audiodescrição) para realizar o serviço de tradução para cursos e eventos do TJPE, até o corpo funcional do TJPE estar capacitado para fazer o serviço. [Ações de inclusão]	DIDOC/MEMORIAL		2018	2018
32	Cumprir com as normas da W3C Brasil para tornar o portal do TJPE acessível [Ações de inclusão]	DIDOC/MEMORIAL	SETIC/ASCOM	2018	2018
33	Bloco Eco-Carnavalesco Nós Só Toma no Caneco [Qualidade de Vida]	SGP/DDH		2018	2018
34	Dia Internacional da Síndrome de Down [Ações de inclusão]	SGP/DDH		2018	2018
35	Odontolegal Ações/Palestras - Prevenção Câncer de Boca	SGP/DS	Escola Judicial	2018	2018

1.6. Sensibilização e Capacitação – Indicadores e Metas

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2017	Meta 2018
Ações de capacitação e sensibilização	↓9 ações	15 ações	6 ações
Participação em Ações de sensibilização e capacitação	↑ 81%	580 participantes	1.050 participantes
Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	↑ 460 %/ação	0,38 %/ação	1,76%/ação

1.6.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Mini Palestras - Alimentação Saudável	SGP/DS	Escola Judicial	2018	2018
02	1º Fórum de Sustentabilidade	NUCS	Escola Judicial / ASCOM	2018	2018
03	EAD Sustentabilidade	NUCS	Escola Judicial	2018	2018
04	Congresso de Direito Ambiental	Escola Judicial			
05	Curso EAD Direito inclusivo	Didoc/Memorial		2018	2018
06	10ª Semana do Meio ambiente	NUCS	ASCOM	2018	2018

2. QUADROS REFERENTES AO RELATÓRIO DE DESENHO DO PLS – 2018

2.1. Energia Elétrica

Objetivo	Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Consumo de energia elétrica	↑ 3,20%	6.104.680 kWh	6.300.000	5.964.137	SUPERADA
Consumo relativo de energia elétrica	↓ 33,51% AA	12,86 kWh / m ²	12,12	10,74	SUPERADA
Gasto com energia elétrica	↑ 0,18%	11.587.563,88 reais	11.609.000,00	13.575.999,93	NÃO ALCANÇADA
Gasto relativo com energia elétrica	↓ 8,52% AA	24,41 reais / m ²	22,33	26,08	NÃO ALCANÇADA
Negociação tarifária	AA	O TJPE mantém tratativas de contratação de compra de energia regulada e de uso do sistema de distribuição, com modalidade tarifária horaria verde classe de consumo poder público com horário de ponta definido de 17:30h a 20 :30h	As Tratativas realizadas em 2017, continuam em 2018	Contratação com tarifa sazonal. Escolha da melhor tarifa X demanda/consumo. TJ reduziu 9 demandas pre-estabelecidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA. Em setembro de 2018 foi escolhido o Fórum de Olinda para um projeto Piloto, cujo resultado de set/2018 até jan/2019 resultou numa redução de fatura em R\$ 20.000,00/mês	ALCANÇADA

2.1.1. Ações

Item	Ação	Responsável	Prazo	Status
01	Avaliar periodicamente diferenças no histórico do consumo nos prédios do Judiciário com o objetivo de identificar os principais consumidores e tratá-los de forma diferenciada.	DIRIEST	–	Contínua
02	Campanha de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.	NUCS	–	Não Iniciada
03	Produção e divulgação de vídeos com orientações de consumo consciente da água (EAD)	ESCOLA JUDICIAL DG	–	Não Iniciada

04	Permanência das equipes multidisciplinares (encanador, eletricista e pedreiros) nos principais prédios, neutralizando as não conformidades no momento da identificação dos problemas.	DIRIEST	–	Contínua
05	Avaliar possibilidade de adequação do horário de trabalho do judiciário para diminuir o consumo de energia	DG	–	Em andamento
06	Produção e divulgação de vídeos com orientações de consumo consciente da energia (EAD)	ESCOLA JUDICIAL	–	Não Iniciada
07	Permanência das equipes multidisciplinares (encanador, eletricista e pedreiros) nos principais prédios, neutralizando as não conformidades no momento da identificação dos problemas.	DIRIEST	–	Contínua

2.2. Água e esgoto

Objetivo	Racionalizar uso da água.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Consumo de água	↑ 6,19%	128.316 m3	136.268	142.400	NÃO ALCANÇADA
Consumo relativo de água	↓3,70% AA	0,27 m3/m2	0,26	0,24	SUPERADA
Gasto com água	↑3,5%	1.826.049,81 reais	1.890.750	1.927.640,78	NÃO ALCANÇADA
Gasto relativo com água	↓5,72% AA	3,85 reais /m2	3,63	3,72	NÃO ALCANÇADA

2.2.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Avaliar periodicamente diferenças no histórico do consumo nos prédios do Judiciário com o objetivo de identificar os principais consumidores e tratá-los de forma diferenciada.	DIRIEST	–	Contínua
Campanha de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.	NUCS	–	Não Iniciada
Produção e divulgação de vídeos com orientações de consumo consciente da água (EAD)	ESCOLA JUDICIAL DG	–	Não Iniciada
Permanência das equipes multidisciplinares (encanador, eletricista e pedreiros) nos principais prédios, neutralizando as não conformidades no momento da identificação dos problemas.	DIRIEST	–	Contínua

2.3. Impressão de documentos e equipamentos instalados

Objetivo	Racionalizar o gasto com impressões, suprimentos e equipamentos de impressão utilizando critérios de sustentabilidade.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Quantidade de impressões	N A	-	-	-	-
Quantidade de equipamentos de impressão	↑4,6% AA	3255	3405	3405	Alcançada
Performance dos equipamentos instalados	N A	-	-	-	-
Gasto com aquisições de suprimentos	MV Reais	650.041,85	650.041,85	804.211,36	Não alcançada
Gasto com aquisição de impressoras	AA Reais	694.441,00	152.871,00	152.871,00	alcançada
Gasto com contratos de terceirização de impressão	MV Reais	269.966,50	269.966,50	378.199,24	Não alcançada

2.3.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Prospecção de software para gestão de impressão	SETIC	-	Concluída
Alteração do sistema de suprimentos para identificação dos itens de compra relacionados ao tema suprimento de impressão	SETIC	-	Não Iniciada
Campanha redução impressão	NUCS	-	Não Iniciada
Definição da gestão da aquisição de cartuchos com o objetivo de alinhar com aquisição de impressoras	SETIC / DIRIEST	-	Concluída

2.4. Telefonia

Objetivo	Monitorar os serviços de telefonia tendo em vista a racionalização do gasto mediante critérios de sustentabilidade.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Gasto com telefonia fixa	↓33,51 reais	2.889.314,30	1.922.000	1.864.293,24	SUPERADA
LTF - Linhas Telefônicas Fixas	↑117 linhas	4.146	4.263	4.263	ALCANÇADA

Gasto relativo com telefonia fixa	↓33,51 reais/linha	696,89	450,86	439,80	SUPERADA
Gasto com telefonia móvel	↑ 3,3%	182.013,01	188.013,01	179.106,95	SUPERADA
LTM - Linhas Telefônicas Móveis	↑50 linhas	264	314	264	NÃO ALCANÇADA
Gasto relativo com telefonia móvel	↓ reais/linha	689,44	600,00	678,43	NÃO ALCANÇADA

2.4.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Relatório de Análise do uso do serviço de Telefonia Fixa para melhoria no serviço e revisão de normativo vigente	SETIC	-	Parcialmente Concluída
Relatório de Análise do contrato de serviço de Telefonia Móvel e revisão de normativo vigente	SETIC	-	Não iniciada
Monitoramento mensal de Telefonia Fixa (Top 20 para ações pontuais)	SETIC	-	Concluída
Campanha institucional de conscientização sobre uso do serviço e categorias dos ramais	NUCS	-	Não iniciada
Adequação das unidades judiciais e administrativas à IN 16/2016 (Disciplina serviços de telefonia fixa)	SETIC	-	Em andamento

2.5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo	Estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão visando fomentar a política de valorização do corpo funcional				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida	8167 participantes	-	8167 participantes	4.228	não alcançada
Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.	26 ações	-	26 ações	34	superada
Participação relativa em ações de qualidade de vida	3,2%/ação	-	3,2%/ação	1,3	não alcançada
Participações em Ações Solidárias	334 participantes	-	334 participantes	291	não alcançada

Quantidade de Ações Solidárias	6 ações	-	6 ações	8	superada
Participação relativa em ações solidárias	0,5 % / ação	-	0,5 % / ação	0,4	não alcançada
Ações de inclusão	3 ações	8 ações	3 ações	1	não alcançada

2.5.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Plantão + Saúde (Expansão para Igarassu, Abreu e Lima, Itapissuma, Itambé, Timbaúba, Moreno, Escada) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Semana + Saúde (Expansão para Arcoverde, Pesqueira, Belo Jardim, Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Oficina de bem-estar físico e mental e o ambiente de trabalho (Fórum Rodolfo Aureliano) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Não iniciada
Oficina de Relaxamento Fixa e Itinerante <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Círculo de Cuidados <i>[Ação Solidária]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Ginástica Laboral (Presencial: Rodolfo Aureliano, Paula Batista, Palácio da Justiça e Thomaz de Aquino) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Concluída
Ginástica Laboral para todos (EAD) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Não iniciada
HiperDia + Saúde <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Exames Periódicos – EPS (Expansão interior) <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Não iniciada
Roda de Conversa, os 10 Passos da Alimentação Adequada e Saudável <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída
Oficina de Interpretação de Rótulos <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DS	-	Parcialmente concluída

Semana ACMEPE [<i>Ação Solidária</i>]	SGP/DS	–	Concluída
Ações Casas de Cidadania [<i>Ação Solidária</i>]	SGP/DS	–	Concluída
Promover passeio ecológico e cultural [<i>Qualidade de Vida</i>]	NUCS	–	Concluída
Feira Orgânica (Ampliação para + 1 prédio) [<i>Qualidade de Vida</i>]	NUCS	–	Concluída
Circuito Olímpico - (Petrolina, Garanhuns, Caruaru e Vitória) [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Cancelada
Joia da Casa [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Preparação para Aposentadoria [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
9ª Olimpíada [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Cancelada
Campanha Torcida TJPE - Copa do Mundo de Futebol [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Gincana Inverno Solidário [<i>Ação Solidária</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Natal Solidário [<i>Ação Solidária</i>]	SGP/DDH	–	Cancelada
Arraial Cultural 2018 [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Cancelada
Concurso de Fotografia 2018 [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Concurso Literário 2018 [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Cantata Natalina 2018 [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída
Ação Dia das Mães [<i>Qualidade de Vida</i>]	SGP/DDH	–	Concluída

Ação Dia dos pais <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DDH	–	Concluída
Campanha Páscoa Solidária <i>[Ação Solidária]</i>	SGP/DDH	–	Concluída
Ação Dia da Mulher <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DDH	–	Concluída
Implantar a acessibilidade comunicacional (LIBRAS/LSE/Audiodescrição) para realizar o serviço de tradução para cursos e eventos do TJPE, até o corpo funcional do TJPE estar capacitado para fazer o serviço. <i>[Ações de inclusão]</i>	DIDOC/ MEMORIAL	–	Não iniciada
Cumprir com as normas da W3C Brasil para tornar o portal do TJPE acessível <i>[Ações de inclusão]</i>	DIDOC/ MEMORIAL	–	Em andamento
Bloco Eco-Carnavalesco Nós Só Toma no Caneco <i>[Qualidade de Vida]</i>	SGP/DDH	–	Concluída
Dia Internacional da Síndrome de Down <i>[Ações de inclusão]</i>	SGP/DDH	–	Concluída
Odontolegal - Ações/Palestras - Prevenção Câncer de Boca	SGP/DS	–	Concluída

2.6. Sensibilização e capacitação

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2017	Meta 2018	Realizado	Resultado
Ações de capacitação e sensibilização	↓9 ações	15	6	13	SUPERADA
Participação em Ações de sensibilização e capacitação	↑ 81% participantes	580	1.050	541	NÃO ALCANÇADA
Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	1,76 %/ação	0,38	1,76	0,42	NÃO ALCANÇADA

2.6.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Mini Palestras - Alimentação Saudável	SGP/DS	–	Concluída
1º Fórum de Sustentabilidade	NUCS	–	Concluída
EAD Sustentabilidade	NUCS	–	Em andamento
Congresso de Direito Ambiental	ESCOLA JUDICIAL	–	Cancelada
Curso EAD Direito inclusivo	DIDOC / MEMORIAL	–	Em andamento
10ª Semana do Meio ambiente	NUCS	–	Concluída

ANEXO III

1. QUADROS REFERENTES AO PLS

2019 1.1. Papel – Indicadores e Metas

Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Consumo de papel não-reciclado próprio	↓20%	60.320 resmas	48.256 resmas
Consumo de papel reciclado próprio	NA	-	-
Consumo de papel próprio	↓20%	60.320 resmas	48.256 resmas
Consumo de papel não-reciclado contratado	↑9% resmas	10.085 resmas	11.000 resmas
Consumo de papel reciclado contratado	NA	-	-
Consumo de papel contratado	↑9%	10.085 resmas	11.000 resmas
Consumo de papel total	↓15,8%	70.405 resmas	59.256 resmas
Gasto com papel não-reciclado próprio	↓17%	881.275,20 reais	730.267,40 reais
Gasto com papel reciclado próprio	NA	-	-
Gasto com papel próprio	↓17%	881.275,20	730.267,40

1.1.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Reduzir entre 20% e 40% do papel enviado aos setores em que foi implantado os Sistemas PJE e SEI	DIRIEST/ GESUP	DIRIEST/ GESUP	Julho	Dezembro
02	Realizar estudo perante os setores que mais utilizam papel para verificar a viabilidade de aquisição de papel reciclado	DIRIEST/ GESUP	DIRIEST/ GESUP	Julho	Setembro

03	Levantar série histórica para acompanhamento e verificação da possibilidade de maior redução do quantitativo enviado aos setores	DIRIEST/GES UP	DIRIEST/GE SUP	Julho	Dezembro
04	Atualizar e divulgar o Manual de Configuração da Impressão Frente e Verso	NUCS	SETIC/ ASCOM	Junho	Julho
05	Desenvolver campanha para apresentar aspectos relacionados ao consumo consciente de papel no TJPE	ASCOM	NUCS/ DIRIEST		

1.2. Copo Descartável - Indicadores e Metas

Objetivo	Monitorar o consumo e gasto com copos descartáveis.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Consumo de copos descartáveis para água	MV	7.192 centos	7.192 centos
Consumo de copos descartáveis para café	MV	3.589 centos	3.589 centos
Consumo de copos descartáveis total	MV	10.781 centos	10.781 centos
Gasto com copos descartáveis para água	MV	13.664,80 reais	13.664,80 reais
Gasto com copos descartáveis para café	MV	4.786,36 reais	4.786,36 reais
Gasto com copos descartáveis total	MV	18.451,16 reais	18.451,16 reais

1.2.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Realizar a aquisição de copo descartável biodegradável como projeto-piloto	DIRIEST/GESUP	DIRIEST/GESUP	Julho	Dezembro
02	Criar campanha de consumo consciente voltada ao uso de copos descartáveis nas unidades jurisdicionais	ASCOM	NUCS / DIRIEST	Julho	

1.3. Energia Elétrica – Indicadores e Metas

Objetivo	Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Consumo de energia elétrica	MV	5.964.137 kWh	5.964.137 kWh
Consumo relativo de energia elétrica	AA	10,74 kWh / m ²	11,33 kWh / m ²
Gasto com energia elétrica	MV	13.575.999,93 reais	13.575.999,93 reais
Gasto relativo com energia elétrica	AA	26,08 reais / m ²	25,79 reais / m ² ¹¹
Negociação tarifária	AA	Contratação com tarifa sazonal. Escolha da melhor tarifa X demanda/consumo	As Tratativas realizadas em 2018 continuam em 2019

¹¹ Área Total conforme glossário do CNJ. (Para 2019 = 526.288,74 m²)

1.3.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Substituir lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED (Fórum de Olinda, Fórum de Jabotão, Edf. Paula Baptista e Edf. Thomaz de Aquino / Celpe – Programa de eficiência energética)	DIRIEST	DIRIEST	Março	Maio
02	Acompanhar o impacto no consumo de energia devido à substituição das Lâmpadas Fluorescentes por lâmpadas Led	DIRIEST	DIRIEST		
03	Incluir critérios de Sustentabilidade para aquisição de lâmpadas	DIRIEST / GESUP	DIRIEST / GEMAN		
04	Ampliar a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED	DIRIEST / GESUP	DIRIEST / GEMAN		
05	Trabalhar, junto aos colaboradores, aspectos do consumo consciente de energia elétrica	ASCOM	DIRIEST / NUCS	Julho	

1.4. Água e Esgoto – Indicadores e Metas

Objetivo	Racionalizar o uso da água.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Consumo de água	MV	142.400 m ³	142.400 m ³
Consumo relativo de água	AA	0,24 m ³ /m ²	0,27 m ³ /m ²
Gasto com água	MV	1.927.640,78 reais	1.927.640,78 reais
Gasto relativo com água	AA	3,72 reais /m ²	3,66 reais reais /m ²

1.4.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Manter sistemática de rotina preventiva para evitar desperdício de água	DIRIEST	DIRIEST		
02	Avaliar periodicamente diferenças no histórico do consumo nos prédios do Judiciário como objetivo de identificar os principais consumidores e tratá-los de forma diferenciada	DIRIEST	DIRIEST		
03	Realizar estudo para instalação de equipamentos economizadores de água nas unidades não contempladas	DIRIEST	DIRIEST		
04	Criar campanha de comunicação para estimular o consumo/uso consciente de água e esgoto	ASCOM	DIRIEST/N UCS	Julho	

1.5. Veículos – Indicadores e Metas

Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Quilometragem	MV	3.931.342 km	3.931.342 km
Quantidade de Veículos à Gasolina	MV	37 veíc	37 veíc
Quantidade de Veículos a Etanol	NA	-	-
Quantidade de Veículos Flex	MV	235 veíc	214 veíc
Quantidade de Veículos a Diesel	MV	35 veíc	35 veíc
Quantidade de Veículos a Gás Natural	NA	-	-
Quantidade de Veículos Híbridos	NA	-	-
Quantidade de Veículos Elétricos	NA	-	-
Quantidade de Veículos	MV	307 veíc	286 veíc
Quantidade de veículos de serviço	MV	235 veíc	233 v veíc

Usuários por veículo de serviço	AA	39,65 <i>usuários/veíc</i>	39,69 <i>usuários/veíc</i> ¹
Quantidade de veículos para transporte de magistrados	MV	72 veíc	53 veíc
Usuários por veículo de magistrado	AA	7,44 <i>u usuários/veíc</i>	10,11 <i>usuários/veíc</i>
Gastos com Manutenção de Veículos	↑16%	2.041.913,76 <i>reais</i>	1.715.207,56 <i>reais</i>
Gasto relativo com manutenção dos veículos	AA	7.608,09 <i>reais/veíc</i>	5.997,23 <i>reais/veíc</i> ²
Gastos com Contratos de Motoristas	↑4%	3.249.522,68 <i>reais</i>	3.379.503,58 <i>reais</i>
Gasto relativo com contrato de motoristas	AA	11.995,40 <i>reais</i>	11.816,45 <i>reais</i>

1.5.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Disponibilizar para doação 19 veículos inservíveis para o uso do TJPE	DIRIEST / GETRANS	DIRIEST / GETRANS	Janeiro	
02	Desenvolver campanha de comunicação: “Vai de boa, vai de bike”	ASCOM	NUCS	Novembro	
03	Desenvolver campanha de comunicação “Carona Solidária. Ir junto é muito melhor!”	ASCOM	NUCS	Dezembro	

1.6. Gestão de Resíduos - Indicadores e Metas

Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Destinação de Papel	↓ 1%	20.198 kg	10.000 kg
Destinação de Plástico	NA	0 kg	0 kg
Destinação de Metais	NA	0 kg	0 kg
Destinação de Vidros	NA	0 kg	0 kg
Coleta Geral	↑ 11%	1.730kg	1.928 kg
Total de materiais destinados à reciclagem	MV	21.928kg	21.928 kg
Destinação de Resíduos de Saúde	MV	10.280kg	10.300 kg
Destinação de resíduos de informática	AA	1.489,95 kg	- kg ¹
Destinação de suprimentos de impressão	↑ 50%	4.407unidades	6600 unidades
Destinação de Pilhas e Baterias	100% do recolhido	169,70 kg	kg
Destinação de Lâmpadas	AA	0 Unidade	10.000 Unidades
Destinação de Resíduos de Obras para reciclagem	NA	1.612 kg	-

1.6.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Coleta Geral – Ampliar para mais dois prédios	NUCS	Administração dos Prédios	Junho	Outubro
02	Apresentar projeto para uso e destinação de Lâmpadas	NUCS	SAD/ DIRIEST	Abril	Maio
03	Contratar empresa de suprimentos de impressão que se responsabilize pela logística reversa	DIRIEST / GESUP		Janeiro	

04	Incluir logística reversa na contratação de lâmpadas	DIRIEST			
05	Ampliar pontos de coleta de pilhas para mais um prédio	NUCS	Administração dos Prédios	Agosto	Setembro
06	Destinar Lâmpadas fluorescentes para o descarte mediante troca por LED – Projeto Celpe	DIRIEST	NUCS	Abril	Junho
07	DRI - Realizar a gestão de máquinas ligadas no parque para ampliar seu tempo de vida útil	SETIC	DG	Setembro	
08	Trabalhar a Gestão de Resíduos: papel (incluindo impressão), óleo, pilhas, plásticos, alumínio, orgânicos e eletroeletrônicos.	ASCOM	DIRIEST / NUCS	Agosto	

1.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho – Indicadores e Metas

Objetivo	Estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão visando fomentar a política de valorização do corpo funcional		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida	↓36,6 %	4.228 <i>participantes</i>	2.680 <i>participantes</i>
Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho, organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.	↓ 38,2%	34 <i>ações</i>	21 <i>ações</i>
Participação relativa em ações de qualidade de vida	AA	1,3 % /ação	%/ação ²
Participações em Ações Solidárias	↑ 46%	554 <i>participantes</i>	<i>participantes</i>
Quantidade de Ações Solidárias	↓ 50%	8 <i>ações</i>	4 <i>ações</i>
Participação relativa em Ações Solidárias	AA	0,4 %/ação	1,02 %/ação ²
Ações de inclusão	↑100%	1 <i>ação</i>	2 <i>ações</i>

1 Considerando a Força de Trabalho Total (FTT) de fevereiro/19 = 9.831

1.7.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Criar jogo eletrônico com foco nas pessoas com Autismo e público em geral (Projeto aprovado pelo Funcultura) (Ação de Inclusão)	DIDOC / Memorial	Ascom /Setic	Abril	
02	Bloco Eco-Carnavalesco Nós Só Toma no Caneco (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom / DIRIEST	Fevereiro	Fevereiro
03	Álbum Dia das Mães (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom	Abril	Maio
04	Concurso Decoração Junina (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom/Setic	Maio	Junho
05	Álbum Dia dos Pais (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom	Julho	Agosto
06	Encontro Literário (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom	Agosto	Agosto
07	Programa de Preparação para Aposentadoria (Ação de QVT)	DDH/UAF	Ascom	Setembro	Setembro
08	Prata da Casa (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom/Escola Judicial	Outubro	Outubro
09	Cantata Natalina (Ação de QVT)	DDH / Ambiência	Ascom/DEA/Diriest	Novembro	Novembro
10	Circuito TJPE e Família (Ação de QVT e Solidária)	DDH / Ambiência	Ascom/Dir. Saúde/Setic	Outubro	Outubro
11	Páscoa Solidária (Ação Solidária)	DDH / Ambiência	Ascom	Março	Abril
12	Pesquisa sobre Adaptação Funcional PCD's (Ação de Inclusão)	DDH/UAF	Ascom/Setic/Diriest / CACIN	Janeiro	Fevereiro
13	Semana + Saúde (Expansão para Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco)	SGP/DS		Maio	Maio

14	Plantão + Saúde (Expansão para Abreu e Lima, Itapissuma, Ferreiros, Condado, Itambé, Aliança, Timbaúba e Vicência)	SGP/DS		Março	Junho
15	Ginástica Laboral para todos (Aula On line)	SGP/DS		Julho	Dezembro
16	Oficina de bem-estar físico e mental e o ambiente de trabalho	SGP/DS		Julho	Dezembro
17	Oficina de Relaxamento Fixa	SGP/DS		Janeiro	Dezembro
18	Ginástica Laboral (Presencial: Rodolfo Aureliano, Paula Batista, Palácio da Justiça, Thomaz	SGP/DS		Janeiro	Dezembro
19	Exames Periódicos - EPS	SGP/DS		Janeiro	Dezembro
20	Roda de Conversa, os 10 Passos da Alimentação Adequada e Saudável	SGP/DS		Janeiro	Dezembro
21	Oficina de Interpretação de Rótulos	SGP/DS		Janeiro	Dezembro
22	Odontolegal - Ações/Palestras - Prevenção Câncer de Boca	DS/GO		Janeiro	Dezembro
23	Semana ACMEPE - Apoio [Ação Solidária]	SGP/DS	Acmepe	Outubro	Outubro
24	Ações Casas de Cidadania Apoio [Ação Solidária]	SGP/DS		Por demanda	Por demanda
25	Feira Orgânica (Ampliação para + 1 prédio) [Qualidade de Vida]	NUCS	Administração do Prédio	Junho	
26	Excursão Ambiental	NUCS		Junho	
27	Trabalhar conteúdo “Coleta Seletiva”	Ascom	NUCS	Setembro	
28	Trabalhar as boas práticas de sustentabilidade adotadas nas unidades	Ascom	NUCS	Outubro	

1.8. Sensibilização e Capacitação – Indicadores e Metas

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis.		
Indicador	Descrição da Meta	Linha de base 2018	Meta 2019
Ações de capacitação e sensibilização	↓ 8 ações	13 ações	5 ações
Participação em Ações de sensibilização e capacitação	↓ 12,2 %	541 participantes	475 participantes
Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	AA	0,42%/ação ¹	%/ação ²

1.8.1. Ações

Item	Ação	Área Responsável	Área Participante	Prazo	
				Início	Final
01	Curso EAD Direito inclusivo	DIDOC / Memorial	Escola Judicial	Julho	
02	Sensibilização para que os colaboradores do PJPE utilizem canecas e garrafas para evitar uso de copos descartáveis	ASCOM	NUCS	Agosto	
03	Sensibilização de servidores e magistrados e orientação à equipe administrativa do Fórum de Paulista na implantação da Coleta Seletiva de Resíduos sólidos	NUCS	Administração do Prédio	Setembro	Novembro
04	Minipalestras - Alimentação Saudável	DS/SL		Janeiro	Dezembro
05	11ª Semana do Meio ambiente	NUCS		Junho	Junho

06	Ação educativa do corpo funcional para Implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no Centro Integrado da Criança e do Adolescente – CICA; Central dos Juizados e Fórum de Caruaru			Maio	Agosto
07	Visita à Estação Tecnológica - Compesa	NUCS		Agosto	Agosto
08	8 Palestra: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS - Estímulo às potencialidades regionais	NUCS		Junho	Junho

2. QUADROS REFERENTES AO RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS – 2019

2.1. Papel

Objetivo	Monitorar o consumo e gasto com papel branco				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Consumo de papel não-reciclado próprio	↓20%	60.320 Resmas	48.256	58.429	NÃO ALCANÇADA
Consumo de papel reciclado próprio	N A	-	-	-	-
Consumo de papel próprio	↓20%	60.320 Resmas	48.256	58.429	NÃO ALCANÇADA
Consumo de papel não-reciclado contratado	↑9%	10.085 Resmas	11.000	10.758	NÃO ALCANÇADA
Consumo de papel reciclado contratado	N A	-	-	-	-
Consumo de papel contratado	↑9%	10.085 Resmas	11.000	10.758	NÃO ALCANÇADA
Consumo de papel total	↓15,8%	70.405 Resmas	59.256	69.187	NÃO ALCANÇADA
Gasto com papel não-reciclado próprio	↓17%	881.275,20 reais	730.267,40	854.663,49	NÃO ALCANÇADA
Gasto com papel reciclado próprio	N A	-	-	-	-
Gasto com papel próprio	↓17%	881.275,20 reais	730.267,40	854.663,49	NÃO ALCANÇADA

2.1.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Reduzir entre 20% e 40% do papel enviado aos setores em que foi implantado os Sistemas PJE e SEI	DIRIEST / GESUP	Dezembro	Parcialmente Concluída
Realizar estudo perante os setores que mais utilizam papel para verificar a viabilidade de aquisição de papel reciclado.	DIRIEST / GESUP	Setembro	Não Iniciada
Levantar série histórica para acompanhamento e verificação da possibilidade de maior redução do quantitativo enviado aos setores	DIRIEST / GESUP DG	Dezembro	Em andamento
Atualizar e divulgar o Manual de Configuração da Impressão Frente e Verso	NUCS	Julho	Concluída
Desenvolver campanha para apresentar aspectos relacionados ao consumo consciente de papel no TJPE	Ascom	Junho	Concluída

2.2. Copo Descartável

Objetivo	Monitorar o consumo e gasto com de copos descartáveis.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Consumo de copos descartáveis para água	M V	7.192 <i>Centos</i>	7.192	6.971	ALCANÇADA
Consumo de copos descartáveis para café	M V	3.589 <i>Centos</i>	3.589	3.687	NÃO ALCANÇADA
Consumo de copos descartáveis total		10.	10.	10.	ALCANÇADA
Gasto com copos descartáveis para água	M V	13.664,80 <i>reais</i>	13.664,80	14.917,94	NÃO ALCANÇADA
Gasto com copos descartáveis para café	M V	4.786,36 <i>reais</i>	4.786,36	4.915,89	NÃO ALCANÇADA
Gasto com copos descartáveis total	M V	18.451,16 <i>reais</i>	18.451,16	19.833,83	NÃO ALCANÇADA

2.2.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Realizar a aquisição de copo descartável biodegradável como projeto piloto.	DIRIEST/GESUP	Dezembro	Cancelada
Criar campanha de consumo consciente voltada ao uso de copos descartáveis nas unidades jurisdicionais	Ascom	Junho	Concluída

2.3. Energia Elétrica

Objetivo	Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Consumo de energia elétrica	MV	5.964.137 kWh	5.964.137	5.944.493	Alcançada
Consumo relativo de energia elétrica	AA	10,74 kWh / m ²	11,33	10,71	Alcançada
Gasto com energia elétrica	MV	13.575.999,93 Reais	13.575.999,93	13.881.823,22	Não alcançada
Gasto relativo com energia elétrica	AA	26,08 reais / m ²	25,79	25,02	Alcançada
Negociação tarifária	AA	O TJPE mantém tratativas de contratação de compra de energia regulada e de uso do sistema de distribuição, com modalidade tarifária horaria verde classe de consumo poder público com horário de ponta definido de 17:30h a 20:30h	As Tratativas realizadas em 2018, continuam em 2019	Foram realizadas as tratativas de contratação de compra	Alcançada

2.3.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Substituir lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED (Fórum de Olinda, Fórum de Jaboatão, Edf. Paula Baptista e Edf. Thomaz de Aquino / Celpe – Programa de eficiência energética)	DIRIEST	Maio	Concluída

Acompanhar o impacto no consumo de energia devido à substituição das Lâmpadas Fluorescentes por lâmpadas Led	DIRIEST	-	Concluída
Incluir critérios de Sustentabilidade para aquisição de lâmpadas	DIRIEST/GESUP	-	Concluída
Ampliar a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED.	DIRIEST/GESUP	-	Concluída
Substituir lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED (Fórum de Olinda, Fórum de Jaboatão, Edf. Paula Baptista e Edf. Thomaz de Aquino / Celpe – Programa de eficiência energética)	DIRIEST	Maio	Concluída
Acompanhar o impacto no consumo de energia devido à substituição das Lâmpadas Fluorescentes por lâmpadas Led	DIRIEST	-	Concluída
Incluir critérios de Sustentabilidade para aquisição de lâmpadas	DIRIEST/GESUP	-	Concluída
Ampliar a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED	DIRIEST/GESUP	-	Concluída

2.4. Água e Esgoto

Objetivo	Racionalizar uso da água.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Consumo de água	M V	142.400 <i>m³</i>	142.400	135.411	ALCANÇADA
Consumo relativo de água	AA	0,24 <i>m³/m²</i>	0,27	0,24	ALCANÇADA
Gasto com água	M V	1.927.640,78 <i>reais</i>	1.927.640,78	1.961.578,89	NÃO ALCANÇADA
Gasto relativo com água	AA	3,72 <i>reais/m²</i>	3,66	3,55	ALCANÇADA

2.4.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Manter sistemática de rotina preventiva para evitar desperdício de água	DIRIEST	-	Ação Contínua
Avaliar periodicamente diferenças no histórico do consumo nos prédios do Judiciário como objetivo de identificar os principais consumidores e tratá-los de forma diferenciada.	DIRIEST	-	Concluída
Realizar estudo para instalação de equipamentos economizadores de água nas unidades não contempladas	DIRIEST	-	Concluída
Criar campanha de comunicação para estimular o consumo/uso consciente de água e esgoto	Ascom	Julho	Concluída

2.5. Veículos

Objetivo	Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes na gestão.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Quilometragem	MV	3.931.342 <i>Km</i>	3.931.342	3.852.971	alcançada
Quantidade de Veículos a Gasolina	MV	37 <i>veículos</i>	37	35	não alcançada
Quantidade de Veículos a Etanol	NA	-	N A	-	-
Quantidade de Veículos Flex	MV	235 <i>veículos</i>	214	216	não alcançada
Quantidade de Veículos a Diesel	MV	35 <i>veículos</i>	35	37	não alcançada
Quantidade de Veículos a Gás Natural	NA	-	N A	-	-
Quantidade de Veículos Híbridos	NA	-	N A	-	-
Quantidade de Veículos Elétricos	NA	-	N A	-	-
Quantidade de Veículos	MV	307 <i>veículos</i>	286	288	não alcançada
Quantidade de veículos de serviço	MV	235 <i>veículos</i>	233	233	alcançada

Usuários por veículo de serviço	AA	39,65 <i>usuários/ veículos</i>	39,69	42,10	alcançada
Quantidade de veículos para transporte de magistrados	MV	72 <i>veículos</i>	53	55	não alcançada
Usuários por veículo de magistrado	AA	7,44 <i>usuários/ veículos</i>	10,11	10,05	não alcançada
Gastos com Manutenção de Veículos	↑16%	2.041.913,76 <i>reais</i>	1.715.207,56	1.970.132,33	não alcançada
Gasto relativo com manutenção dos veículos	AA	7.608,09 <i>reais</i>	5.997,23	6.875,44	não alcançada
Gastos com Contratos de Motoristas	↑4%	3.249.522,68 <i>reais</i>	3.379.503,58	3.304.136,54	alcançada
Gasto relativo com contrato de motoristas	AA	11.995,40 <i>reais</i>	11.816,45	11.534,82	alcançada

2.5.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Disponibilizar para doação 19 veículos inservíveis para o uso do TJPE	DIRIEST/GETRANS	Janeiro	Concluída
Desenvolver campanha de comunicação: “Vai de boa, vai de bike”.	ASCOM	Novembro	Concluída
Desenvolver campanha de comunicação “Carona Solidária. Ir junto é muito melhor!”	ASCOM	Dezembro	Concluída

2.6. Gestão de Resíduos

Objetivo	Realizar a destinação ambientalmente correta.				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Destinação de Papel	↓ 1%	20.198 <i>Kg</i>	20.000	18.818	Não alcançada
Destinação de Plástico	N A	-	N A	-	-
Destinação de Metais	N A	-	N A	-	-

Destinação de Vidros	N A	-	N A	-	-
Coleta Geral	↑ 11%	1.730 Kg	1.928	7.652	Alcançada
Total de materiais destinados à reciclagem	M V	21.928 Kg	21.928	26.470	Alcançada
Destinação de Resíduos de Saúde	M V	10.280 Kg	10.300	11.380	Alcançada
Destinação de resíduos de informática	A A	1.489,95 Kg	-	6.495,32	-
Destinação de suprimentos de impressão	↑ 50%	4.407 (unidades)	6.600	11.358	Alcançada
Destinação de Pilhas e baterias	100% do recolhido	169,70 Kg	100% do recolhido	326,00	Alcançada
Destinação de Lâmpadas	A A	-	10.000	18.467	Alcançada
Destinação de Resíduos de Obras para reciclagem	N A	1.612	Não estimado por não realizar medição	-	-

2.6.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Coleta Geral – Ampliar para mais dois prédios	NUCS	Outubro	Concluída
Apresentar projeto para uso e destinação de Lâmpadas	NUCS	Maio	Concluída
Contratar empresa de suprimentos de impressão que se responsabilize pela logística reversa	DIRIEST/GESUP	Janeiro	Concluída
Incluir logística reversa na contratação de lâmpadas	DIRIEST		Concluída
Ampliar pontos de coleta de pilhas para mais um prédio	NUCS	Setembro	Concluída
Destinar Lâmpadas fluorescente para o descarte mediante troca por LED – Projeto Celpe	DIRIEST	Junho	Concluída
DRI - Realizar a gestão de máquinas ligadas no parque para ampliar seu tempo de vida útil	SETIC	Setembro	Em andamento

Trabalhar a Gestão de Resíduos: papel (incluindo impressão), óleo, pilhas, plásticos, alumínio, orgânicos e eletroeletrônicos.	ASCOM	Agosto	Concluída
--	-------	--------	-----------

2.7. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Objetivo	Estimular a participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida, solidária e de inclusão visando fomentar a política de valorização do corpo funcional				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida	↓ 36,6 %	4.228 participantes	2.680 participantes	5.512	Alcançada
Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.	↓ 38,2%	34 ações	21 ações	54	Alcançada
Participação relativa em ações de qualidade de vida	AA	1,3 %/ação	1,3 %/ação ¹	0,98	Não alcançada
Participações em Ações Solidárias	↑ 46%	291 participantes	425 participantes	554	Alcançada
Quantidade de Ações Solidárias	↓ 50%	8 ações	4	8	Alcançada
Participação relativa em ações solidárias	AA	0,4 %/ação	1,02 %/ação ¹	0,67	Não alcançada
1 Ações de inclusão	↑ 100%	1 ações	2	2	Alcançada

2.7.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Criar jogo eletrônico com foco nas pessoas com Autismo e público em geral (Projeto aprovado pelo	DIDOC/ Memorial	Abril	Em andamento
Bloco Eco-Carnavalesco Nós Só Toma no Caneco (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Fevereiro	Concluída
Álbum Dia das Mães (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Maio	Concluída
Concurso Decoração Junina (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Concurso Decoração Junina (Ação de QVT)	Concluída

Álbum Dia dos Pais (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Agosto	Concluída
Encontro Literário (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Agosto	Cancelada
Programa de Preparação para Aposentadoria (Ação de QVT)	DDH/UAF	Setembro	Concluída
Prata da Casa (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Outubro	Concluída
Cantata Natalina (Ação de QVT)	DDH/Ambiência	Novembro	Concluída
Circuito TJPE e Família (Ação de QVT e Solidária)	DDH/Ambiência	Outubro	Concluída
Páscoa Solidária (Ação Solidária)	DDH/Ambiência	Abril	Concluída
Pesquisa sobre Adaptação Funcional PCD's (Ação de Inclusão)	DDH/UAF	Fevereiro	Concluída
Semana + Saúde (Expansão para Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco)	SGP/DS	Maio	Concluída
Plantão + Saúde (Expansão para Abreu e Lima, Itapissuma, Ferreiros, Condado, Itambé, Aliança, Timbaúba e Vicência).	SGP/DS	Junho	Concluída
Ginástica Laboral para todos (Aula Online)	SGP/DS	Dezembro	Não iniciada
Oficina de bem estar físico e mental e o ambiente de trabalho	SGP/DS	Dezembro	Não iniciada
Oficina de Relaxamento Fixa	SGP/DS	Dezembro	Concluída
Ginástica Laboral (Presencial: Rodolfo Aureliano, Paula Batista, Palácio da Justiça, Thomaz de Aquino e Brum)	SGP/DS	Dezembro	Concluída
Exames Periódicos - EPS	SGP/DS	Dezembro	Ação Contínua
Roda de Conversa, os 10 Passos da Alimentação Adequada e Saudável	SGP/DS	Dezembro	Concluída
Oficina de Interpretação de Rótulos	SGP/DS	Dezembro	Concluída
Odontolegal - Ações/Palestras - Prevenção Câncer de Boca	SGP/GO	Dezembro	Concluída

Semana ACMEPE - Apoio [Ação Solidária]	SGP/DS	Dezembro	Não iniciada
Ações Casas de Cidadania – Apoio [Ação Solidária]	SGP/GO	Por demanda	Concluída
Feira Orgânica (Ampliação para + 1 prédio) [Qualidade de Vida]	NUCS	Junho	Concluída
Excursão Ambiental	NUCS	Junho	Concluída
Trabalhar conteúdo “Coleta Seletiva”	Ascom	Setembro	Concluída
Trabalhar as boas práticas de sustentabilidade adotadas nas unidades.	Ascom	Outubro	Concluída

2.8. Sensibilização e Capacitação

Objetivo	Estimular o desenvolvimento de competências institucionais e individuais de magistrados e servidores para ações e práticas sustentáveis				
Indicador	Descrição da Meta	Linha Base 2018	Meta 2019	Realizado	Resultado
Ações de capacitação e sensibilização	↓5 ações	13	8	14	Alcançada
Participação em Ações de sensibilização e capacitação	↓ 12,2 % participantes	541	475	610	Alcançada
Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	A A	0,42 %/ação 1	0,96 %/ação 2	0,42	Não Alcançada

2.8.1. Ações

Ação	Responsável	Prazo	Status
Curso EAD Direito inclusivo	DIDOC/Memorial	–	Parcialmente Concluída
Sensibilização para que os colaboradores do PJPE utilizem canecas e garrafas para evitar uso de copos descartáveis	ASCOM	–	Concluída
Mini Palestras - Alimentação Saudável	DS/SL	Dezembro	Concluída
11ª Semana do Meio ambiente	NUCS	Dezembro	Concluída

Roda de Conversa – Gestão Integrada para Sustentabilidade	NUCS	Agosto	Não iniciada
Ação educativa do corpo funcional para Implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no Centro Integrado da Criança e do Adolescente – CICA; Central dos Juizados e Fórum de Caruaru	NUCS	Agosto	Concluída
Visita à Estação Tecnológica - Compesa	NUCS	Agosto	Não iniciada
Palestra: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS - Estímulo às potencialidades regionais.	NUCS	Junho	Concluída

ANEXO IV

FIGURA 2 Apresentação 9ª Semana Meio Ambiente 2017



FIGURA 3 Programação da 9ª Semana do Meio Ambiente - 2017

PROGRAMAÇÃO | 06/06/2017

10h | Abertura
Local: Área externa da SEFAZ
Fala dos representantes do TJPE, SEFAZ e do artista plástico André Soares - Movimento Catamista
Divulgação dos três primeiros colocados no concurso gastronômico e entrega da premiação

10h-16h | Exposição de quadros
Local: Centro Cultural Cícero Dias SEFAZ
Exposição da obra do artista plástico André Soares Monteiro - CATAMISTO

10h30 | Oficina de pintura
Local: Área externa da SEFAZ
Facilitador artista plástico André Soares Monteiro, com a técnica CATAMISTO

10h30-15h | Oficina de horta urbana
Local: Rua Dr. Moacir Baracho
Facilitadora Emília Santos - SUSTENTARI

10h-16h | Feiras
Local: Rua Dr. Moacir Baracho
Feira Orgânica
Feira de Artesanato, Flores (bicibloom), Comidas vegetarianas/vegadas
Distribuição de mudas
Mesas institucionais

10h30-16h | Coleta de resíduos
Local: Rua Dr. Moacir Baracho
Papel, papelão, livros inservíveis, pilhas e baterias, eletroeletrônicos, esponjas domésticas, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico, vidro, metal, medicamentos vencidos e óleo de cozinha

05 a 09 de junho | Ação ECOS
Fórum Rodolfo Aureliano e Edif. Paula Baptista
Coleta seletiva de resíduos sólidos: papel, papelão, livros inservíveis, pilhas e baterias, eletroeletrônicos, esponjas domésticas, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico, vidro, metal, medicamentos vencidos e óleo de cozinha.

FIGURA 4 - Oficina de pintura



FIGURA 5 - Oficina de horta urbana



FIGURA 6 - Apresentação de caixa para coleta seletiva



FIGURA 7 - Sensibilização colaboradores para implantação coleta seletiva no Fórum Paula Baptista



FIGURA 8 - Sensibilização colaboradores para implantação coleta seletiva no Fórum Paula Baptista

